

DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE A REGIÃO ANDINA: POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE

Renata Peixoto de Oliveira (Org.).



Organizadora

Renata Peixoto de Oliveira

Debates contemporâneos sobre a região andina: política, economia e sociedade



1ª Edição

Foz do Iguaçu

2021

© 2021, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Editoração: Valéria Lago Luzardo

Diagramação: Valéria Lago Luzardo

Capa: Isabela Rocco

Revisão: Valéria Lago Luzardo, Lucas da Silva Martinez, Renata Peixoto de Oliveira

ISBN 978-65-89284-04-8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48 Oliveira, Renata Peixoto de
Debates contemporâneos sobre a região andina: política,
economia e sociedade / Renata Peixoto de Oliveira
(Organizadora). 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, 2021. 143 p.

PDF – EBOOK

Inclui Bibliografia.

ISBN 978-65-89284-04-8

1. Região Andina. 2. Política. 3. Economia. 4. Sociedade. I.
Oliveira, Renata Teixeira de. II. Título.

CDU: 316

CDD: 316

Observação: Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC

Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Me. Rafael Henrique Cruz de Sousa
Diretor Vice-Presidente

Editores CLAECS

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Ma. Édina de Fatima de Almeida
Editora-Assistente

Me. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Me. Giovanni Orso Borile
Editor-Assistente

Me. Agnaldo Mesquita de Lima Junior
Editor-Assistente

Dra. Gloria Maria Santiago Pereira
Editora-Assistente

Dra. Alessandra Fontes Carvalho da Rocha
Kuklinski Pereira
Editora-Assistente

Lic. Júlio Ernesto de Souza de Oliveira
Editor-Assistente

Ma. Danielle Ferreira Madeiro da Silva de Araújo
Editora-Assistente

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdetaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

Prefácio	5
<i>Clayton M. Cunha Filho</i>	
Apresentação	9
<i>Renata Peixoto de Oliveira</i>	
O fervoroso século XX em processos políticos, economia e dinâmicas sociais andinas entre os anos 1920 e 1970	12
<i>Renata Peixoto de Oliveira</i>	
Povos indígenas e ensino superior: Bolívia, Colômbia e Equador	27
<i>Elizabeth del Socorro Ruano-Ibarra e Tiago Franco</i>	
Desigualdades persistentes e pobreza na região Andina	41
<i>Danilo Uzêda da Cruz</i>	
La fiesta de La Tirana: Cholos, Indios y Rotos, Geopolítica de la identidad, fronteras religiosas y fronteras políticas en el Norte Grande de Chile	58
<i>Bernardo Guerrero Jiménez</i>	
A reinvenção institucional participativa boliviana	75
<i>Alfredo Alejandro Gugliano e Gabriela Caraffini Pretto</i>	
Socialismo indo-americano e bem-viver: uma alternativa de superação dos paradigmas impostos pelo desenvolvimentismo ocidental	92
<i>Luiza Bárbara Vieira Cidrack e Raissa Lorena Malcher Sena</i>	
Os países andinos, as instituições regionais e o enfrentamento da Covid-19	104
<i>Regiane Nitsch Bressan</i>	
La sombra del dragón en el 'Oro Blanco' de la Argentina andina	115
<i>Fernando Romero Wimer</i>	
Revoluciones bolivarianas en los Andes: la influencia político-ideológica del gobierno Chávez en la Revolución Ciudadana en el Ecuador de Correa (2007-2013)	128
<i>Renata Peixoto de Oliveira e Cristhian Marcelo Gorozabel Pincay</i>	

Prefácio

Apesar de o Brasil possuir extensas fronteiras com todos os países sul-americanos (salvo Chile e Equador), tradicionalmente damos as costas aos nossos vizinhos e pouca atenção lhes devotamos no dia-a-dia de nossas coberturas midiáticas e acadêmicas salvo em momentos de desastres, crise aguda ou convulsão social. Isso é válido, sobretudo, com relação à sub-região andina que embora inclua países como o Chile e parte da Argentina, normalmente evoca à primeira lembrança países como Bolívia, Equador e Peru e seus estereótipos de pobreza e instabilidade.

Localizada no Oeste do continente, com mais de 7500km de extensão, 300km de largura e atingindo uma altitude máxima de quase 7000 metros no pico do Aconcágua, a cordilheira dos Andes percorre – de Norte a Sul – a Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile e Argentina. Todos, com exceção das Guianas, Brasil, Paraguai e Uruguai. E embora os mencionados estereótipos de pobreza e instabilidade tenham sua parcela de realidade empírica, a região andina contém muito mais do que isso, como poderão constatar os leitores desta valiosa obra.

Abrigo das maiores concentrações de população indígena do continente, portadora de uma riquíssima e diversificada cultura popular e dotada de belíssimas paisagens naturais, a região andina foi palco de uma história muitas vezes trágica e noutras tantas heroica, e se notabilizou nas últimas décadas por profundas transformações políticas ora ainda em curso que têm despertado o interesse de inúmeros pesquisadores no mundo todo e, felizmente, também cada vez mais no Brasil. Façamos um pequeno giro!

A Venezuela, geográfica e talvez culturalmente um dos menos andinos dos países da sub-região, vem despertando atenções desde a chegada à presidência de Hugo Chávez e sua Revolução Bolivariana no final dos anos 1990, que tanto influenciou a vários dos outros países e esquerdas do continente. Morto por um câncer em 2013, foi sucedido por seu ex-chanceler Nicolás Maduro e se encontra envolta em uma crise política e econômica que parece não ter fim e tantas polêmicas desperta no entorno. Sua vizinha a Oeste, Colômbia, por sua vez, vivenciou políticas de mão dura contra as mais antigas guerrilhas do continente durante os governos de Álvaro Uribe no início do novo século e que lhe valeram altos índices de aprovação interna. Ao fracassar sua tentativa de reformar a constituição em busca de um terceiro mandato, Uribe foi sucedido por seu ex-ministro da Defesa, Juan Manuel Santos, com quem rompeu após este anunciar de forma surpreendente o início de negociações de paz com as FARC. Negociações cujos resultados foram rejeitados em referendo popular em 2016, mas

foram posteriormente emendadas, aprovadas e implementadas. Mas Santos foi sucedido pelo “uribista” Iván Duque em 2018 e o país vem testemunhando o assassinato sistemático de ex-guerrilheiros e lideranças sociais em ritmo acelerado desde então, enquanto seu padrinho político Uribe caiu em desgraça envolto em escândalos pelo suposto envolvimento com paramilitares e se encontra em prisão domiciliar. Já o Equador, possivelmente o recordista de instabilidade política nos anos 1990 e início dos 2000, conseguiu estabilizar-se a partir da chegada à presidência de Rafael Correa em 2007, cargo que manteve por uma década até 2017, quando foi sucedido por seu ex-vice-presidente e aliado, Lenin Moreno, que logo romperia politicamente com seu mentor e implementaria um forte giro político à direita. O país voltou a viver um ciclo de fortes protestos populares em 2019 e se encontra atualmente em uma incerta carreira eleitoral na qual aliados do ex-presidente Correa denunciam perseguição judicial e os resultados são imprevisíveis.

O Peru, por sua vez, desde o fim da ditadura de Fujimori se notabilizou por eleger presidentes que muito rapidamente se desgastavam frente à população, atingindo níveis baixíssimos de popularidade nos primeiros anos, mas que em contraste com os vizinhos conseguiam cumprir seus mandatos sem ser derrubados por protestos ou golpes parlamentares. Tal situação parece ter mudado desde o fim da presidência de Ollanta Humala em 2016, quando escândalos de corrupção levaram à renúncia de seu sucessor, Pedro Pablo Kuczynski (PPK) com menos de dois anos no cargo. Os ex-presidentes Humala, e também Alejandro Toledo chegaram a ser presos, Alan García suicidou-se para evitar o mesmo fim e o sucessor de PPK, Martín Vizcarra, foi deposto em um impeachment interpretado pela cidadania como golpe parlamentar em novembro de 2020. Os protestos populares que se lhe seguiram impediram a permanência do interino indicado pelo Congresso, Manuel Merino, e o país debate atualmente a possibilidade de convocação de uma Assembleia Constituinte para substituir a Carta Magna outorgada por Fujimori ainda em vigência, e com isso talvez superar o modelo político visto como profundamente excludente.

O caminho da constituinte, aliás, foi em grande medida o que permitiu ao Equador superar sua instabilidade e também para a Bolívia, país da região que mais de perto lhe rivalizava nesse quesito. Após a chegada de Evo Morales à presidência boliviana em 2006 – fruto de um convulsivo quinquênio de enormes mobilizações sociais e renúncias sucessivas de presidentes –, o país viveu ainda alguns anos de extrema instabilidade até que logrou estabilizar-se após a promulgação da nova constituição em 2009 e ostentar seguidos recordes de crescimento econômico que permitiram a Morales governar com ampla maioria e apoio popular até 2019. A tentativa de buscar uma quarta reeleição presidencial consecutiva apesar de a mudança

constitucional que lhe permitiria a tentativa ter sido rejeitada em 2016 e as acusações de fraude eleitoral levantadas por uma auditoria da OEA nos comícios de 2019, contudo, levaram a sua surpreendente derrubada naquele ano e sua substituição por uma até então obscura senadora direita, Jeanine Áñez, que assumiu como presidenta interina. Apesar de ter como principal missão a convocação de novas eleições frente ao cancelamento dos resultados do pleito de 2019, Áñez portou-se como um governo de vingança, perseguindo ex-funcionários do governo anterior, revertendo bruscamente as diretrizes de política externa até então implementadas e adotando um discurso conservador religioso e muitas vezes racista. Contudo, as eleições de 2020 trouxeram de volta à presidência o partido *Movimiento Al Socialismo* de Morales sob a liderança de seu ex-ministro da Economia, Luis Arce, com uma vitória eleitoral contundente em primeiro turno e que se vê agora diante do desafio de superar a recessão econômica causada pela pandemia e pelo que acusa terem sido erros econômicos do governo de Áñez.

Prosseguindo rumo ao Sul da cordilheira, o Chile sempre apontado como exemplo de estabilidade e solidez institucional viu dois presidentes de signo ideológico oposto se alternarem nos últimos quatro mandatos, Michelle Bachelet (2006-10 e 2014-18) e Sebastián Piñera (2010-14 e 2018-atual) e, após ser tomado de forma surpreendente por amplos protestos sociais que sacudiram ao país no final de 2019, também embarcou finalmente em um processo constituinte que recém inicia e que busca dar fim à constituição legada pelo ditador Augusto Pinochet nos anos 1980. Por fim, sua vizinha transandina Argentina, após os governos de Néstor Kirchner e Cristina Fernández, passou por ajustes neoliberais sob a presidência de Mauricio Macri que não foram capazes de reativar a economia do país e com isso fracassou em sua tentativa de reeleição, perdendo em 2019 para Alfredo Fernández (com Cristina de vice) e acaba de juntar-se ao pequeníssimo grupo de países latino-americanos onde o aborto foi descriminalizado.

A política está mais do que viva na região e o mencionado desdém brasileiro para com nosso entorno imediato tem sido matizado neste século por um aumento relativo no interesse por conhecer e entender o nosso continente e nossos vizinhos, incluindo os andinos. E nesse sentido, é extremamente bem-vinda e louvável a publicação pelo Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC) do presente volume “Debates contemporâneos sobre a região andina: política, economia e sociedade”. A obra traz aos leitores brasileiros um bom panorama da região abordando desde questões já “clássicas”, como as transformações vividas pelos países da região no século XX, seus problemas de pobreza e desigualdade econômica persistente ou algumas de suas festas populares, como também outros mais contemporâneos como a influência

chinesa na indústria do lítio argentino, debates ideológicos em curso na região e as políticas de ensino superior voltadas aos povos indígenas, e até mesmo tão atuais quanto as articulações para enfrentamento da pandemia de COVID-19 ainda em curso.

Certamente que os temas abordados no livro não esgotam, e nem poderiam!, tudo o que há para desbravar e conhecer sobre a política, a economia e as sociedades andinas, mas constituem uma valiosíssima e muito bem cuidada introdução aos estudos regionais andinos que há de fomentar o interesse pela região entre as novas gerações de pesquisadores e se constitui em importante ferramenta pedagógica aos atuais professores interessados em incrementar esse interesse em suas salas de aula. Estão de parabéns o CLAEC, pela oportuna publicação oferecida, e a professora Renata Peixoto de Oliveira pela iniciativa de organizar a obra. Que seja, pois, mais uma de muitas ainda por vir!

Clayton M. Cunha Filho*

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ) e autor do livro “Formação do Estado e Horizonte Plurinacional na Bolívia” (Editora Appris, 2018). Orcid: <<https://orcid.org/0000-0001-6073-35701>>.

Apresentação

Esta obra coletiva surge de uma iniciativa no âmbito do grupo de pesquisa Centro de Estudos Sócio-Políticos e Internacionais da América do Sul (CESPI-América do Sul), vinculado aos cursos de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) e do Programa em Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD), além do curso de graduação em Relações Internacionais e Integração da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Este projeto editorial é também reflexo da constituição de uma verdadeira rede internacional e interinstitucional conformada por pesquisadores e pesquisadoras interessados(as) nos estudos latino-americanos que se interessaram em participar da convocatória lançada pela editora do Centro Latino-Americano de Estudos sobre a Cultura (CLAEC) no que diz respeito a uma obra que versasse sobre as dinâmicas políticas, sociais, econômicas e culturais de uma região bastante particular, a região andina.

Como organizadora da obra, ela se constitui como uma etapa a mais em uma trajetória de pesquisa voltada, sobretudo para a compreensão das dinâmicas e dos debates contemporâneos sobre a América Andina. Este seria o terceiro livro desta trilogia andina, sendo a primeira obra uma coletânea publicada pela Editora da Universidade Estadual da Paraíba, em 2012, intitulada “América Andina: integração regional, segurança e outros olhares” organizada conjuntamente com os docentes Sílvia Garcia Nogueira e Filipe Reis Melo. Em seguida, em 2019, lancei o livro “Sem Revoluções: Os dilemas das democracias neoliberais andinas” pela Editora Appris, para dar vazão aos resultados de pesquisas recentes sobre alguns países da região. E, finalmente, eu alcanço finalizar a organização de uma nova obra, também com um olhar exclusivo sobre a região andina, intitulada *Debates contemporâneos sobre a região andina: política, economia e sociedade*; dessa vez, para consolidar minha parceria com o CLAEC.

No sentido de introduzir a obra e familiarizar o público brasileiro com a realidade andina, bem como tornar mais acessível, decidi escrever um texto que nos convida a entender a dinâmica societal, a história política e revisar alguns dos principais fatos que marcaram os países da região andina no século XX. Seria um texto que retoma o conteúdo abordado por mim, na condição de docente, em disciplinas sobre os países andinos ministradas na UNILA. O texto de abertura se intitula “O fervoroso século XX em processos políticos, economia e dinâmicas sociais andinas entre os anos 1920 e 1970”. Espero que sua leitura seja um caminho confortável e muito natural que leve o leitor e a leitora desta obra a mergulharem nos temas e debates mais específicos que

compõem esta obra. O texto apresentado a seguir é uma importante contribuição de Elizabeth del Socorro Ruano-Ibarra e de Tiago Franco e versa sobre um tema de vital importância, os povos indígenas e a educação, no caso, os(as) autores(as) realizam um estudo comparativo entre três países andinos e analisam o sistema educacional dos mesmos a partir do ensino superior. O texto intitula-se “Povos indígenas e ensino superior: Bolívia, Colômbia e Equador”.

Pobreza e desigualdades são dilemas e obstáculos a serem superados pelas sociedades latino-americanas, e é nesse sentido que Danilo Uzêda Cruz apresenta sua colaboração para esta obra, sinalizando o lugar da América Andina nestas reflexões. Seu texto tem o título “Desigualdades persistentes e pobreza na região Andina”.

A religiosidade, a vivência no limiar das fronteiras entre os países e a diversidade são marca das sociedades andinas e podemos acompanhar a experiência relatada por Bernardo Guerrero Jiménez em seu texto La fiesta de “La Tirana: Cholos, Indios y Rotos, Geopolítica de la identidad, fronteras religiosas y fronteras políticas en el Norte Grande de Chile”.

Nossa jornada pelos andes prossegue com uma análise sobre a Bolívia e alguns aspectos inovadores de sua engenharia institucional, no caso, o texto que aborda o tema é de autoria de Alfredo Alejandro Gugliano em coautoria com Gabriela Caraffini Pretto e é intitulado “A reinvenção institucional participativa boliviana”. O texto que vem em seguida é um reflexo muito interessante dos debates, dos estudos e das pesquisas realizadas na UNILA e de como esta universidade contribui para a consolidação de novas epistemologias do Sul, o capítulo “Socialismo indo-americano e bem-viver: uma alternativa de superação dos paradigmas impostos pelo desenvolvimentismo ocidental das autoras Luiza Bárbara Vieira Cidrack e Raissa Lorena Malcher Sena, propõe uma reflexão pertinente ao pensamento decolonial.

Em seguida, Regiane Nitsch Bressan, nos apresenta um texto bastante atual por realizar um diagnóstico e mapeamento importante sobre a pandemia do novo coronavírus na região andina, uma região em que os números são preocupantes, o referido texto tem como título “Os países andinos, as instituições regionais e o enfrentamento da Covid-19”.

O texto que se segue vem, inicialmente, corrigir uma grave injustiça, posto que, geralmente, a Argentina fica de fora de análises referentes a região andina. Em “La sombra del dragón en el ‘Oro Blanco’ de la Argentina andina” o pesquisador Fernando Romero Wimer, trata de aspectos cruciais para entendermos a Argentina Andina.

Fechando a obra, temos o capítulo que escrevi em coautoria com Cristhian Marcelo Gorozabel Pincay sobre o caso equatoriano e, mais detidamente, sobre o fenômeno do correísmo. O texto tem como título “Revoluciones bolivarianas en los Andes: la influencia político-ideológica del gobierno Chávez en la Revolución Ciudadana en el Ecuador de Correa (2007-2013)”.

Não poderia deixar de mencionar que esta obra recebe o prefácio de Clayton Cunha Filho, um dos maiores especialistas em região andina da academia brasileira e o profundo conhecedor do caso boliviano.

Esta obra coletiva é fruto de pesquisas e produções que foram realizadas ao longo de um ano incomum e desafiador. Não poderíamos deixar de agradecer aos nossos familiares por todo o suporte nestas longas e incansáveis jornadas de trabalho em favor da ciência, da informação de qualidade e da busca do “sendero” do conhecimento.

Também não poderia deixar de dedicar este livro aos povos andinos que em 2019, enfrentaram importantes batalhas por uma sociedade mais justa. Foi um período turbulento, marcado por crises político-institucionais, pelo crescente descontentamento e desilusão com as classes políticas, por crise econômica e social e, também, por grandes mobilizações sociais em toda a região. Em 2020, a pandemia de Covid-19 foi duro golpe e trouxe mais desafios a serem superados pelos países andinos.

Ainda temos muito sobre o que pesquisar e aprender, mas segue aqui o nosso compromisso com uma educação de qualidade, com a consolidação da ciência e com o nosso papel transformador em prol de uma ciência que se comprometa com um ideal de sociedade plural, diversa, equitativa e justa.

Junto à CLAEC preparamos esta obra com extremado carinho e esperamos que a mesma possa trazer importantes aportes aos seus estudos. Boa leitura!

Renata Peixoto de Oliveira

Foz do Iguaçu, janeiro de 2021

O fervoroso século XX em processos políticos, economia e dinâmicas sociais andinas entre os anos 1920 e 1970

Renata Peixoto de Oliveira*

Introdução

Este trabalho é fruto de alguns anos de estudos e pesquisas sobre países andinos que resultaram em publicações, palestras e algumas disciplinas na graduação e na pós-graduação. Seu objetivo principal é compartilhar, difundir e tornar acessível o conhecimento sobre esta região tão pouco explorada pela academia brasileira. Este seria um texto base a ser utilizado como fonte de consulta para estudos introdutórios sobre estes países

A região andina, muito embora seja marcada por uma geografia muito singular, especialmente, pela extensa cordilheira dos Andes que recorre os territórios da Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela, também é marcada por uma diversidade que se reflete em termos ambientais e culturais. O litoral pacífico, o altiplano, o mar caribenho, a floresta amazônica e a região da patagônia também são ambientes, paisagens, ecossistemas que marcam os povos dessa vasta região. Para efeitos deste estudo vamos abarcar o Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Já que os estudos de ordem política, econômica e social, ao tratar de países como estudos de caso, no que tange a região andina, considera estas nações. A inserção da Argentina depende, consideravelmente, da região norte e, em alguns países andinos, o Chile é tratado como um país do Cone Sul, muito embora, seja considerado um país andino pela maior parte dos(as) cientistas sociais.

Historicamente, a região abrigou importantes civilizações, como a mais antiga das Américas, Caral, próximo a capital peruana, bem como o imponente e vasto império Inca, além de povos e tradições como os Mapuche, Aymara, Quéchuas entre centenas de

* Doutora em Ciência Política pelo DCP-UFMG. Professora do curso de Relações Internacionais e Integração e dos programas PPG-ICAL e PPG-PPD da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br

outras etnias que marcaram a história pré-colombiana e ainda resistem bravamente depois de séculos de colonização e colonialidade.

A grosso modo, politicamente, após a derrocada dos povos originários diante do colonizador ibérico, a cora espanhola, dividiu administrativamente, durante o século XVII, a região da seguinte forma: a capitania geral do Chile; o Vice-Reinado do Peru (Bolívia e Peru) e o vice-reino de Nova Granada (Venezuela, Equador e Colômbia e Panamá). Em 1777, a Venezuela conformaria uma capitania geral tendo maior autonomia. Com o processo de independências na região, entre 1819 e 1831, Nova Granada e Venezuela, configuraram o sonho bolivariano de união e integração regional, constituindo uma grande nação republicana nos Andes.

Ao fim deste projeto, após a morte de Simon Bolívar, os países da região avançaram com seus processos de formação de novos Estados Nacionais, em uma forma de organização administrativa e política com as quais já estamos familiarizados(as). Os conflitos entre as oligarquias, as tensões entre elites regionais, disputa de poder entre setores conservadores e liberais marcaram processos revolucionários e guerras civis. O século XIX também foi marcado por disputas fronteiriças e por riquezas naturais entre os países da região, como a Guerra do Pacífico (1879-1883).

As Repúblicas andinas adentraram o século XX ainda com o desafio de se constituírem enquanto nações e sociedades modernas, ao passo que, em termos de desenvolvimento sociopolítico e econômico ainda deixavam muito a desejar.

Este trabalho visa revisar os principais acontecimentos, períodos e fases que marcaram décadas decisivas para a constituição das sociedades andinas contemporâneas. Para isto, vamos descrever e chamar atenção para alguns destes aspectos ao longo de três seções. A primeira delas que trata das décadas de 1920 e 1930, visando salientar como se deu a passagem de regimes oligárquicos e sociedades atrasadas e rurais para sociedades modernas, além da constituição de instituições políticas mais afeitas a um novo século. De uma maneira geral, atentaremos para os condicionantes do período de entre guerras na região e o impacto da crise de 1920. A seção seguinte trata do pós-Segunda Guerra Mundial e o contexto global de surgimento de regimes de massa. Como estas questões impactaram a região ou quais eram as particularidades dos países andinos entre as décadas de 1940 e 1950, serão os temas de maior destaque. Por fim, analisaremos o período do auge da Guerra Fria na América Latina, as décadas de 1960 e 1970, acompanhando também os principais processos, acontecimentos históricos e mudanças políticas, com destaque para regimes políticos

que orbitavam em torno dos interesses político-ideológicos na região, sejam eles democracias pactuadas como regimes ditatoriais com apoio de Washington.

Em cada seção, vamos abordando cada um dos seis países andinos e, ao final do texto um intento analítico para identificar algumas chaves explicativas, processos regionais, singularidades de cada sistema político, pontos que permitam alguma comparação.

Oligarquias, modernização e crises

A Venezuela da década de 1920 e 1930 foi regida pelo regime ditatorial de Juan Vicente Gomez (1908-1935) e, neste período, passou por uma profunda transformação produtiva, descobrindo-se como país petrolífero e lançando marcos regulatórios do setor que garantiriam maior participação do Estado no setor, tanto com a lei de hidrocarbonetos de 1920 quanto com a LOREICH de 1943, já sob o governo de Isaias Medina Angarita. Com a morte do ditador, os dois governos que o sucederam, Lopez Contreras (1936-1941) e Medina Angarita (1941-1945), caracterizaram-se por certa abertura a participação e maior representação política.

A Colômbia passou por um processo de urbanização e modernização acentuada, a partir dos anos 1920, principalmente durante o governo de Pero Nel Ospina, também possibilitado por haver recebido indenizações pelo Panamá, após a separação deste, na guerra dos mil dias no início do século. Entre 1930 e 1946, pode-se considerar que a Colômbia viveu o que se convencionou mencionar de período da República Liberal, já que este partido foi hegemônico no poder, deixando em segundo plano seus adversários históricos, os conservadores. Na década de 1930, a modernização se intensificou durante o primeiro governo de Alfonso Lopez Pumarejo (1934-38) que realizou reformas sociais, trabalhista e educativas no país. Setores radicais liberais se opuseram e um Liberal moderado foi eleito para o mandato seguinte, Eduardo Santos governou de 1938-1942. Pumarejo retorna à presidência em 1942 e ficou no poder até sua renúncia em 1945 diante tentativa de golpe de estado.

No caso peruano, entre 1919 e 1930, tivemos o período ditatorial conhecido como “El oncenio de lengüía” em substituição a um período que marcou o predomínio do Partido Civilista no poder. Com Augusto Lengüía, uma nova constituição (1920) que permitiu conformar um novo sistema político-partidário já que os primeiros partidos de massa tiveram lugar. Datam deste período, partidos de esquerda históricos como o Partido Socialista de José Carlos Mariategui e a APRA de Victor Haya de la Torre. Em oposição aos partidos de esquerda, também tivemos a criação da Unión Revolucionária,

partido de Sanchez Cerro, que em 1930 realizou uma sublevação contra o governo de Lengüía e disputou eleições altamente polarizadas, nas quais venceu Haya de la Torre. O governo de Cerro durou dois anos, pois o presidente foi assassinado por conta da insatisfação gerada com o fato de o país haver cedido o território de Letícia para a Colômbia. Assumiu Oscar Benevides que perseguiu apristas, opositores do governo, que reagiram de forma violenta. Nas eleições de 1936, venceu Luis Antonio Eguiguren que foi apoiado por apristas o que resultou em eleições anuladas pelo não reconhecimento do APRA que foi banido para a ilegalidade. O mandato de Benevides foi esticado e durou até 1939. De Sanchez Cerro a Benevides, considerou-se um período conhecido como Terceiro Militarismo que abriu caminho para o período democrático de 1939-1945, com Manuel Prado Urgaterche e, de 1945-1948, com José Luis Bustamante y Rivero. O período que marcou a segunda Guerra e o imediato pós-Guerra no Peru, foi marcado pelas tensões entre civis e as pressões e presença de militares na vida política do país, na forte perseguição a partidos de esquerda, notadamente, a APRA e a problemas fronteiriços, que se seguiram, dessa vez, com o Equador (1941).

O início do século XX foi marcado pela hegemonia do Partido Liberal e ficou conhecido como a era do estanho. Na Bolívia, os anos 1920 foram marcados por uma estrutura econômica cada vez mais dependente dos recursos minerais, precisamente, o estanho. A crise de 1929 abalou sobremaneira a economia nacional. As finanças públicas do país foram arruinadas com a queda do valor de seu principal produto de exportação. O presidente Hernando Siles Reyes, tentou estender o seu mandato e foi alvo de um golpe de estado. O congresso convocou novas eleições depois de um governo interino. Em 1931, o governo de Daniel Salamanca se sentiu obrigado a suspender o pagamento da dívida externa do país. A indústria mineradora boliviana estava integrada a economia mundial enquanto outros setores eram o retrato do atraso. Os impactos da crise econômica se fizeram sentir na forma de uma crescente instabilidade política. O fato mais marcante deste período de grave crise foi o advento da Guerra do Chaco contra o vizinho Paraguai. Salamanca decidiu invadir o país vizinho, algumas interpretações advertem para os interesses das companhias de petróleo instaladas em ambos os países como precipitadores da disputa entre os dois países mais pobres da região. Também é verdade que se tratava de uma região em litígio desde o fim do período colonial. Para a Bolívia, seria estratégico ter acesso a esta região, já considerando-se as perdas territoriais passadas. Inicialmente, a perda de sua saída para o mar como consequência mais dura da Guerra do Pacífico no século XIX e, também, da posterior perda da região do Acre, no início do século XX, para o Brasil. A Guerra do Chaco foi o maior conflito da América do Sul durante o século XX e vitimou dezenas de milhares de paraguaios e bolivianos. O país andino saiu perdedor neste conflito e o

presidente foi derrubado um ano antes da guerra terminar. Em decorrência da crise econômica da década de 1930 e do conflito bélico que envolveu o país, o estado maior do exército decidiu intervir politicamente, assim, entre 1935 e 1946, tivemos um período marcado por governos militares nacionalistas. A tendência dos governos militares, setor que ganhou apoio e notoriedade em função da guerra, foi a de um projeto político tendente a nacionalização e em represália às empresas de petróleo, como a Standard Oil. Seu governo, que durou cerca de um ano, foi sucedido pelo de Hernán Busch, militar que ficou célebre por sua atuação durante a Guerra do Chaco. Foi um período controverso, marcado pela inabilidade das classes políticas, pelos conflitos de interesse entre a oligarquia em crise e novos setores emergentes, pela manutenção de traços autoritários na vida política institucional e por avanços progressistas como um marco para leis trabalhistas e a estatização do banco central. Aos três anos no poder, o mandatário cometeu suicídio e abriu espaço para um período de grandes impasses e articulações, tanto de uma frente organizada por setores vinculados a política tradicional, o Pacto “concordância” entre partidos que defendiam o liberalismo clássico e o retorno de práticas que remontassem ao cenário anterior à guerra, quanto também os movimentos vinculados a classe trabalhadora, seus sindicatos e centrais que propunham avançar em um projeto nacionalista.

Quanto ao Equador do início do século XX consideramos este como filho da Revolução Liberal cujo precursor foi Eloy Alfaro (1895). A partir daí realizou-se a separação entre Estado e Igreja e foram construídas escolas laicas e gratuitas. Esta revolução se deu posteriormente a um período conhecido como restauração, que uniu forças políticas contrárias, conservadores, liberais e progressistas. Em 1895, depois do escândalo conhecido como “venda da bandeira”, o progressismo foi derrocado e Alfaro, através de um levante liberal, chegou ao poder. Foi um período modernizador, mas, também, de tendências centralizadoras no mando do poder. Alfaro nunca foi eleito diretamente e governou o país em duas ocasiões, 1895 a 1901 e de 1907 a 1911. O líder liberal sempre foi um paladino contra o conservadorismo e seu projeto político fez avançar a agenda liberal, por exemplo, já no início do século seu governo aprovou o divórcio no país. Sua grande realização em termos de infraestrutura foi a construção de um “ferrocarril” entre Quito e Guayaquil. Ao sair do poder, se tornou uma voz dissonante, crítica e opositora ao governo de Estrada Carmona. Com um novo governo, ao realizarem levantes militares, Alfaro e seus aliados foram expatriados. O líder liberal foi enviado ao Panamá. Ao voltar ao país propôs negociar com o governo, mas foi preso. Em 1912, invadiram a prisão. Alfaro, familiares e amigos foram linchados, arrastados em praça pública e tiveram seus corpos queimados. Com a morte de Alfaro, em 1912, o liberalismo econômico se radicalizou e os bancos praticamente dominaram o país até

1925 quando a Junta de Governo Plural derrubou o governo através da Revolução Juliana. A década de 1930, foi marcada pela ascensão do político que foi peça central para o Equador de meados do século XX. José Maria Velasco Ibarra foi eleito, pela primeira vez, em 1934. Recebeu apoio de conservadores, mas ao tentar aplicar a reforma agrária no início do governo, sofreu um golpe militar. Em 1941, ocorreu a Guerra de 41, o conflito Equador-Peru em torno de disputas e desentendimentos territoriais sobre regiões limítrofes. Velasco Ibarra concorreu as eleições de 1941 e perdeu, após isso, tornou-se um opositor ferrenho do governo de Alberto Arroyo del Río e aguardou a crise se consumir até a derrocada do presidente pela Revolução Gloriosa, como ficou conhecida a Revolução Popular de 28 de maio de 1944.

O último caso descrito é o Chileno. De 1891 a 1925, vigorou a chamada República Parlamentar. Este período republicano foi uma reação direta a um período de grande instabilidade política que se seguiu, por sua vez, a Guerra do Pacífico contra Bolívia e Peru. Em 1891, o governo de Balmaceda sofreu forte oposição dos conservadores, da aristocracia e empresários vinculados ao salitre. A marina se uniu aqueles setores precipitando uma guerra civil que levou até a um governo paralelo estabelecido na cidade de Iquique. Diante das fortes pressões o presidente cometeu suicídio. Politicamente, o período de crise marcado pela guerra civil foi atribuído aos fortes poderes do executivo, levando o congresso nacional a buscar maior protagonismo político para o legislativo. As elites econômicas centrais no jogo político passaram a ser os latifundiários, a burguesia mineradora e bancaria. Em 1924, ocorreu um levante militar que pôs fim à república marcada pelo predomínio do legislativo e estabeleceu a chamada República Presidencial, trazendo o pêndulo, novamente ao característico ultrapresidencialismo latino-americano, nossa marca histórica. O governo no poder era de Arturo Alessandri. As pressões de setores médios como os militares eram consideráveis sobre o governo e, mais ainda, sobre o congresso nacional por direitos trabalhistas. O congresso sobre pressão aprovou diversas medidas e mesmo assim os militares solicitaram ao presidente a dissolução do congresso nacional. Alessandri pediu renúncia que foi negada e acabou se asilando na Europa, com a permissão que conseguiu para ausentar-se do país. Uma junta de governo se instalou sendo presidida por Luís Altamirano que dissolveu o congresso. Em 1925, Carlos Ibañez del Campo, liderou um golpe que destituiu a junta militar com o intuito de restabelecer o governo de Arturo Alessandri que ao retornar promulgou uma nova constituição. Ibañez se tornou ministro da guerra e tanto ele quanto o presidente visavam as eleições presidenciais previstas. A crise gerada levou a uma renúncia de quase todo o gabinete ministerial e, por fim, o próprio presidente renunciou. Um governo interino foi estabelecido para contornar a crise, mas Ibañez se fortalecia levando o interino

Emiliano Figueroa também a renunciar em 1927. Carlos Ibañez del Campo assumiu o poder, finalmente, mas seu autoritarismo, o colapso da mineração e a crise de 1929, interromperam seus planos de continuidade no poder levando-o a renunciar em 1931. A partir disso, um período tumultuado se seguiu, chegando à instauração de uma República Socialista que durou 12 dias em 1932. Arturo Alessandri retorna do exílio e vence as eleições para um segundo mandato marcado pela recuperação da economia e pela ascensão do cobre. Em 1938, em um novo cenário eleitoral, as pretensões de Carlos Ibañez de chegar ao poder foram por terra com o episódio do fuzilamento de manifestantes membros da juventude nazista. Assim, vence o pleito Pedro Aguirre Cerda, um radical da Frente Popular e opositor ao governo Alessandri. A partir da década de 1940 institui-se o sistema de substituição de importações.

Pós-Segunda Guerra e regimes de massa

Na Venezuela pós-segunda guerra, o período foi já marcado por um golpe arquitetado pelo partido Acción Democrática (AD), um golpe civil com apoio militar que derrubou o presidente Angarita. Eleições foram realizadas em 1947, elegendo Rômulo Gallegos, em 1948, um golpe militar impediu seu governo e colocou fim ao triênio adeco. A AD se configurava como um partido central para o sistema político venezuelano, mas foi acusado de ter se isolado do poder. A Junta militar colocou o partido na ilegalidade. Em 1952, novas eleições, desta vez, vencidas por Jovito Villalba da UDR, ex-líder estudantil da geração de 1928. Mas o presidente da junta, o Ge. Perez Jimenez afirmava que a UDR venceu de maneira ilegal por ter recebido apoio de partidos considerados clandestinos, o pretexto perfeito para o golpe palaciano e para dissolver a junta e governar sozinho. No mesmo ano, Jimenez lançou um projeto político pautado no liberalismo, positivismo, militarismo, o Novo Ideal Nacional. A partir de então, o regime endureceu, a meta era o progresso e o desenvolvimento econômico da nação com atração de capital estrangeiro e fortalecimento das relações com os EUA.

Na Colômbia pós Segunda Guerra, eleições presidenciais foram realizadas em 1946. Concorreram, o liberal dissidente, líder popular de grande expressão nacional e ex-prefeito de Bogotá, Eliecer Gaitán, o representante do oficialismo liberal, Gabriel Turbay e o representante da ala moderada dos conservadores, Ospina Perez, que foi eleito. Teve fim, a república liberal iniciada nos anos 1930. E, teve início um período que marcaria décadas de instabilidade e violência política no país. Em 1948, Gaitán foi assassinado enquanto saía de casa para o escritório de advocacia gerando grande comoção nacional e reações violentas. As manifestações ficaram conhecidas como Bogotazo pelo epicentro ter sido a capital, mas, logo se espalharam por todo o país

sendo reprimidas pelo governo de Ospina. O período posterior ao assassinato do líder popular ficou conhecido como La Violência e levou até ao fechamento do congresso em 1949.

O conservadorismo chega ao poder e prossegue com o governo de Laureano Gomez que entre 1950 e 1953 realiza um desmonte das reformas anteriormente realizadas pela República Liberal. Em 1953 foi realizado um golpe liderado pelo Ge. Rojas Pinilla que tinha como pretexto realizar uma espécie de reconciliação nacional e pacificação por conta da violência política com viés partidário. A Assembleia Nacional reconheceu o governo e quando o general buscou se eleger em 1954, isto foi aceito. A ditadura de Rojas não estabeleceu a normalidade institucional e ainda, em 1957, tentou ficar mais quatro anos no poder, encontrando resistência por parte de uma frente civil opositora.

Voltando ao caso peruano, entre 1948 e 1956 tivemos a interrupção do período democrático. De início, nos dois primeiros anos, tivemos uma junta militar. A perseguição à APRA e ao Partido Comunista, o incentivo à liberalização econômica com incentivo à inversão estrangeira para promover a modernização das grandes cidades e com a construção de importantes obras deu à tona a esta experiência desenvolvimentista. Entre 1950 e 1956, o líder do governo foi Manuel Odría. Eleições foram convocadas e Manuel Prado Urgateche venceu para um segundo mandato inaugurando o segundo período democrático da república peruana.

Na Bolívia, durante a Segunda Guerra, no governo de Enrique Peñaranda (1940-1943), ocorreu uma aproximação em relação aos Estados Unidos, os setores vinculados à mineração voltaram a ter destaque e o país foi o principal fornecedor de estanho para os aliados. Em 1942, uma mobilização pacífica de trabalhadores e cidadãos foi massacrada pelo governo, no episódio conhecido como Massacre de Catavi. Em 1943, ocorreu um golpe militar que colocou Gualberto Villaroel no poder, durante três anos. Seguiu-se a seu governo uma série de outros governos que duraram entre um a dois anos no máximo, até a realização das eleições de 1951 que mudaram os rumos da história boliviana. Naquela ocasião, Victor Paz Estenssoro do Movimento Nacionalista Revolucionário, o MNR, conseguiu quase metade dos votos, mas a elite mineira tentou impedir sua posse transferindo o cargo para uma junta militar de governo. Para restabelecer a ordem institucional e respeitar os resultados nas urnas, ocorreu a chamada Revolução de 1952, a Revolução Nacional, período que se estendeu até 1964 e que foi marcado pela hegemonia do MNR no poder. Victor Paz Estenssoro governou por dois mandatos, neste período. As principais políticas realizadas foram o estabelecimento do sufrágio universal, a nacionalização da mineração, uma reforma

educativa e a criação da Central Obrera Boliviana (COB). Foram as mudanças sociais mais significativas e que marcaram a história do século XX na Bolívia.

No Equador, Velasco Ibarra, governou da Revolução Gloriosa de 1944 até 1947. Depois disso, Ibarra se revezava entre eleições e governos e períodos fora do país, especialmente, na Argentina, onde era responsável por uma cátedra universitária. No pós-Guerra, teve seu terceiro mandato entre 1952 e 1956. Neste período, o presidente realizou importantes transformações e um processo de modernização do país. Após episódios que demarcaram uma postura autoritária, também avançou permitindo a liberdade de expressão. Ele ainda declarou nulo o tratado do Rio firmado no fim da Guerra Peru-Ecuador.

No Chile, o período da Segunda Guerra fora marcado por um curto governo de Aguirre de Cerda que morreu em 1942, tendo assumido Juan Ambrosio Ríos que morreu em 1946. Mesmo em pouco tempo, foi um período de modernização, crescimento demográfico e urbanização. Em 1952, o general Ibañez del Campo concorreu novamente e se sagrou eleito. Naquelas eleições, Allende se candidatou pela primeira vez representando o Partido Socialista. O novo governo de Ibañez deu sequência ao sistema de substituição de importações, mas enfrentou uma grave recessão decidindo liberalizar a economia. O final do mandato foi marcado por greves e protestos estudantis. Nas eleições de 1958, venceu o filho de Arturo Alessandri, Jorge Alessandri e o sistema partidário chileno passou a ser melhor definido ideologicamente e nenhuma das três forças se tornou hegemônica, marcando um sistema bastante equilibrado entre centro, direita e esquerda. Os presidentes passaram a ser minoritários, o sistema tendeu à moderação centrista e o período foi marcado por certa estabilidade política.

Guerra Fria, regimes pactuados e golpes militares

Na Venezuela, a ditadura finaliza 1958, após uma articulação entre partidos centristas de oposição realizada através de uma reunião na cidade de Nova York. A partir disso, foi formada uma junta patriótica que se aproveitou de um período de isolamento do ditador para sua derrubada. Com a queda do regime, foi assinado o Pacto de Punto Fijo, em 1958, garantindo a realização de novas eleições e o estabelecimento de uma democracia pactuada entre os principais partidos que se revezariam no poder. O primeiro eleito foi Rômulo Bettancourt. A democracia teria sagrado o caminho excepcional da potência petroleira da América do Sul. Em 1960, a Venezuela foi membro fundador da OPEP, criou-se a estatal petroleira CVP que precedeu a PDVSA, foi promulgada a constituição de 1961 e estabeleceu-se a Doutrina Bettancourt, em termos de Política Externa, levando o país a se afastar de regimes ditatoriais e comunistas

priorizando relações diplomáticas com países ocidentais e regimes democráticos e liberais. O regime do Pacto de Punto Fijo, instituiu a chamada IV República na Venezuela e instituiu, também, um sistema partidário verticalizado, centralizado e que impedia a personalização política fortalecendo os partidos. O sistema eliminou dissidências políticas e posições radicalizadas à esquerda e à direita. Em 1968, os dois principais partidos, que se revezaram na presidência durante quatro décadas, AD e COPEI, fizeram um novo acordo dividindo as direções da Câmara e do Senado. As décadas de 1960 e 1970, marcaram o fortalecimento do regime político e coincidiu com dois marcantes governos, o de Rafael Caldera (1969-1974), do COPEI, e o de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) da AD. Foi um período de crescimento econômico e bonança petroleira pelo contexto internacional dos choques petroleiros.

Da mesma maneira como na Venezuela, na Colômbia foi estabelecida uma democracia pactuada em 1958, no caso, o regime da Frente Nacional, um pacto bipartidário entre os dois principais partidos, o conservador e o liberal. Podemos afirmar que estes regimes democráticos se constituíam enquanto uma partidocracia. Na Colômbia, tanto setores liberais mais radicais quanto setores conservadores foram opositores ao regime. O sistema político tendeu ao centro e não vocalizou as preferências e demandas de outros atores. Na Colômbia, a violência que teve início na década de 1940, também refletia as desigualdades no campo e o movimento guerrilheiro foi a expressão para estas questões reprimidas. Surgiu na década de 1960, as FARC, o ELN e o M-19, movimentos guerrilheiros de extrema esquerda.

No contexto da Guerra Fria, as guerrilhas venezuelanas e colombianas foram duramente reprimidas e combatidas, principalmente, por serem expressões à esquerda do espectro político ideológico do sistema.

Na década de 1970, no caso colombiano, temos o surgimento dos carteis do narcotráfico que se somariam enquanto novo elemento a caracterizar uma vida política marcada pela violência. Na Venezuela, movimentos de cunho esquerdista, surgem vinculados a setores progressistas do exército, como o Movimento Bolivariano Revolucionário – 200, ou MBR-200, com a participação de Hugo Chávez Frías.

No Peru, o período da Guerra Fria, logo de início, foi marcado pelo retorno da democracia e, depois, pela instauração da ditadura militar. Urgateche governou o país em meio a problemas agrários, forte agitação no meio rural, problemas legislativos quanto ao setor petroleiro e abriu espaço para novas eleições em 1962. Deste pleito que contou com Manuel Odría, o ex-ditador, Haya de la Torre do perseguido partido APRA e Fernando Belaúnde Terry do Acción Popular, tivemos a vitória deste último. Mas, as eleições e o período pós-eleitoral foram bastante conturbados, tanto odriistas, à direita,

quanto apristas, à esquerda, fizeram ferrenha oposição e os resultados eleitorais foram muito contestados. O executivo foi bloqueado em suas propostas no congresso e surgiram movimentos guerrilheiros como na Venezuela e Colômbia. O Partido Comunista se fortaleceu diante da aliança esdrúxula entre odriistas e apristas na oposição. O governo lançou um projeto nacional de desenvolvimento que fez aumentar a dívida externa. Diante das tensões no campo foi aprovada a reforma agrária. E o país adentrou em um período de crise econômica com desvalorização cambial. O cenário de crise foi ideal para trazer à tona componentes que levariam a um golpe de estado em 1968.

A particularidade peruana, diante do cenário de Guerra Fria na região, foi que o governo militar encabeçado por Juan Velasco Alvarado (1968-1975) teve caráter nacionalista, crítico aos Estados Unidos e antioligárquico. Reforma agrária, reforma da mineração, controle do sistema bancário e estatização da indústria pesqueira foram algumas das ações implementadas. Em 1975, ocorreu um golpe dentro do golpe e o general Francisco Morales Bermudez, derrubou seu colega militar instituindo um governo com orientação à direita, com políticas de caráter liberalizante e mais simpático à atuação dos EUA na região. Ou seja, mais próximo as experiências autoritárias de outros países vizinhos no mesmo período. Em 1978, o governo militar se comprometeu com o retorno da legalidade democrática ao convocar uma constituinte que foi encabeçada pelo líder histórico do aprismo, Haya de la Torre, o presidente derrubado pelo golpe.

Na Bolívia, a experiência do MNR no poder com sua Revolução Nacional foi interrompida, em 1964, com o golpe militar que levou o Ge. René Barrientos ao papel de presidente da junta. A ditadura militar boliviana durou de 1964 a 1983 e foi marcada por diferentes posicionamentos, diríamos, movimentos pendulares entre tendências nacionalistas e liberais economicamente. Estes movimentos entre democracia e autoritarismo, liberalismo e nacionalismo, deram a tona da dinâmica política regional durante o grande parte do século XX.

O período do auge da Guerra Fria no Equador foi marcado pelo chamado quarto Velasquismo, ou seja, o quarto mandato de Velasquez Ibarra no poder. Foram momentos mais difíceis e de grande tensão política com um congresso dividido e os efeitos de uma crise de desvalorização cambial. Desentendimentos entre o presidente Ibarra e seu vice-presidente, Assad Bucaram, se radicalizaram e levaram a prisão deste último. Em 1968, o líder político se lançou a sua quinta presidência. O período foi marcado por diversas derrotas políticas do presidente e quedas de ministros, seu governo foi se isolando politicamente e acabou optando por uma via não constitucional.

Ibarra realizou um autogolpe em 1970 não reconhecendo mais a constituição e estabelecendo um governo ditatorial a partir de então. A crise econômica se exacerbava e a ditadura civil prosseguia com alguns atritos com os Estados Unidos, já que o Equador apoiou a entrada da China na ONU e fortaleceu relações comerciais com países do bloco socialista, em plena Guerra Fria. A crise política se exacerbava também no âmbito institucional ao redor da retomada da carta magna de 1946 como marco constitucional legítimo a uma transição democrática e ao restabelecimento da ordem institucional com a realização de novas eleições. Assad Bucaram, ex-vice presidente e ex-prefeito de Guayaquil, um político proeminente teve autorização para voltar ao país, mas logo se viu envolvido em escândalos sobre sua real identidade, posto que fora revelado sua cidadania libanesa e seu verdadeiro nome. Ele tinha intenções em se candidatar a presidente, mas isto não foi possível por conta de sua nacionalidade. De igual maneira, não foi possível a realização das eleições previstas para presidente. O governo Ibarra se aproximava de líderes socialistas recebendo as visitas de Fidel Castro e de Salvador Allende. Em 1972, um golpe de estado, conhecido como El Carnalazzo, derrocou o líder histórico de seu quinto e último mandato presidencial. Ibarra exilou-se na Argentina e foi instaurada uma ditadura militar no país que durou de 1972 a 1979. O regime teve duas distintas fases sendo a primeira delas do governo do General Guillermo Rodriguez Lara, período conhecido como governo nacionalista e revolucionário das Forças Armadas. Muito semelhante ao que aconteceu no Peru com Alvarado, o militar nacionalista. Em 1976, uma guinada liberal teve início com a instauração do chamado Triunvirato Militar. A tendência da política macroeconômica caminhava no sentido do Estado Mínimo, com abertura comercial e uma maior dependência dos recursos petrolíferos. A última fase do regime militar era mais afeita aos interesses do bloco capitalista em meio a Guerra Fria, guardando semelhanças, novamente, com a experiência peruana. O processo de redemocratização teve início em 1979.

Por fim, destacamos os rumos da política chilena no período da Guerra Fria, aqui, em especial, a partir do final dos anos 1950. As eleições de 1964 já refletiam os interesses em jogo, sendo que a direita por temer a ascensão de Allende passou a apoiar o centro. Eduardo Frei Montalva era o representante do reformismo moderado. Em 1967, ocorreu um racha na Democracia Cristã, partido de centro e do presidente eleito. Setores mais radicais à esquerda criaram o Movimento de Ação Popular Unitária, o MAPU. Isto influenciou o cenário político-partidário rumo a polarização crescente que levaria às eleições de 1970 que garantem a chegada, por via eleitoral, do primeiro presidente socialista eleito no hemisfério, Salvador Allende. O governo da Unidade Popular foi marcado por importantes reformas no sentido da nacionalização e estatização. Além

disso, sofreu os impactos da crise do petróleo e enfrentou uma feroz oposição que levou a uma grande desestabilização política no país. Conflitos, greves, recessão e desabastecimento, além de um presidente que não conseguia maioria no congresso, marcaram o governo Allende. Quando o general Augusto Pinochet assume como ministro do interior no lugar do General Prats que já havia impedido uma tentativa de golpe contra o presidente, os rumos da história mudam em definitivo. Em 11 de setembro de 1973, com apoio da CIA, o General Pinochet, ministro de Allende, realiza um golpe de Estado, o palácio do governo é bombardeado e Allende comete suicídio. A ditadura militar e personalista de Pinochet só abriria passagem para a transição pactuada em 1989, com as eleições presidenciais que colocariam fim a seu regime e que se seguiram a sua derrota no plebiscito de 1988.

O fervoroso século XX nos Andes em análise: algumas conclusões

As seções anteriores foram notadamente descritivas e repassaram fatos marcantes da história destes seis países que foram fundamentais ao entendimento de seus principais processos durante o século XX, mas que nos ajudam a compreender dinâmicas posteriores e mais recentes. O objetivo desta seção será o de ter um cunho menos descritivo e histórico e assumir um papel mais analítico.

De uma maneira geral, percebe-se que, a partir da década de 1920, os países andinos acompanham as transformações que marcaram o século XX, precisamente, o crescimento das principais cidades e seus processos de modernização e urbanização. Mesmo assim, essas sociedades não deixaram seu perfil agrário e muito menos sua dependência de recursos estratégicos. No caso da Venezuela e do Equador, o petróleo ganhou relevo. No caso Boliviano foi o estanho e no caso chileno a substituição do salitre pelo cobre. As economias andinas seguiam atreladas ao capitalismo mundial enquanto fornecedoras de matérias primas e sentiram diretamente os efeitos da crise de 1929. Economicamente, existia uma tendência regional ao liberalismo. Os partidos de massa começaram a surgir, mas as disputas em torno de um projeto político de nação também se acentuaram. Liberalismo, nacionalismo, governos civis e períodos militares, interregnos democráticos e regimes ditatoriais e revezavam como possibilidade no horizonte destas nações.

Depois da segunda Guerra Mundial, o regime de substituição de Importações (ISI) ganhou espaço na agenda econômica, mas a democracia continuava a ser uma exceção. Dos países analisados, apenas o Chile constituiu, na década de 1950 um regime democrático estável e ideologicamente bem definido. Golpes de estado, ditaduras civis

e violência política foram comuns na região. No caso colombiano, a violência chegou a níveis alarmantes e inseriu o país em décadas de guerra civil.

Por isso, tendências políticas convergentes ao centro e à moderação foram ganhando espaço como remédio para evitar uma nova ditadura e conter a violência, como nos casos da Venezuela da Colômbia, dois países que estabeleceram regimes de democracia pactuada em que os principais partidos políticos se revezavam no poder. Por um lado, existia estabilidade, mas, por outro, baixa representatividade destes sistemas que não abriam espaço para a esquerda e, assim, setores mais radicais formaram movimentos guerrilheiros. Já as experiências do MNR e sua revolução nacional de 1952 na Bolívia e o predomínio da democracia cristã no Chile, levaram a reações conservadoras, à direita. No caso chileno, o centro reformista abriu espaço para a vitória de Allende, um candidato abertamente socialista. Na Bolívia, em 1964, e no Chile, em 1973, tivemos a instauração de regimes militares tendentes a via liberal (economia) e a proximidade com os Estados Unidos. Peru e Equador também passaram por estas experiências ditatoriais, mas é interessante perceber que após a derrocada política de líderes históricos como Haya de La Torre (Peru) e Velasco Ibarra (Equador), os regimes militares levaram ao poder generais com tendência nacionalista, de certa forma, antiamericanista. Rodrigues Lara (Equador) e José Alvarado (Peru) acabaram sendo generais depostos pelas forças armadas que através de golpes internos que destituíram estes militares para dar vazão a projetos nacionais mais afeitos ao posicionamento da região enquanto pertencentes ao mundo capitalista e aliados dos Estados Unidos na Guerra Fria.

De uma maneira geral, é perceptível como os países da região seguiram parte do capitalismo dependente, como países de industrialização tardia e incompleta. Ainda carregaram as contradições de sociedades desiguais socialmente e territorialmente. A violência política, a instabilidade, o populismo e as experiências ditatoriais marcaram a fragilidade de suas curtas experiências democráticas. As disputas entre setores e atores políticos em torno de projetos políticos, como uma versão nacionalista, estatizante versus uma versão liberal e simpatizante do capital estrangeiro, foram uma constante e também motor desta instabilidade política.

O que aconteceu entre as décadas de 1920 e 1970 foi algo decisivo para entendermos os caminhos políticos e econômicos que marcaram as transições democráticas das décadas de 1980 e 1990, estes processos, por sua vez, são determinantes para entendermos alguns dilemas e desafios atuais destas democracias ainda jovens e que passaram por um turbilhão de acontecimentos em 2019, um ano marcado pela dinâmica contenciosa, pelas resposta do regime democrático diante de

sua própria crise e por embates entre projetos políticos liberalizantes e nacionalistas. Segue a disputa e a centralidade da região andina para os rumos políticos e econômicos da América do Sul no século XXI.

Referências

ACOSTA, A. **Breve História Econômica do Equador**. Brasília: Funag, 2005. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/breve_historia_economica_do_equador.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.

ANDRADE, E.O. **A Revolução Boliviana**. Revoluções do Século XX. São Paulo: Unesp, 2007.

CORONIL, F. **The magical state: history and illusion in the appearance of Venezuelan democracy**. Working Paper #112. Notre Dame: Hellen Kellog Institute for International Studies. October 1988. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.133.157&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018

PEASE, H. G.; ROMERO, G. S. **La política en el Perú del Siglo XX**. Escuela de Gobierno y Políticas Públicas. Lima: PUC, 2013.

TRUJILLO, R. A. **Historia de Colombia Contemporánea (1920-2010)**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2013.

WIN, P. **A Revolução Chilena**. As Revoluções do Século XX. São Paulo: Unesp, 2010.

Povos indígenas e ensino superior: Bolívia, Colômbia e Equador

Elizabeth del Socorro Ruano-Ibarra*

Tiago Franco**

Introdução

Neste capítulo refletimos sobre a demarcação constitucional do direito à educação a partir das Constituições Políticas vigentes em Bolívia, Colômbia e Equador em perspectiva às trajetórias da *Universidad Intercultural Indígena Originaria Kawsay* (UNIK), criada pela *Red Intercultural Tinku*, organização tripartite da Bolívia, Equador e Peru; *Universidad Autónoma Intercultural Indígena* (UAIIN), fundada pelo *Consejo Regional Indígena del Cauca*¹ (CRIC) na Colômbia e *Universidad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas “Amawtay Wasi”* (UINPI-AW), iniciativa da *Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador* (CONAIE). Entendemos que a normatividade e a institucionalização das universidades próprias contribuem para a compreensão da instabilidade social nos países andinos, em particular as inequidades no acesso ao ensino superior.

O acesso às instituições educacionais é um direito legitimado internacionalmente e positivado no estatuto de direito na Bolívia, Colômbia e Equador. A promoção da educação pública, a criação e investimento nessas instituições configuram-se enquanto deveres dos Estados-nação. Dessa forma, sua organização física e epistemológica é determinada pelo poder estatal. A definição de leis educacionais, que refletem concepções jurídicas, sociais e epistemológicas, e as diretrizes político-pedagógicas sofrem influência direta do Estado. Discutir os sistemas

* Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPG/ECsA). Pós-doutorado em Linguística PPGL-UnB (em andamento) Coordenadora do Grupo de Trabalho Educação e Interculturalidade do Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas (OBIND). Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (LAEPI) (CNPq).

E-mail: elizabethruano@gmail.com

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: tiagofraancopp@gmail.com

¹ Localizado no Sudeste colombiano, possuidor da maior densidade populacional indígena do país com oito etnias falantes das línguas *Nasa Yuwe*, *Namtrik*, *Eperera*, *Inga* e *Kamsa* dentre outras.

educacionais, portanto, requer debruçar-se sobre as legislações que regulam o acesso à educação.

Com base na diferenciação proposta por Coelho (2006) entre políticas compensatórias e políticas afirmativas, diferenciamos o conceito de inserção e entrada ou acesso às instituições de ensino superior. Acesso e entrada representam apenas o ingresso as universidades sem implicar a participação plena desses sujeitos nas diferentes dinâmicas desses cenários de ensino. Inserção, por sua vez, representa a efetivação da participação e vai além da presença passiva; implica usufruir de forma plena os direitos e ter condição de integração equitativa nas instancias políticas e acadêmicas dessas instituições.

Retomamos os dados de uma investigação exploratória já concluída² apoiada em pesquisa bibliográfica e documental sobre a inserção dos povos indígenas nas instituições de ensino superior nos países andinos. A perspectiva comparada foi adotada como estratégia para analisar as singularidades e semelhanças na garantia do direito à educação nos países andinos. O processo investigativo girou em torno do levantamento, leitura e análise de artigos científicos e fontes documentais produzidas por organizações indígenas dos três países. Posteriormente, os dados obtidos foram colocados em perspectiva comparada para alcançar o que Lima e Mito (2007) denominam como síntese integradora da análise a partir dos documentos examinados.

A reflexão traz à tona os desafios das instituições contemporâneas de ensino para contribuir com a garantia constitucional do direito à educação. Para isso, enfatizamos: a) o dinamismo dos processos organizativos indígenas, a diversidade étnica e a densidade demográfica indígena nos três países alvo e b) os limites e possibilidades das constituições políticas vigentes e a legislação educacional.

Os acontecimentos da década de 1990, dentre os quais o autogolpe de Fujimori (Peru), a queda de Pérez (Venezuela), de Bucaram e Mahuad (Equador), apontavam a região andina como foco da instabilidade política em América Latina (TOKATLIAN, 2001). No corrido do século 21, a figura do golpe institucional rompeu com o mandato de Manuel Zelaya (Honduras, 2009), Fernando Lugo (Paraguai, 2013), Dilma Rousseff (Brasil, 2016), Evo Morales (Bolívia, 2019). Desse modo, antes que afirmar dita focalização é importante indagarmos sobre as estruturas de inequidade que fundamentam a instabilidade política, social e econômica. Questiona-se, diante disso, de que forma essas estruturas de inequidade estão relacionadas com a construção Estatal desses

² “Indígenas no ensino superior: Colômbia, Bolívia, Equador e Peru em perspectiva comparada”, realizada entre 2017 e 2018, financiada pelo Programa de Iniciação Científica (PROIC) da Universidade de Brasília (UnB).

países e quais foram as consequências das últimas reformas constitucionais em Bolívia, Colômbia e Equador no combate às inequidades de inserção nos sistemas educacionais. Ademais, também se indaga sobre a importância das Universidades Próprias para a inserção dos povos indígenas no ensino superior desses países.

O direito à educação nas reformas constitucionais

A formação dos sistemas educacionais associa-se aos paradigmas constitucionais³ que, além de pautarem as bases legais, expressam a concepção estatal em relação à garantia do direito à educação. Em alguns aspectos, tais concepções podem afetar negativamente dita garantia, por exemplo quando se promovem políticas alheias às especificidades de grupos historicamente excluídos do acesso a direitos, mesmo que estejam garantidos por lei. Desse modo, a promoção de direitos vai além da exigência legal. Segundo Young (2001), essa inequidade estrutural perpassa os sistemas educacionais de muitos países.

As estruturas de inequidade marginalizam e negam direitos como o acesso à educação aos povos indígenas, dentre outros grupos vulneráveis e subalternizados. Baseados nas concepções modernas, de modo geral os sistemas educacionais negam e menosprezam os saberes e culturas indígenas e modos de vida ancestrais. Dessa forma, ao longo da história, as instituições educacionais tornaram-se hostis às diferenças socioculturais.

No fim do século XX, as mobilizações dos povos indígenas tensionaram essas barreiras estruturais trazendo à tona a inequidade dos paradigmas constitucionais. Na década de 90, o paradigma do multiculturalismo inspirou as reformas constitucionais em diferentes países. É o caso da Colômbia, que em 1991 promulgou uma nova constituição que reconheceu a pluralidade cultural do país. A constituinte teve

³ O Constitucionalismo Moderno (TULLY, 1995), teoria constitucional que fundamentou a estruturação dos Estados latino-americanos, se estruturou a partir das noções europeias de Estado e nação. A ideia de Nação remete ao povo como conjunto social homogêneo dentro de um determinado território em que o Estado exerce regulação social por meio de relação jurídicas. Com as independências, os Estados da América Latina mantiveram as concepções europeias de nação e a epistemologia ocidentalizada pautada pelo ideário evolucionista de modernidade que legitimou a pretendida superioridade racial, social e cultural europeia. Tornada hegemônica, essa concepção criou inequidades e marginalização da diversidade étnico-racial e cultural, instituições, línguas, saberes e tradições. Bolívia, Colômbia e Equador, assim como o restante de Estados latino-americanos, estruturaram constitucionalismos fundamentados no monismo jurídico e social voltado para a uniformização cultural e política (FRANCO; RUANO-IBARRA, 2019). Na América Latina, a violência colonial, o massacre dos povos, o epistemicídio (SOUSA, 2010) revelam-se nas estruturas simbólicas e na colonialidade do saber.

presença de organizações indígenas e afro-colombianas que reivindicaram direitos diferenciados.

No que tange ao direito à educação, o texto constitucional colombiano estabeleceu que a educação dos indígenas deve respeitar e proteger a identidade cultural. Fundamentada nessa proposição, a Lei 115 de 1994, intitulada Lei Geral da Educação, estabeleceu como objetivo do sistema educacional o estudo e a compreensão crítica da diversidade cultural (COLÔMBIA, 1994). Também estabeleceu a etnoeducação como estatuto educacional para os povos indígenas e grupos etnicamente diferenciados. Todavia, essa lei é válida somente para o ensino básico.

No que diz respeito ao ensino superior, a Lei 30 de 1992 estabeleceu a estrutura burocrática das universidades colombianas. Definiu os tipos de instituição de ensino superior (IES) e estabeleceu os entes responsáveis por sua administração. Posteriormente, as universidades criaram as licenciaturas em etnoeducação indicando um tímido avanço em termos de abertura para diversidade pelas IES colombianas. De outro lado, dados de 2016 apontam que 59% do corpo universitário colombiano corresponde ao grupo social com maior poder aquisitivo do país (CINDA, 2016). No seguinte subtítulo veremos que perante esse cenário de exclusão os indígenas colombianos idealizaram em 1984 a fundação de uma universidade própria, a UAIIN.

Bolívia e Equador, na primeira década do século XXI, criaram o Constitucionalismo Plurinacional e Intercultural anunciado como paradigma alternativo ao moderno hegemônico. Baseado na ideia de interculturalidade, visa refundar o caráter homogeneizador e monocultural a partir do reconhecimento da pluriculturalidade. A concepção de Estado legitima o conjunto de povos autônomos e o respeito de suas características próprias. Apesar da unidade do Estado, o poder estatal reconhece às instituições dos grupos étnicos culturalmente distintos. A implantação desse paradigma implica em descolonizar a sociedade e as estruturas estatais incluindo os sistemas educacionais.

A constituição plurinacional No Equador, promulgada em 2008⁴, redefiniu o país como uma República Intercultural e Plurinacional. O texto constitucional é pautado no conceito indígena de *Sumak Kawsay*, também conhecido como *Buen vivir*, que prega a construção de uma relação holística e harmoniosa entre indivíduo, sociedade e natureza. No que tange à educação, o texto constitucional determinou que o Sistema Educacional Nacional deveria incorporar e difundir os valores da plurinacionalidade e

⁴ A nova constituição fez parte da Revolução cidadã proposta pelo então presidente Rafael Correa, cujo mandato se iniciou em 2007 e teve fim em 2017.

do *Sumak Kawsay*. A educação básica foi definida como um direito fundamental e obrigatório e foram criados projetos de educação bilíngue e intercultural. O ensino superior passou a ser regulado pela Lei Orgânica de 2010, também pautada pelo *Sumak Kawsay*, almejando um modelo de Universidade voltado para a construção de uma sociedade harmoniosa.

Um importante avanço dessa lei foi o estabelecimento da responsabilidade estatal na promoção do ensino superior autônomo e gratuito. Até então, a maioria das IES equatorianas eram privadas. Porém, os conceitos centrais da reforma constitucional não foram adotados como princípios da Lei Orgânica, aparecendo somente no Artigo 9º que afirma que o ensino superior é essencial para a construção de uma sociedade intercultural e de *Buen vivir* (EQUADOR, 2010). No entanto, os indígenas organizados na CONAIE desse 1996 trabalhavam na idealização da UINPI-AW, universidade própria que legitimou pioneiramente os conceitos de reconhecimento da pluralidade étnica e cultural. Retomaremos esse debate nas próximas páginas.

A constituição boliviana promulgada em 2009 definiu o país como um Estado Plurinacional Comunitário e baseado nos princípios do *Buen Vivir*, descolonização, distribuição de riquezas e democracia igualitária. Semelhante a equatoriana, a constituição boliviana também estabeleceu o objetivo de uma sociedade descolonizada e pautada pelo preceito do plurinacionalismo. Criou-se o Sistema de Ensino Plurinacional (SEP), abertamente crítico das concepções educacionais hegemônicas e legitimador dos saberes indígenas. Adotou-se o *Buen Vivir* como premissa básica do ensino (SALINAS; VILLEGAS; MENDIZÁBEL, 2015).

O ensino superior passou a ser regulado pela Lei 070 de 2010 ou Lei Avelino Siñane e Elizardo Perez, dois líderes que fundaram escolas indígenas no período colonial. A nova lei afirma que o objetivo da educação superior boliviana é “universalizar os saberes e os conhecimentos próprios para o desenvolvimento da educação a partir de diferentes identidades culturais” (BOLÍVIA, 2010, p. 7). Propôs a educação bilíngue e intercultural, e afirmou a capacidade transformadora da educação. Segundo o artigo 22, é objetivo das IES bolivianas produzir conhecimento científico e tecnológico em articulação com os saberes de povos indígenas, camponeses e tradicionais. Diferentemente da legislação educacional equatoriana, os preceitos constitucionais da Bolívia estão presentes na Lei 070 perpassando todas suas proposições. Dito seja de passagem que, aproximadamente duas décadas antes, os povos indígenas articulados na RIT discutiam a criação da universidade própria denomina UNIK. Voltaremos ao assunto no seguinte apartado.

A breve revisão comparada entre Bolívia, Equador e Colômbia mostrou que a adoção do paradigma multicultural e do plurinacional como bases constitucionais ocorreram após décadas de reivindicação dos povos indígenas nos três países. Na Colômbia, apesar do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e culturalmente diversos na Constituição de 1991, permanecem as estruturas excludentes que condicionam o florescer da educação própria. Para desenvolver esse argumento, a seguir analisamos a trajetória da UAIIN. Já em Bolívia e Equador, o paradigma plurinacional permitiu uma reestruturação estatal em busca da descolonização da sociedade. Apesar disso, é possível constatar que os impactos dessas reformas constitucionais nas legislações educacionais são mais representativos na Bolívia, principalmente no que tange ao ensino superior. No Equador, os avanços ficaram restritos à educação básica e as ações que buscam gerar o acesso de povos indígenas às IES focaram apenas na entrada desses estudantes, não em sua inserção. A reflexão sobre ambos países será desenvolvida no âmbito das universidades próprias UIINPI-AW e da UNIK.

Projeto político-pedagógico das universidades próprias

As universidades próprias constituem-se como reafirmações epistemológicas e da autonomia dos povos indígenas perante o ensino hegemônico. É imperioso frisar a abstenção e o descaso dos Estados nacionais para garantir, de fato, o direito à educação e a valorização dos saberes tradicionais, assim como das línguas e culturas próprias. As universidades próprias foram idealizadas por organizações indígenas de reconhecida relevância nos respectivos países. Para a RIT, o CRIC e a CONAIE, a educação própria, autonomia política, autogoverno, afirmação identitária, interculturalidade, a promoção do Estado plurinacional (em Bolívia e no Equador), compõem o conjunto de reivindicações contemporâneas (BRITO; RUANO-IBARRA, 2018).

Categorias	UNIK	UAIIN	UINPI-AW
Idealização	1993	1984	1996
Criação	1995	2003	2004
Fundadora	RIT	CRIC	CONAIE

Quadro 1 – Fundação das universidades próprias analisadas

A UNIK (Bolívia), UAIIN (Colômbia) e UINPI-AW (Equador) foram criadas respectivamente nos anos de 1995, 2003 e 2004, objetivando contornar os obstáculos para o acesso das/dos/des indígenas ao ensino superior e concretizar os debates sobre a interculturalidade do ensino. Nessa perspectiva, as universidades próprias mostraram que não se trata somente de reivindicar o acesso, mas incidir na transformação social. De acordo com Sánchez (2009), as universidades próprias tornaram-se um sistema indígena que lhes permite exercer seu direito à livre determinação sob o marco de seus respectivos Estados.

No momento histórico que emergiram as ideias em prol da criação de universidades próprias, respectivamente 1993, 1984 e 1996, os movimentos indígenas possuíam expertise política interétnica fortalecida, principalmente a partir dos processos organizativos étnicos inaugurados na década de 70. A UAIIN foi formalmente constituída em 2003, 13 anos depois da concepção da ideia e a UINPI-AW foi oficializada em 2004, nove anos depois da idealização inicial. Ao questionarmos pela delonga desses processos encontramos como causa as barreiras à entrada impostas pela lógica neoliberal e à colonialidade do saber/poder, principalmente no tocante aos processos de acreditação da qualidade do ensino superior.

Os fundamentos dos projetos político-pedagógicos das universidades próprias revelam sua orientação para o arreigo histórico e para modos de ser e estar nos Andes. A historicidade fundamenta e legitima o saber andino, a educação própria e o bilinguismo – em línguas indígenas e em espanhol. Pertinente relembrar a imbricação entre bilinguismo e afirmação das línguas próprias perante o idioma oficial e do bilinguismo como pedra angular da utopia intercultural (BRITO; RUANO-IBARRA, 2018).

Categoria	UNIK	UAIIN	UINPI-AW
Chakana	X	--	X
Bilinguismo	X	X	X

Quadro 2 – Fundamentos da educação própria andina

Os projetos político-pedagógicos da UNIK (Bolívia) e da UINPI-AW (Equador) se fundamentam na *Chakana*, abordagem andina que, no primeiro caso, se compreende a partir das dimensões de *munay* (querer), *yachay* (saber), *ruway* (fazer) e *atiy* (poder). Essas quatro dimensões abrangem a vida material prática, energética, estética e organizativa territorial (Saavedra, 2008); no segundo caso, a *Chakana* também se denomina Cruz Andina e se constitui nos seguintes elementos básicos: i) a vida material; ii) a Mãe Terra; iii) a integralidade da vida intelectual e sentimental e iv) a vida comunal (DA ROSA, 2016).

A dimensão do Querer e dos Sentimentos da *Chakana* também é central na noção de *Sentipensar* de Fals Borda (1984, 2002, 2009), que reconheceu esse aprendizado durante suas pesquisas de campo com ribeirinhos e indígenas colombianos. Mediante essa noção, destacou a bidimensionalidade na linguagem, nos símbolos e na comunicação entre grupos étnicos que lutam pelo acesso à terra. *Sentipensar* constitui um princípio de vida que implica pensar com o coração e com a mente, exigindo a não-binaridade entre mente e corpo, coração e cabeça, razão e emoção. *Sentipensar* supõe a interconexão entre emocionalidade e pensamento.

A metodologia da UINPI-AW baseia-se na ideia de que, para além dos conteúdos, as estruturas dos cursos também devem seguir uma Racionalidade Própria, porém, Intercultural. Dessa forma, as *Trazas*⁵ (poderiam equiparar-se aos cursos no ensino convencional) apresentam três ciclos de conhecimento, *Runa Yachay* (ciclo do conhecimento ancestral), *Shuktak Yachai* (ciclo do conhecimento ocidental, dos outros) e *Yachay Pura* (ciclo do conhecimento intercultural) (SARANGO, 2009). O enfoque metodológico da UINPI-AW (Equador) voltado para a *Chakana* destaca “a unidade entre

⁵ O termo que pode ser traduzido como caminho nomeia o que chamamos curso no ensino superior convencional. A palavra busca refletir o enfoque holístico do processo de ensino-aprendizagem (SARANGO, 2009).

as partes e o todo [embora] reconheça a permanente tensão de correspondência, complementariedade, relacionalidade e reciprocidade” (DA ROSA, 2016, p. 92).

Nesse enfoque há que enfatizar a interculturalidade e o processo holístico do ensino-aprendizado. Conforme Bolaños (2013), as universidades próprias não estão alheias ao que se aprende-ensina nas universidades convencionais ou enclausuradas nos diversos conhecimentos fundamentados nas raízes ancestrais de respeito a mãe terra, ao território, aos lugares sagrados e a espiritualidade; e, apesar disso, o caráter utópico que almeja pela superação da submissão e subalternização não ocorre sem contradições e tensionamentos como será demonstrado adiante.

A UINPI-AW defende que, para além dos conteúdos, a estrutura dos cursos deve fundamentar-se na racionalidade própria e intercultural. Krainer et al. (2017) destacou a influência dos cinco centros do saber andino: i) *Kawsay* (vida) ou desafio da construção da sabedoria; ii) *Ushay-Yachay* (poder-saber) ou desafio da interculturalidade; iii) *Yachay-Munay* (saber-querer) ou cosmovisões, racionalidades e filosofias; iv) *Ruray-Ushay* (fazer-poder) ou desenvolvimento do engenho humano para a vida e v) *Munay-Ruray* (querer-fazer) ou desafio de construir o *buen vivir*.

O enfoque político-pedagógico da UAIIN (Colômbia) se ampara nas Mingas Itinerantes e na Avaliação Descentrada. Na primeira instância, introduziu-se três espaços: i) casas dos *Cabildos*, Centros de Formação Indígena e escolas comunitárias; ii) mingas educativas, mingas de harmonização espiritual, congressos, juntas diretivas e assembleias comunitárias do CRIC; iii) as montanhas, páramos, lacunas, vulcões e rios. A avaliação é integrada por três dimensões: 50% correspondente à assistência e ao desempenho conforme o respectivo plano de ensino-aprendizagem; 25% à autoavaliação e 25% à avaliação comunitária (CRIC, s/d). Essa modalidade de ensino itinerante rompe com a hegemonia da sala de aula enquanto lugar do ensino-aprendizagem e extrapola a agência dos sujeitos descentrando essa responsabilidade para além das/dos docentes.

A construção participativa do conhecimento nas universidades próprias e a reflexão voltada para compreender e incidir na transformação da realidade circundante relembra os fundamentos da IAP de Fals Borda (1978). Em contraste com a centralidade da figura do corpo docente e administrativo nas universidades convencionais, na UINPI-AW os conteúdos são decididos pelas comunidades e organizações de base, correspondendo a universidade própria a responsabilidade pela sistematização dos processos de priorização (SARANGO, 2009).

Categoria	UNIK	UAIIN	UINPI-AW
Gestão comunitária	X	X	X
Admissão contextualizada de discentes	X	X	X
Pesquisa aplicada às necessidades locais	X	X	X
Resgate de conhecimentos e das línguas tradicionais	X	X	X

Quadro 3 - Dimensão comunitária e local das universidades próprias

A importância da pesquisa aplicada às necessidades locais priorizando o resgate de conhecimentos originários e das línguas tradicionais constitui-se enquanto movimento descolonizador. Na perspectiva de Fals Borda e Mora-Osejo (2002), o desleixamento das contribuições indígenas deveria ser motivo de permanente preocupação da sociedade. Complementarmente, dizem os autores, requerem-se instituições de ensino superior comprometidas com o bem comum especialmente com as urgências dos povos. Nesse sentido, as universidades seriam compreendidas enquanto crisóis de ensino, criação, acúmulo e difusão de conhecimento para formar cidadãos alicerçados às suas realidades.

Conclusão

Neste capítulo refletimos sobre a inserção dos povos indígenas no ensino superior de Bolívia, Colômbia e Equador. Para isso, desenvolvemos uma discussão sobre a demarcação constitucional do direito à educação e as legislações educativas em perspectiva com a construção e o funcionamento de Universidades Próprias em cada um dos três países: a *Universidad Intercultural Indígena Originária Kawsay* (UNIK), na Bolívia; a *Universidad Autónoma Intercultural Indígena* (UAIIN), na Colômbia; e a *Universidad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas “Amawtay Wasi”* (UINPI-AW), no Equador. A reflexão tem como ponto de partida a distinção conceitual entre entrada e inserção, sendo esse referente à plena participação política e cultural nos espaços educacionais e aquela apenas ao ingresso nas instituições de ensino superior.

Como apontado ao longo das páginas acima, a discussão sobre inserção educacional é perpassa pelas dimensões sociopolítica e jurídico-constitucional. O

acesso à educação, e especificamente ao ensino superior, é atualmente um direito reconhecido e positivado nos textos constitucionais da maioria dos países e em acordos internacionais. Entretanto, nos três países analisados, a historicidade das regulamentações e das práticas estatais perpetuaram estruturas de inequidade que impediram o acesso pleno a esse direito aos povos culturalmente diversos. A adoção do constitucionalismo moderno ocidentalizado, após a independência dos países latino-americanos, legitimou sistemas educacionais que marginalizaram aos povos nativos e excluíram seus saberes e tradições, principalmente dos projetos político-pedagógicos do ensino superior. Com a luta indígena durante mais de 500 anos por equidade e inclusão, novos paradigmas constitucionais foram inaugurados, desdobrando-se em reformas constitucionais em Colômbia, Equador e Bolívia.

Na Colômbia, uma nova constituição foi promulgada em 1991 com base no paradigma da multiculturalidade. Apesar de ter apresentado avanços nos direitos indígenas e reconhecido a diversidade cultural do país, a nova constituição não proporcionou reformas educacionais capazes de combater as estruturas de inequidade que impedem a inserção de povos nativos nas IES. Na década seguinte, Equador e Bolívia realizaram suas reformas constitucionais e propuseram um novo paradigma: o constitucionalismo plurinacional. Esses países reconheceram-se como territórios plurinacionais e criaram instituições interculturais com o objetivo de promover a descolonização de suas sociedades nacionais. Pautados pelos conceitos indígenas de *Sumak Kawsay* e/ou *Buen Vivir*, os sistemas educacionais iniciaram reformulações que refletissem ditos princípios.

Contudo, no Equador, as novas legislações educacionais ainda apresentaram dificuldades para a inserção de povos culturalmente diversos nas instituições de ensino. A inserção dos preceitos constitucionais não alcançou a refundação da filosofia pautada no saber ocidentalizado predominando ainda as exclusões como vimos, por exemplo, nos entraves governamentais à existência das universidades próprias. Na Bolívia, por outro lado, embora a legislação educacional esteja permeada profundamente pelos conceitos indígenas que pautam a constituição persistem as inequidades estruturais que impedem o usufruto do direito à educação aos povos indígenas. Nesse ponto, as Universidades Próprias representam possibilidades efetivas para a inserção indígena no ensino superior.

As Universidades Próprias constituem-se como instituições de ensino que reafirmam as epistemologias e saberes indígenas em contraposição ao ensino superior ocidentalizado que ainda predomina em países da América Latina. Diante da marginalização de povos nativos causadas pelas referidas inequidades estruturais,

representam um sistema educacional fundamentado nos saberes indígenas. Por meio disso, buscam afirmar sua própria identidade cultural, incidir na construção de sociedades plurinacionais (Bolívia e Equador) e combater as desigualdades educacionais perpetuadas pelos sistemas convencionais de ensino. Idealizadas por movimentos indígenas nos três países, as Universidades Próprias inauguraram projetos político-pedagógicos voltados para a autonomia desses povos (BRITO; RUANO-IBARRA, 2018).

A construção das Universidades Próprias passa pela formulação de projetos educacionais que valorizam os saberes ancestrais e os modos de vida dos povos andinos. Por meio do bilinguismo, dos conceitos indígenas como premissas fundacional e das racionalidades indígenas na organização do ensino, as Universidades próprias oferecem um ambiente de ensino-aprendizagem que possibilita a inserção estudantil e a reprodução-atualização dos saberes tradicionais. Contudo, buscam perspectivas holísticas para não se tornarem alheias aos saberes ocidentais apesar dos tensionamentos entre as hierarquizações próprias da ciência ocidental. Dessa forma, materializam a ação política da descolonização das sociedades e da promoção da interculturalidade e plurinacionalidades.

Dentre os principais empecilhos à existência das Universidades Próprias destacamos a hegemonia dos instrumentos burocráticos estatais, especificamente os processos de acreditação das IES, a qual revela a eficácia ideológica das estruturas coloniais da colonialidade do poder-saber. Neste capítulo, mostramos que os processos de criação e consolidação institucional da UNIK (Bolívia), UAIIN (Colômbia) e UINPI-AW (Equador), embora sejam importantes avanços na descolonização do saber, demandam a ação política sistemática dos povos indígenas. No entanto, a insurgência indígena diante da expansão neoliberal no ensino superior é ameaçada contundentemente pelos mecanismos burocráticos de avaliação e acreditação estatal do ensino superior. Finalizamos destacando a denúncia indígena reiterada e legítima no tocante a que os Estados-nação que deveriam garantir os direitos constitucionais os sobrepujam.

Referências

BOLAÑOS, G. La Universidad Autónoma Indígena (UAIIN): Um processo que consolida, construye y revitaliza las culturas desde la acción organizativa. *Isees* — Inclusión Social y Equidad en la Educación Superior, n. 12, p. 87-100, ene./jun. 2013.

BOLÍVIA. **Lei 070**. Lei Avelino Siñane e Elizardo Perez. La Paz. 2010. 68 p.

- BRITO, J.; RUANO-IBARRA, E. Perspectivas sobre o ensino superior a partir da produção documental de organizações indígenas dos países andinos. In: 24º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNB, 2018, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 2018.
- CENTRO INTERUNIVERSITARIO DE DESARROLLO. **Educación Superior en Iberoamérica: Informe 2016.** Santiago. Chile. 2016.
- COLÔMBIA. **Lei 30 De Dezembro 28 De 1992.** Bogotá. 1994. 26 p.
- COELHO, E. Ações afirmativas e povos indígenas: o princípio da diversidade em questão. **Políticas Públicas**, Maranhão, v. 10, n. 2, p. 1-12, 2006.
- DA ROSA, G. **Pluriversidad amawtay wasi: caminhos para a universidade na América Latina.** 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- EQUADOR. **Lei Orgânica de Educação Superior.** Quito, 2010. 63 p.
- FALS BORDA, O. **Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla.** Bogotá: Federación para el análisis de la realidad colombiana (FUNDARCO), 1978.
- FALS BORDA, O. **Resistencia en el San Jorge.** Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1984.
- FALS BORDA, O. Tomo 4: Retorno a la Tierra. In: FALS BORDA, O. **Historia doble de la Costa.** Bogotá: El Ancora, 2002. p. 29-53.
- FALS BORDA, O. **Una Sociología Sentipensante para América Latina.** Antología de textos seleccionados presentados por Víctor Manuel Moncayo. Bogotá: CLACSO/Siglo del Hombre Editores, 2009.
- FALS BORDA, O.; MORA-OSEJO, L. E. La superación del eurocentrismo. Enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro contexto tropical. **Polis** [online], n. 7, p. 1-10, 2002.
- FRANCO, T.; RUANO-IBARRA, E. Paradigmas Constitucionais e o acesso indígena à educação: plurinacionalidade e interculturalidade em Bolívia e Equador. In: TEIXEIRA, E. F. et al. **Direitos sociais: reflexões e desdobramentos.** 1. ed. Curitiba: Appris. 2019.
- KRAINER, A.; AGUIRRE, D.; GUERRA, M.; MEISER, A. Educación superior intercultural y diálogo de saberes: el caso de la Amawtay Wasi en Ecuador. **Revista de la Educación Superior**, v. 46, n. 184, p. 55-76, out./dez. 2017.
- SALLINAS, R.; VILLEGAS, M.; MENDIZÁBEL, C. Bolívia entre la realidad económica y la utopia académica. **Revista Cubana de Educación Superior** [online], v. 34, n. 1, p. 81-160, 2015.
- SARANGO, L. F. Universidad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas “Amawtay Wasi”. In: MATO, D. (Ed.). **Instituciones interculturales de educación superior en América Latina: procesos de construcción, logros, innovaciones y desafíos.** Caracas: IESALC-UNESCO, 2009. p. 191-213.
- TOKATLIAN, J. Colombia, el Plan Colombia y la región andina ¿Implosión o concertación? **Nueva Sociedad**, n. 173, p. 126-143, maio/jun. 2001.
- TULLY, J. **Strange multiplicity: Constitutionalism in an age of diversity.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

YOUNG, I. M. Equality of whom? Social groups and judgments of injustice. **The Journal of Political Philosophy**, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2001.

Desigualdades persistentes e pobreza na região Andina

Danilo Uzêda da Cruz*

Introdução

Esse artigo se propõe a dialogar com um dos temas mais abrangentes e cruciais para compreender as dinâmicas sociais e históricas do continente latino-americano, particularmente da Região Andina. Tema que nos auxilia a compreender e explicar as questões em torno Estado na América Andina, como um espaço particular cuja formação histórica repercute nas dinâmicas sociais nos dias atuais. Antes, contudo, de analisarmos os casos particulares dos Estados andinos, é preciso ainda fundamentar com maior precisão o tema central para os países periféricos, de economia dependente e complementar, que é a questão das desigualdades persistentes.

Tentamos por meio desse artigo, desse modo, apresentar o tema das desigualdades que persistem como um problema social na América Latina, e particularmente na América Andina, sob o prisma da política. Desigualdades que persistem (TILLY, 1999) como resultado de um longo processo histórico que diz respeito à forma de acumulação, circulação e reprodução do capital. A persistência dessas desigualdades reapresenta a necessidade de uma nova análise, alicerçada nos aspectos histórico-culturais, como subsídios necessários para as formulações anteriores em torno do tema, baseados em premissas sociais e reformas estruturais. E ainda, observando os quadros regionais e territoriais, é preciso articular fortemente ao conjunto mais ampliado do que está acontecendo no mundo, ou das questões em torno das desigualdades em relação aos estudos latino-americanos. Há uma contradição observada por Tilly (1999) e rediscutida por Therborn (2020), já que a América Latina não é a região mais pobre ou mais dividida culturalmente do mundo, mas ainda assim apresenta desigualdades mais profundas e duradouras. E, colocando à parte o Chile, entre os países da América Andina estão aqueles com maiores indicadores de desigualdades sociais, de gênero, interétnicos e geracionais. Os indicadores sociais aceitos mundialmente (como índice de Gini, IDH, IDM) informam que os países andinos sofrem com desigualdades muito maiores do que a Ásia, a África e o oeste pós-

* Pós-Doutor em Desigualdades Globais e Justiça Social, pela FLACSO/UNB.
E-mail: danilohistoria@yahoo.com.br

industrial. No grande continente latino-americano, cuja própria territorialização é uma forjatura das desigualdades entre centro-periferia, apenas o Brasil e Argentina concentram as maiores condições de desigualdades e hiatos sociais interclasses.

Alguns dados são ainda mais graves para as questões relativas à segurança alimentar e nutricional¹. A Bolívia, por exemplo, sua população subnutrida ou em situação de insegurança alimentar os percentuais são críticos, chegando a 22% da população para o primeiro grupo e 64% para o segundo grupo (PNUD, 2019; CEPAL, 2017). De um modo geral impacta sobre os dados e indicadores a questão dos salários e o elevado índice de desempregados, como fatores que fazem perdurar as desigualdades, mas perdem de vista outros elementos importantes e que impactam na questão da pobreza.

O percurso histórico tem demarcado que a população latino-americana vivencia, e convive, com essas disparidades em seus cotidianos e repercutem nos modos de agir socialmente. Seja na forma de fazer política, de convivência dos espaços urbanos (inclusive a nova questão da mobilidade urbana), na relação com o meio ambiente, com o trabalho rural e da terra, nas interações constantes das demandas sociais expressadas nos novos movimentos sociais e tradicionais, além da violência e subnutrição das crianças. Mas, também, como nos lembra Tilly (1998) na dificuldade do acesso aos recursos educacionais, nutricionais, acesso a direitos, à saúde e bens culturais. Por isso mesmo a ciência política tem combatido academicamente que a questão da pobreza não se reduz à sua escala, tendo atingido mais de 200 milhões de pessoas ou 40% do total da população do continente nos anos 1990, reduzido a 37% nos primeiros 10 anos do novo século, e ultrapassado o patamar anterior, chegando a 47% da população continental na segunda década dos anos 2000². Esse elemento é determinante, mas há uma outra parte do problema, ignorada por conveniência, que é a proteção dos 5% mais ricos da população e que representam um quarto da renda total, colocando algumas nações, como Brasil e Guatemala, entre os lugares com as maiores concentrações de renda e maiores indicadores de desigualdades em todo o mundo, enquanto Peru e Equador concentram maiores indicadores de mortes ao nascer. Ainda que esse seja o modelo predominante, a regra guarda a exceção a essa tipicidade, já que Uruguai, Costa Rica e Trinidad Tobago há uma certa constância nas condições de igualdade nos últimos 20 anos, e entre os andinos o Chile e a Venezuela têm reduzido, ao menos até 2019, a fome e pobreza em seus países. Cabe destacar que no caso da Venezuela os dados de pesquisa e das agências de fomento contrastam com aqueles que a grande mídia e um

¹ PNUD, 2019.

² PNUD, 2019.

setor da academia tem insistido em apresentar, posto que segundo a ONU por meio do relatório do PNUD (2019) a subnutrição infantil é de 12%. Quando comparado ao Brasil, esse percentual é de 28,6%, e entre as crianças ianomâmis 79,3% (UNICEF, 2019)³.

O quadro de agravamento das desigualdades alcança duas economias elevadas no continente, como Argentina e Colômbia, cuja inserção no mercado internacional parece refluir no mesmo passo que esse aprofundamento das desigualdades sociais. No primeiro caso a convulsão social e política segue a tendência da América Latina, com uma agudização da crise de governança. O presidente Alberto Fernandez, de centro esquerda, que conta com a vice-presidência de Cristina Kirchner, acena para um novo ciclo de políticas sociais e austeridade ao mercado financeiro. No caso da Colômbia, emblemático entre os andinos, a aparente superação da crise política e civil com o acordo de paz com as FARC ainda ressoa do complemento social e infraestrutural para superação dos conflitos internos. Em ambos os casos não há nenhuma sinalização de que os conflitos possam gerar o contorno de golpeamento à direita ou de militarização do poder, como acontece no Brasil, sob o governo Bolsonaro, sem que isso represente melhoria de vida das populações. Nesse quadro até mesmo Cuba, com todo o esforço revolucionário empreendido por programas redistributivos implementados após 1959, sofre nova e continuamente com embargos, devido à dolarização, e outras desigualdades aparecem no front daquele país, sobretudo discriminação racial e de gênero. Enquanto o Equador passa por grandes dificuldades constitucionais e de reafirmação do Estado plurinacional, com criminalização das populações originárias e particularmente aquelas do campo.

Essa é então a questão crucial desse artigo. Tentar abordar a questão das desigualdades na América Andina, compreendendo que as desigualdades não são apenas uma questão de subdesenvolvimento, pobreza ou de políticas ruins, mas sua raiz nos parece mais profunda e enrustada nas relações sociais mais distintas.

Colonialismos persistentes

O colonialismo impacta ainda, e fortemente, no presente. As disparidades no continente condicionam ainda a uma realidade que parece ser perene, senão natural, em termos de desigualdades, concorrendo para que as populações e movimentos sociais tenham dificuldade em evidenciar os contrastes e disparidades sociais. Mesmo as desigualdades econômicas, que costumam ser as mais aparentes, aparecem nessa

³ Um dado não exclui a gravidade do outro. Matizamos aqui para que se evidencie como a manipulação dos dados pode favorecer ou agravar a situação de um determinado país, levando em consideração sua posição política na geopolítica mundial.

lógica como desigualdades naturais, ou são naturalizadas pela perenidade com que se apresentam nas relações sociais. Essa evidência histórica é ainda mais impressionante, ainda que a historiografia tenha tratado como um fenômeno passado, e de fato é, mas as repercussões permanecem fortemente, e foram reificadas no passar dos séculos.

Não apenas a hierarquização social elaborada e promovida no colonialismo, segregou populações inteiras a partir da conquista (na América Central e na zona andina) e do escravismo com a importação e gentes para o trabalho forçado de África (no Brasil e no Caribe) como também se cristalizou ao longo dos séculos de colonialismo. Nem mesmo as independências, em meio a narrativas nacionalistas e libertárias, conseguiram deslegitimar esse processo de hierarquização, e já no século XIX, com o surgimento das repúblicas independentes e o aprofundamento do capitalismo liberal, as desigualdades já existentes foram agudizadas e transformadas em diferenças de classe, cultura e cidadania, renovando seu discurso de subalternização das classes populares, sobretudo negras e indígenas, mulheres, e populações rurais.

A promessa liberal para as democracias caudatárias da modernização capitalista, difundiu ao longo do século XIX e XX que a ampliação modernizadora traria bens comuns a todas as sociedades, que seriam igualmente alcançadas. Como outras promessas do liberalismo e da modernidade não resultou em melhorias coletivas a todos. Ao menos a parcela mais pobre da sociedade, que permaneceu alheia ao processo ampliado de acumulação do capital, e como comunidade periférica e dependente da modernização. Os fenômenos que seguiram o rastro da modernização contemporânea (urbanização, cultura de massa, industrialismo), também assistiram o surgimento de movimentos de libertação nacional com bandeiras mais diversas (reforma agrária, movimentos populistas, democráticos ou revolucionários) como produto do desigual compartilhamento de bens e serviços, e também como expressão das desigualdades persistentes e alimentadas pelo sistema ampliado. O duplo fenômeno, globalização e neoliberalismo, na mesma medida que generalizaram os processos de acumulação para as potências centrais, também agudizaram as desigualdades históricas da América Latina, ainda que diversos teóricos, inclusive do pensamento de esquerda, tenham apostado que a globalização da economia e das relações em rede seriam cruciais para a melhoria da vida das populações dos países periféricos. A percepção de que o desenvolvimento capitalista em sua ambiguidade não consolidou democracias efetivas para maioria absoluta das populações latino-americanas, mas também asiáticas e africanas, deve passar por uma leitura mais crítica, e de longa duração, incluindo a permanência desses países como fornecedores de matéria prima mesmo agora no século XXI, ou como base industrial para as transnacionais.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, as lacunas sociais no continente se aprofundaram, ampliando o fosso social entre os mais ricos, mais privilegiados e os mais incluídos, mais pobres, despossuídos e excluídos dos direitos, bens e serviços (BID, 1998; KORZENIEWITZ; SMITH, 2000). A desigualdade andina é um paradigma perturbador, com ampla capacidade adaptativa e associada a sistemas sociais e políticos opressivos e disfuncionais. Essa amplitude e longevidade das desigualdades no continente tem como contributo o constructo epistemológico de Tilly (1998), que desenvolveu um conceito para explicar as desigualdades persistentes no mundo, em particular aquelas que assolam os países periféricos.

A hipótese central é de que as desigualdades duradouras entre humanos têm de ser compreendidas em relação à gênese, reprodução e perpetuação de diferenças categóricas, como pares antagônicos que a inclusão de um representa a exclusão do outro (como negro e branco, homem e mulher, cidadão e estrangeiro), que são muito mais do que distinções simples no plano das capacidades, gostos ou, ainda, desempenhos individuais. São abordagens definidas a partir de quatro mecanismos básicos onde as desigualdades duradouras ou persistentes operam, e de onde os agentes sociais incorporam os pares categóricos como categorias assimétricas. A relação inicial é a “exploração”, cujo aspecto crucial é a extração de benefícios gerados por outros, por parte dos indivíduos que controlam recursos específicos. O segundo mecanismo, é a “acumulação de oportunidades” que se desenvolve quando participantes de uma mesma rede acessam recursos que podem e são efetivamente monopolizados a partir do próprio *modus operandi*, aqui são criadas categorias excludentes. O autor ainda nos apresenta dois outros mecanismos: “emulação” e “adaptação”, que reificam a efetividade, como necessidade, das distinções categóricas. A emulação opera no nível da reprodução imitando modelos de desigualdade bem-sucedidos (como a organização das burocracias em outras nações, na formação de novos Estados, por exemplo). Nesse sentido as constituições de Venezuela, Bolívia e Equador, declaradas plurinacionais são vistas mesmo no âmbito jurídico internacional como uma subclasse de constituições e de democracias imperfeitas. Já a adaptação é a observação de como se cria e se rotiniza um determinado saber local constituído como derivação desses modelos. Seguindo o mesmo exemplo, operam nesse sentido trabalhadores em geral do mundo da burocracia que, no seu dia-a-dia, reproduz hierarquias por meio de práticas evasivas, brincadeiras, epítetos, alcunhas, alianças e rede de intrigas, como nos informa o próprio autor⁴.

⁴ As diferenciações sociais são produto das relações sociais. E Tilly (1998) utiliza dois exemplos históricos concretos para explicitar primeiro como a introdução do capitalismo na África do Sul e a constituição do apartheid é paradigmático para entender os mecanismos de exploração. As relações e esforços

As desigualdades persistem como um dilema societal

A questão se expressa em sociedade andinas de forma ainda mais acentuada. São forjadas em longa duração por desigualdades categóricas de processos cuja mediação já foi o escravismo e o extermínio indígena e prossegue com a violência a populações pobres, negras e mulheres. Esse molde aparece na forma de relações e limites sociais elásticos, em uma desconcertante exibição social de dimensões concretas a partir das dimensões dos grupos sociais: ativos, renda e oportunidades, raça, idade, religião e etnia (TILLY, 1999), e acrescentaríamos região ou território. Os indivíduos em seus agrupamentos sociais que formam as populações nacionais são transversal e interseccionalmente cortados por relações de poder, hierarquizações, educação, tecnologias, idioma, cultura, honra, sistemas de crenças com mais intensidade e ao mesmo tempo do que em outros períodos históricos, e com perfis sutis de inserção na vida social possíveis de enxergar quando analisamos historicamente as formações sociais (TILLY, 1999; SANTOS; MENEZES, 2007).

Não desaparecerão com a “globalização” do século XXI, antes pelo contrário. O que se observa na literatura é que as disparidades acompanharão os processos globais de mudança, que tendem a reduzir os custos de mão-de-obra, favorecendo a alta tecnologia e os estratos mais capitalizados e letrados.

Entretanto é ainda mais grave o quadro contemporâneo. Ao contrário do que o liberalismo e humanismo dos séculos XVIII e XIX tentavam expressar como bens comuns aos avanços do capital, o momento histórico atual expressa claramente a assimetria, sem tentar escondê-la ou camuflá-la (ŽIŽEK, 2015). Desse modo o globalismo do novo século não pretende gerar igualdade de condições e sim acentuar que as assimetrias são e serão justificadas porque a população tem níveis sociais, políticos e culturais diferentes.

coordenados de indivíduos que se convertem em dominadores (funcionários de Estado e capitalistas brancos) detêm o monopólio dos recursos disponíveis (no começo, jazidas de minérios e, depois, a indústria e o comércio) e os benefícios retornam a partir de processos de exclusão categorial (como no caso dos mecanismos de controle do trabalho, que incluem fronteiras definidas segundo princípios étnicos no interior das empresas capitalistas). No segundo exemplo analisa as formas de discriminação das mulheres no mundo do trabalho em empresas norte-americanas e como a combinação dos mecanismos de exploração, acumulação de oportunidades e modalidades de aquisição de capacidades e de treinamento diferenciais, resultam em “aptidões diferentes”, demonstrando como esse extenso e complexo processo viabiliza as desigualdades de gênero.

Dilemas da contemporaneidade

Durante a década de 1990, havia uma preocupação geral de que o modelo neoliberal poderia dar conta em garantir uma globalização econômica eficiente, admitindo que os povos mais pobres teriam suas economias e culturas recolonizadas a partir do modelo dependente e periférico. As desigualdades sociais apareciam no modelo neoliberal como inevitáveis, quase como um filme hollywoodiano. A naturalização das desigualdades entre os povos era propositalmente confundida com as diferenças entre nações, formações históricas, etc. o fim da história era anunciado como o fim das contradições, ainda que as disparidades seguissem apartando cada vez mais ricos dos pobres.

O novo século trouxe à tona novas preocupações que estravam enquanto lutas sociais desde os anos 1960, e que impactam as desigualdades persistentes, como as questões de gênero, orientação sexual, natureza, autonomia indígena e cultural e direitos humanos. Esses problemas sociais reabriram os debates na sociedade, por meio dos movimentos sociais, sejam eles novos ou os tradicionais com bandeiras renovadas. E como substrato dessa luta uma bandeira unificada contra a globalização capitalista. As vozes são múltiplas e são expressas através da discussão pós-marxista, enraizada nos direitos trabalhistas e cívicos da América Andina. Ao mesmo tempo novos estudos reabriram os debates sobre desigualdades, possibilitando reanalisar o quadro distópico vivido na América Latina e Caribe, mas particularmente entre os países andinos, que combinam mais do que sua regionalização geográfica, e compartilham de dilemas próximos

A década de 1990 deixou como legado a concentração de renda e ampliação das desigualdades, repercutindo fortemente na busca por outras alternativas para o continente. A região apresenta casos surpreendentes: Costa Rica, por exemplo, conseguiu preencher nichos eficazes em áreas ambientais e de alta tecnologia dentro da nova ordem global, enquanto o Chile, combinando dinamismo das exportações e eficácia nos programas sociais, parece buscar a superação desse quadro nos primeiros anos do novo século, mesmo que enfrente recentemente resistências ao modelo e à própria constituição. O México, durante a transição para a democracia, um presidente próximo ao mundo dos negócios incentiva os microempresários com o apoio de organizações não-governamentais como uma nova maneira de superar as persistentes desigualdades do país. Mesmo as alternativas de neodesenvolvimentismo do presidente Lula (2002-2010) no Brasil reivindicou para o Estado novamente a responsabilidade de combater as desigualdades (amplamente, já que no conjunto das políticas públicas buscava-se tanto a equidade como a reinserção de direitos sociais e políticos para

grupos de excluídos). O mesmo se pode dizer para Uruguai, Bolívia e Equador, em uma chamada reconversão à esquerda em governos que até pouco tempo eram controlados por ditaduras militares.

É difícil falar de algum tema latino-americano, ou andino em particular, sem que surja a questão da desigualdade. Ao mesmo tempo é um problema de longa data, que se renova e persiste na forma de desigualdades tão cruéis, como a violência contra a mulher e o assassinio da juventude negra, ou a concentração de terra, por exemplo. Do mesmo modo entraríamos em um fatalismo político se não enfrentássemos que algo caminhou diferente na primeira década dos anos 2000, não apenas pela elevação de renda, mas pelo acesso as universidades, por maior renda entre as mulheres, pelo acesso a água e luz, em um programa aprendido com as políticas sociais do governo Lula e que repercutiram por toda a América Latina. Há ainda uma necessária transformação sobre a questão da segurança alimentar, que envolve trabalhadores rurais, camponeses, agricultores familiares e povos tradicionais, ao que se deve considerar que o desenvolvimento de novas políticas possibilitou um novo arranjo institucional que garantiu melhoras significativas nos indicadores de desigualdade.

É preciso, contudo, separar, de forma que possibilite uma melhor compreensão do fenômeno, diferença e desigualdade. Uma boa parte dos autores que debatem o tema passam parte de seu texto esclarecendo o que a literatura de meado do século XX tratou confusamente. Assim, uma diferença é sobretudo horizontal, sem que nada ou ninguém esteja acima ou abaixo, seja melhor ou pior, não implicando em sistemas de opressão e exclusão. A desigualdade é sempre vertical, envolvendo hierarquização ou ranking social. No mar das vezes quando uma diferença aparece como sobreposição a uma outra categoria, está associada a uma dimensão da desigualdade. Outro aspecto é que diferenças servem para categorizar, apresentando as características intrínsecas a um determinado fenômeno social ou relação, o que, de modo contrário a desigualdade utiliza a categorização para alcançar moralmente o apartheid, a submissão, a marginalização ou explicação moral para as violências, por exemplo. Por último, há um processo metabólico pelo qual a diferença, enredada nas relações sociais, é apresentada como condição de desigualdade. Esse é um elemento comumente utilizado para que homens percebam oportunidades de empregos e salários que mulheres, retrata uma desigualdade de gênero. Mas o maior vigor físico e destreza do jovem médio, diante de alguém que já ultrapassou a casa dos 60, não pode ser considerada uma desigualdade. Entretanto, se o mercado impossibilita o trabalho e emprego a pessoas com mais de 60 porque não tem o vigor físico ou destreza, temos uma caracterização de desigualdade. Assim como diferentes oportunidades de vida das mulheres em comparação com os homens, dos negros filhos de trabalhadores preteridos para brancos filhos de

banqueiros, também se alinham na dimensão da desigualdade. A região tem sido recentemente percebida como uma dimensão de desigualdade na América Latina, hierarquizando populações das cidades para as interioranas, do nordeste para o sudeste, no caso do Brasil, ou populações rurais bolivianas diante das urbanizadas.

Acompanharemos assim os percursos de Therborn (2015) e Tilly (1998), além de inserir as abordagens presentes em Miguel (2016). O que é relevante aqui é identificar que todas essas desigualdades permanecem como persistentes e duradouras (TILLY, 1998) e também são destrutivos para as populações e relações sociais do presente, como foram no passado, e gerações futuras, pelo legado destrutivo e corrosivo (THERBORN, 2015).

Um agrupamento teórico sobre as desigualdades está na escolha da vida e da morte. Ainda que certeza de que todos morreremos um dia perturbe sobretudo os que vivem em melhores condições materiais, há uma inevitabilidade biológica e ainda não superada pela ciência e tecnologia: todos morreremos. Não difere de outra condição do ser humano que é a vulnerabilidade física e mental de nossos corpos, conferindo esse um dos aspectos cruciais, irmanada à dominação, para a transcendência emanada de todas as religiões e desenvolvimento científico-tecnológico: somos frágeis. O quadro de pandêmico em torno do Covid-19, e pelo qual o mundo científico ainda não encontrou alternativas, é um exemplo disso. Entretanto, o tempo e a qualidade da vida são determinados por padrões sociais de fácil identificação (THERBORN, 2015). Há uma alta taxa de mortalidade, por exemplo nos países pobres para crianças que antes de completar 1 ano morrem com muito mais frequência do que em países ricos, assim como entre 1 e 5 anos. E nada difere das condições sanitárias e nutricionais dessas crianças, que também permanecem, em média, 1/3 subnutridas do que as populações mais abastadas, mesmo internamente ao território nacional. Esse dado é também apresentado no último relatório do Banco Mundial, em que analisou o novo avanço da pobreza na América Latina (Banco Mundial, 2019). A outra ponta do ciclo da vida humana não é diferente, diz o relatório. Os mais velhos mais pobres morrem antes de conseguir se aposentar⁵, tendo uma vida mais curta e com mais privações. A chamada desigualdade vital (alguma coisa que se situa entre a vida e a morte), é diagnosticada a partir da expectativa de vida e sobrevivência das populações, e que vem se caracterizando por seu potencial de extermínio para as populações mais frágeis.

⁵ Se repercutirmos ainda aqui as recentes alterações trabalhistas promovidas pelos governos na América Andina, em breve chegaremos à conclusão de que não vale à pena fazer parte do sistema de previdência ou da vida dentro da legalidade normativa. Em breve nenhum de nós conseguirá se aposentar, a distinção é que os mais pobres perecerão ainda mais cedo.

No mesmo esteio analítico, encontramos a desigualdade do modo de existir no mundo, derrubando o indivíduo, hierarquizado e banido socialmente, na sua condição mesma de ser pessoa. Esse campo de desigualdade inviabiliza o movimento e a ação das pessoas, negando-lhe sua existência em condições gerais de igualdade a outros pares categóricos, não reconhecendo sua igualdade básica de humanidade e gerando com isso a negação absoluta de tudo que dela derive. É o elemento de forte conteúdo hierárquico e segregacionista, gerando em sequência humilhações e violência para os negros, povos originários e comunidades tradicionais, mulheres, imigrantes pobres⁶, membros de castas inferiores e grupos étnicos cuja herança cultural ou colonial os estigmatizaram. Entretanto é importante lembrar, e tanto Miguel (2016) quanto Therborn (2015) nos lembram disso, não aparece apenas no contexto da discriminação clara e objetiva, nem tão pouco ostensiva. Assume formas também sutis de valoração e hierarquização dos sujeitos sociais, indivíduos e agrupamentos inteiros. Na América Andina, Quijano (2005) nos chama a atenção para o quanto isso é uma herança persistente do período colonial, e emulada pelas vias de exploração e convencimento cultural (ideológico ou não).

A concentração material, de recursos e serviços públicos é talvez o mais claro campo em que se concentram as desigualdades. A tradução disso é de que os sujeitos sociais contam com recursos não apenas distintos, mas valorativamente inferiores para sobreviver. Podemos perceber, ainda dentro desse campo, quatro aspectos cruciais para as populações andinas, quais sejam: dificuldades no acesso à educação, aos serviços públicos, à moradia e à terra, cuja concentração nas mãos de poucos parece já ter sido dado como natural por economistas e cientistas sociais sem que isso derive em desigualdades brutais aos sistemas sociais das populações do campo.

Um quarto e último campo em que concentramos o tema das desigualdades é a desigualdade regional ou territorial, interagindo interseccionalmente a outras desigualdades para produzir mais apartação social e exclusão do sistema de direitos a partir da localização, como já esboçamos anteriormente.

Therborn (2015) sugere quatro mecanismos de onde são produzida as desigualdades, em uma abordagem que aproveita diversos elementos já tratados em Tilly (1999), quais sejam: o *distanciamento*, pessoas correm à frente e outras deixadas para trás; a *exclusão*, por meio de um muro (na moda fisicamente, mas falamos de muros também simbólicos e subjetivos) segregando e tornando impossível ou imensamente difícil a superação em uma ou duas gerações para determinados agrupamentos de

⁶ Aos poucos fica mais claro que a xenofobia não é geral e irrestrita, mas restrita aqueles que fogem da pobreza em seus países na esperança de acolhimento, trabalho e vida digna em outras nações.

pessoas; as *institucionalização da hierarquia*, como já vimos em Quijano (2005) e Tilly (1998) reafirma que as sociedades e as organizações são constituídas por meio de degraus e gradações em que algumas pessoas o acesso é livre e a outras é cerceado e “algumas pessoas permanecem empoleiradas em cima e outras embaixo” (THERBORN, 2015); e por último a *exploração* mecanismo igualmente cruel em que as riquezas dos ricos derivam do trabalho e subjugação das populações empobrecidas, miseráveis e desfavorecidas.

De todo modo convergem para a compreensão de que é o “sistema-mundo moderno” o responsável para uma hierarquização mundial segmentada em centro, semiperiferia e periferia, ou em povos modernos ⁷ (civilizados), emergentes, e ultrapassados (bárbaros)⁸.

O sul ocidental sofreu, assim, um empreendimento colonial-armamentista com pilhagem de metais, matérias primas exploração local e importada de populações inteiras. Ainda que alguns pensadores insistam em dizer que isso já ficou para trás, é impossível e demonstra desconhecimento desse impacto nas formações sociais latino-americanas, inclusive impactando fortemente em seus desenvolvimentos. Mesmo porque na passagem forçada para a “modernidade”, onde as antigas colônias deixaram para trás as metrópoles políticas e passaram a depender e gravitar em torno do capital, o trabalho e a produção permaneceram como fonte de abastecimento desses países centrais.

Nenhum desses mecanismos age isoladamente, nos lembra Miguel (2013), e mesmo a exploração como um mecanismo evidente de operação das desigualdades, não é causa direta, por exemplo, da desigualdade vital, já que aparentemente, a saúde dos saudáveis não é condição para a doença dos não saudáveis. Isso porque não há uma linha monocausal para os fenômenos das desigualdades. Entretanto é possível perceber uma relação direta entre a exacerbação da exploração e lucros do capital, ao acesso a bens e serviços, bem como a exposição e penosidade do trabalho a empregos insalubres

⁷ Esses mecanismos vêm sendo debatidos em buscando a origem das desigualdades no mundo moderno. Essa abordagem renovada pelo pensamento pós-colonial e decolonial tem relacionado os resultados de um longo processo que envolveu colonialismo, exploração e subordinação para a acumulação necessária para que os países do Norte promovessem suas revoluções tecnológicas, inovações tecno-científicas e aprimoramentos sociais. Outra parte dos autores tem identificado como um efeito da exclusão e hierarquização social, impedindo que outras nações pudessem promover seus desenvolvimentos, e, em alguns casos, como no imperialismo britânico na Índia, ou o Espanhol entre os andinos, sustando processo tecnológicos, como os encontrados nas sociedades Incas, Maias e Astecas.

⁸ Parte dessa leitura é uma herança da historiografia medieval, que enxergou nos povos estrangeiros civilizações devastadoras, incivilizadas ou, numa palavra, bárbaras. As recentes renovações historiográficas já estão dando conta dessa revisão, levando em consideração o conteúdo hierarquizador dessa abordagem.

e precarizados, com a saúde e expectativa de vida das populações. É possível traçarmos um exemplo quando observamos os trabalhadores das pedreiras no Brasil, Peru ou Rússia. Ou ainda os trabalhadores argentinos, bolivianos das indústrias, em comparação com os trabalhadores das indústrias americanas ou francesas. Ainda que a penosidade seja uma marca, as condições do trabalho e o adoecimento diferem dos países centrais daqueles periféricos.

Desigualdades persistentes e questões para debate

A desigualdade, ou as desigualdades como tem sido tratada na literatura recente, é um dato empírico e observável nas relações sociais, sobretudo nos países em que o colonialismo determinou assimetrias nas formações dos Estados nacionais. Em situações concretas qual o impacto, simbólico e material para sociedades em que o estudo de uma vida inteira e dedicação para ensino a tantas gentes, não recompensa monetariamente seus artífices, como é no caso da carreira docente? Se colocarmos em comparação importa que professores sejam pior remunerados do que os jogadores de futebol famosos, como Neymar, Messi, ou o James Rodriguez? Ou ainda a disparidade salarial e de patrocínios desse futebol de homens para o futebol de mulheres? Mas esse exemplo icônico, como exagero metodológico, para perceber que há uma crise de recompensa gerada pelas desigualdades. A crise de recompensa gera um descontentamento com as profissões matrizes do conhecimento científico e do magistério, mas também uma quimera nos atores que vivem o presente e possivelmente poderiam ajudar a construir novos e diferentes perspectivas de futuro. Nesse sentido a desigualdade de renda é um elemento crucial para compreendermos como e porque as desigualdades violam os direitos humanos e impactam nos processos de desenvolvimento das sociedades.

Há uma disparidade locacional, assimetria a partir da região e do lugar de onde se vive, gerando uma expectativa de vida 4 a 5 vezes menor do que aquela das regiões ricas. Segundo os dados do último relatório da ONU esses dados podem se referir a países, mas também a bairros dentro de uma mesma região. Como argumentar que isso não é uma determinação do capital sobre a vida das pessoas? Porque as pessoas e populações de regiões ricas tem o direito a mais anos de vida do que aquelas que estão em condição de pobreza ou sob restrições alimentares, nutricionais ou com trabalhos penosos e mal remunerados? É justo pensarmos que maior parte das populações esteja fadada a seguir perseguindo necessidades, enquanto uma pequena parcela sacia desejos?

É seguindo esse percurso que Therborn (2015) discute o tema, a partir do exemplo do país mais rico do globo, os Estados Unidos. Segundo o autor é os Estados Unidos tanto mais rico quanto mais desigual dentre os países ricos, é detentor da terceira maior taxa de pobreza relativa de todos os trinta países da OCDE (seguido de México e Turquia), o que tem populações excluídas de diversas instâncias da vida social e cultural. E, essa mesma potência econômica, anota o maior indicador de pobreza absoluta entre os mais ricos: os 10% mais pobres da população do país têm renda bem menor do que a da média dos pobres da OCDE, e essa renda nos Estados Unidos é inferior àquela dos 10% mais pobres da Grécia (THERBORN, 2015). Um novo paradigma que tem sido predominante na análise das questões sociais é o hibridismo. Essa literatura tem se concentrado na ideia de que a diferença e alteridade não são a mesma coisa de mestiçagem ou sincretismo cultural, largamente pesquisada durante o século XX. Também vem enfrentando o debate homogeneizador do imperialismo cultural e da globalização, como inevitabilidade da modernização das sociedades. A percepção desses elementos e novas ferramentas⁹, colaborou para aprimorar os estudos de desigualdade, articulando esses elementos culturais as determinações estruturais das sociedades.

Assim, os fragmentos culturais híbridos resistem, estabelecem conexões ou nutrem relações de desigualdade, ao mesmo tempo que a sensibilidade social revigoradas nos pensamentos sociológicos e históricos, reposicionam a construção de novas identidades reificando desigualdades categóricas na forma de desigualdades persistentes e duradouras. Em uma palavra, as desigualdades persistentes dão fundamento a definição da América Andina enquanto uma estrutura social e cultural.

Em parte, estão dentro do mesmo processo global em que as desigualdades persistentes estudadas por Tilly (1998) demonstrou não apenas a extensão, mas que alcança diversos espaços globais. De outro, sua condição colonial faz com que se expresse mais agressivamente, envolvendo outras esferas da vida social e política de suas populações.

Grande parte das abordagens atuais tem buscado moldar um modelo explicativo e analítico, a partir de redes de intelectuais, contrapondo as diversas formas e expressões das desigualdades múltiplas e resistentes da região. Em certa medida não

⁹ A Antropologia contemporânea contribuiu fortemente para essa nova abordagem. Interessante pensar que os antropólogos clássicos também contribuíram no século XIX para o processo de hierarquização e classificação das raças e povos. Essa dinâmica científica, em que pese ter fortalecido as narrativas classificatórias no passado, não podem ser vistas descoladas de seu tempo, das preocupações e dilemas do tempo e espaço de suas formulações. O que a renovação epistemológica traz é a possibilidade de que os saberes e ciência dos países fora do centro sejam reconhecidos no cânone científico.

se pode, ainda, prescindir das análises convencionais que avaliam as desigualdades associadas ao aprimoramento e alcance das políticas públicas. Os temas centrais dessas análises são a pobreza, governança e ainda a questão do acesso aos serviços. Entretanto esse tipo de análise não tem avançado para ampliar sua abordagem, incluindo questões complexas como as interseccionalidades e as novas formas de desdemocratização, que tem utilizado a via eleitoral para implantar autocracias ou para legitimar processo de exclusão de populações inteiras.

A crescente elevação das desigualdades, cuja curva pareceu arrefecer em casos como o Brasil e Uruguai da primeira década dos anos 2000, retorna a um patamar que acompanha a concentração de capital, a concentração de renda, a violência doméstica, o declínio do acesso de populações afrodescendentes e indígenas ao ensino superior, à morte de jovens e finalmente a concentração de terras e retorno da monocultura agroexportadora. Reafirmar os paradigmas norteadores não significa permanecer prisioneiros a eles. A novidade do pensamento pós-colonial e decolonial, ao mesmo tempo, remetem a pensar novamente as resistências, rebeliões, revoluções, mas também questões do cotidiano, e a própria história. Buscar incorporar aos paradigmas das ciências sociais o ferramental de outras disciplinas das ciências humanas nos parece garantir uma melhor análise para um tema tão complexo, expandindo a análise e crítica da questão das desigualdades.

As novas perguntas a essa questão permanecem abertas, incentivando novas pesquisas em ciências sociais. Ainda assim já é possível identificar nos centros de pesquisa e programas de pós-graduação um esforço teórico e metodológico em busca dessas respostas, principalmente a partir das análises pós-coloniais e decoloniais, formando um bom conjunto teórico em torno das questões culturais, econômicas e políticas sobre as desigualdades persistentes. Se essas categorias são forjadas ao longo da história, como e quando as desigualdades adquirem persistência, sejam manejáveis, temporárias ou construções ideológicas, e porque baseadas em gênero, casta, classe, raça ou região? Como essas identidades ou campos sociais interagem para gerar novas desigualdades ou reafirmar antigas disparidades?

Em que medida o hibridismo, diversidade e diferença, como características da formação andina, em compasso com os novos estudos culturais muito comum entre os novos estudos andinos-latino-americanos contribuem para hierarquizar as desigualdades? E, compreendendo a complexidade das diferenças sociais, quais os efeitos das desigualdades nos processos sociais? Em que medida o hibridismo é uma estratégia teórica para enfrentar um problema empírico-social, com pretensa

neutralidade, compreendendo ainda que a individualidade pode mascarar o desequilíbrio e assimetrias entre povos e culturas?

Do mesmo modo que as lutas por libertação e independência deixaram persistir o escravismo colonial, no surgimento das repúblicas andinas as desigualdades não acompanharam os espíritos de liberdade e igualdade emanados nas constituições de então. Ressalvados os casos de Bolívia, Equador e Venezuela, as populações originárias continuam como estrangeiros em suas terras. O republicanismo transformou inovando as formas de assimetrias sociais. Manteve apesar do tensionamento social e das lutas por direitos. Então, é importante entender de que forma as desigualdades sobrevivem ou se imiscuem em tempos de tensionamentos e ruptura política e social (regimes pós-coloniais, revoluções, nova ordem mundial)? Quais os mecanismos de circularidade cultural ou subordinação social que corroboram na sua permanência na vida social das populações andinas?

Alguns atores sociais utilizam privilégios que detém socialmente para assegurar, justificar e proteger os elos das desigualdades social, política e cultural. Como isso se opera? Porque os sujeitos subordinados ao reconhecer esses privilégios passam a resistir e outros são convencidos ideologicamente da sua condição de exclusão e/ou subordinação, passando a naturalizar as narrativas da desigualdade?

Concordando com o projeto epistemológico de Boaventura Santos (2007), há uma distinção epistemológica hierarquizada entre o norte e o sul global. Porque, mesmo no sul global, como nos diz Quijano (2005), há uma reificação da colonialidade que em última instância gera e reproduz a desigualdade em seus diversos níveis?

A ideia de que povos e gentes de um determinado lugar social são inferiores e por isso devem ser marginalizados e excluídos do conjunto dos direitos e privilégios da vida social é, em si, hegemônica no novo globalismo. Já que, mesmo na América Andina, novos localismos passam a configurar hierarquicamente e regionalmente exclusões seletivas (ANDERSON, 2002), qual o padrão cultural para que esse mecanismo tenha aderência na sociedade? Porque esse padrão difuso e narrativo alcança diversos espaços sociais?

Ao contrário das democracias terem se desenvolvido para alcançar mais pessoas com mais direitos, ela seguiu produzindo um padrão procedimental eleitoral, como norma, mas ampliando progressivamente as desigualdades nos diversos níveis sociais. A democracia minimalista, o desinteresse eleitoral e a luta por sobrevivência parecem afastar o cidadão médio da vida política. Por outro lado, as desigualdades operam para ampliar a massa desprezada pelo sistema político, causando um amplo processo de

desdemocratização e igualdade seletiva. Porque então os movimentos sociais insistem em uma agenda individualista e procedimental para superação das desigualdades e da ampliação do cânone democrático?

Ao que parece há uma estratégia política nesse contexto para manutenção das desigualdades no âmbito da sociedade civil latino-americana e andina em particular, que não consegue encetar uma agenda política ampla que realize as transformações necessárias para a superação desse dilema. Imersas na desigualdade mesma que luta para superar, como inserir uma agenda por maior igualdade na agenda pública? Porque, apesar das recentes derrotas eleitorais e perda gradativa de direitos, os movimentos que lutam por igualdade têm uma agenda restrita e conflitam entre si resultando em novas reafirmações das desigualdades globais?

Por último, o entrave social material não deve ser esquecido na luta pela superação das desigualdades. Lutar por um mundo mais justo implica em ver as pessoas em sua diversa e complexa situação de classe, gênero, raça e região. Há uma narrativa histórica nas ciências sociais que hierarquiza sem tratar em seu conjunto, ou par categórico, o que ajudaria a compreender seu fenômeno.

Desse modo há um amplo projeto em curso que envolve a sociedade, os sistemas políticos e os acadêmicos em geral. Cada um tem um papel na construção de uma nova narrativa e ressignificação social, transformando gradativamente não apenas as marcas da desigualdade econômica, que relega populações inteiras à condição de pobreza e miséria, como também as outras desigualdades que condicionam e são condicionadas por essa dimensão.

Referências

ANDERSON, B. **Afinidades Seletivas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Estrategia para la reducción de la pobreza rural**. Washington D.C., n. ENV-122, jun. 1998.

KORZENIEWICZ, R.; SMITH, W. Pobreza, desigualdad y crecimiento en América Latina: en búsqueda del camino superior a la globalización. **Desarrollo Económico**, v. 40, n. 159, p. 387-424, 2000.

MIGUEL, L.F. **Democracia e representação**: territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

MIGUEL, L.F. **Desigualdade e democracia**. O debate da teoria política. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório para o desenvolvimento humano 2019**. Nações Unidas, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2013.

THERBORN, G. **Los campo de exterminio de la desigualdad.** Buenos Aires: Fondo de cultura Economica, 2015.

TILLY, C. **Durable Inequality.** California: University of California Press, 1999.

ŽIŽEK, S. **Problemas no paraíso: Do fim da História ao fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2015.

La fiesta de La Tirana: Cholos, Indios y Rotos, Geopolítica de la identidad, fronteras religiosas y fronteras políticas en el Norte Grande de Chile¹

Bernardo Guerrero Jiménez*

Cuántas cosas, a lo largo de los siglos, se ha dicho de los fronterizos: chichimecas, apaches, salvajes, bárbaros, pochos, bandidos. Tantos nombres nos han endilgado y tan poco nos conocen. Tantos vituperios que hemos recibido y qué poco saben de nosotros. (Gabriel Trujillo Muñoz)

Cada 16 de julio en el pequeño pueblo de La Tirana, en pleno desierto de Atacama, se celebra a la virgen del Carmen, conocida como La Tirana. Se llena de peregrinos, de turistas y comerciantes. El sonido de las bandas de música invade el ambiente. El comercio está por todas partes. Cholas provenientes de Bolivia venden dulces, polulos, maní, naranjas y mandarinas. Cerca del Cementerio, gente aymaras vende sopaipillas y kalapurka, carne de llamo o de cordero. Entre el templo y la carretera se instalan negocios que venden lo que uno puede imaginar: artefactos para la cocina, zapatillas, pendrive, papel confort, jugos frescos. Todos a viva voz promocionan sus artículos.

La fiesta como toda celebración de origen andino conjunta aspectos culturales, religiosos, económicos, entre otros. La fiesta es lugar de encuentro.

Discutimos cómo la fiesta de La Tirana, opera como una instancia, en la que parcialmente, se suspenden o bajan en intensidad, las fronteras que separan a los tres países que, de una u otra manera, se ven representados, en esta celebración marina. Lo anterior sin negar que se levantas otras fronteras, mas amables como la separación entre lo sagrado y lo profano, entre cofradías religiosas, y al interior de estas, entre

¹ Artículo escrito en el marco del proyecto "Nación y Religiosidad Popular en el Norte Grande de Chile". Instituto de Estudios Andinos "Isluga", Universidad Arturo Prat y Fundación Crear.

* Licenciado en Sociología, Universidad del Norte, Chile. Master en Antropología Cultural y Doutor en Ciencias Socioculturales, ambos por la Universidad Libre de Amsterdam. Profesor Titular de la Universidad Arturo Prat, Iquique, Chile.

E-mail: bernardo.guerrero@gmail.com

hombres y mujeres, entre viejos y jóvenes. El peregrinaje como otra forma de ocupar el mundo, articulado en torno a la devoción mariana.

La guerra separó de modo artificial a chilenos, peruanos, bolivianos y argentinos. Los enunció como cholos, indios y rotos. Estas tres categorías, en términos analíticos, simbolizan, lo que el Estado Nación, aspira a controlar y civilizar. Pero, como veremos más adelante, en las fiestas como en la vida cotidiana, estos sujetos subalternos tienen muchos elementos en común. Uno de ellos, es el culto mariano y la fiesta que la define.

Chile es un Estado Nación que desde la elite se definía como monocultural y monolingüe. La llegada de la democracia en los años 90 y gracias a la labor de las ONGs en la década anterior, los pueblos indígenas “aparecen” en la agenda pública². Los más visibles son los mapuches.

Los pueblos andinos el Norte Grande de Chile, aymaras y quechuas que representan el 6% de la población regional. Portadores de saberes agrícolas y ganaderos, textiles y de una religiosidad que, impactada por el cristianismo y la extirpación de idolatría, han sabido reproducir sus prácticas, ya sea de modo autónomo o bien, adaptándola al catolicismo como, por ejemplo, en las fiestas patronales (VAN KESSEL, 1987). Una de ellas, la fiesta de La Tirana, pero que en la actualidad sus participantes pertenecen a la población popular y mestiza.

La observación sistemática de la fiesta La Tirana desde el año 2000, me ha permitido, además de obtener registros fotográficos y de videos, construir una cartografía de La Tirana y de eso modo dar cuenta de sus relaciones con ciudades peruanas como Tacna y Oruro en Bolivia, un circuito de pasadores de fronteras con motivo de la fiesta. Movimientos de personas y mercancías, de imágenes, las que superponen a su vez los cuerpos y las lenguas. Subjetividades que ocupan el territorio definido como sagrado.

Guerra del Pacífico y fiesta de La Tirana

La anexión de los territorios de Antofagasta y Tarapacá a la soberanía de la nación chilena, producto de la llamada guerra del Pacífico (1879-1884), que enfrentó a Chile contra Perú y Bolivia, no sólo implicó conquistar las riquezas del salitre allí concentradas, sino que también, enfrentarse a un nuevo paisaje, no sólo geográfico, sino que también cultural y social. Al igual que la guerra de Chaco, fueron guerras

² El primer gobierno de la Concertación (1990-1994), en base a las demandas de los pueblos indígenas crea la Comisión Especial de Pueblos Indígenas (CEPI) como una forma de canalizar las reivindicaciones de este sector en vista a su reconocimiento constitucional, que aún no se ha logrado.

modernas ya que se trataba de insertar esas economías al escenario mundial (BAUD, 2004).

Antes de la guerra del Pacífico, Chile, era un país relativamente pequeño. Sus extremos, por el sur, Arauco, y por el norte, Copiapó. Eran fronteras que se manejaban de forma compleja, sobre todo en el caso del sur, dada por la activa resistencia del pueblo mapuche. La minería del norte chico era el sostén de la economía que permitía el enriquecimiento de las elites radicadas en Santiago y Valparaíso. El paisaje árido era soportado en función de las riquezas que producía. La distancia con Santiago es de 600 kms, escasa distancia, comparada con la del Norte Grande de 1800 kms. En la región de Andacollo, en el Norte Chico, se realizaba la fiesta en honor a la virgen del Rosario (CONTRERAS; GONZÁLEZ, 2012), no se ponía en duda la chilenidad de la nación (GUERRERO, 2009). No era fiesta de indios, sino de mineros.

La nación en términos culturales se percibía como relativamente homogénea. En los años de la dictadura cívico-militar de Pinochet, el ministro de Agricultura, Alfonso Márquez de la Plata, afirmó que “en Chile, no hay indios, somos todos chilenos”. La elite chilena se autodefinía como blanca y occidental, hispanohablante y masculina. A fines del siglo XIX, los chilenos se percibían como “los ingleses del Pacífico” (BRAVO ELIZONDO, 2015). Este juicio viene a complementarse con lo dicho por el poeta Elicura Chihuailaf que a propósito de las actuales demandas del pueblo mapuche: “El conflicto comienza con la Ocupación de la Araucanía (1883) y ahí queda claro que el conflicto no lo hemos generado nosotros como pueblo mapuche, sino el Estado chileno” (GOMEZ, 2020). Y agrega: “Entonces es tremendo, porque hay una negación de la hermosa morenidad de Chile” (GOMEZ, 2020).

La narrativa civilizadora que se articuló en torno a la guerra contra Perú y Bolivia, estaba basada en la concepción que se tenía de los peruanos y bolivianos (indios y cholos y la mezcla de ambos), por lo mismo fue percibida como empresa contra la barbarie “... la noción de Chile como una nación trabajadora cuya misión era civilizar una frontera bárbara poblada por peruanos y bolivianos” (MC EVOY, 2011, p. 18). La riqueza salitrera el botín a conquistar.

El Norte Grande de Chile, está ubicado en el desierto de Atacama. Tiene fronteras con Argentina, Bolivia y Perú. El viaje de Diego de Almagro por esos paisajes dejó testimonios acerca del shock que en las huestes del conquistador dejó este paisaje: “Hoy los fatigaba el frío é los proveía de temblores, mañana los asaba el calor” (OVIEDO, 1936, p. 70 apud ADVIS 2008, p. 131). Sin embargo, es un territorio más complejo, de la que el desierto es parte de él y que convive con la costa, las quebradas y el altiplano.

La vida humana está referida a 10.000 años antes de Cristo. Cazadores, pescadores y recolectores recorrieron la costa, valles, oasis y cordillera, buscando elementos para la subsistencia. Su movilidad estaba limitada por el acceso al agua.

Los Chinchorro, los primeros en momificar a sus muertos se desplazaron en búsqueda de animales, plantas y otros alimentos (ARRIAZA, 2015). Recientes hallazgos arqueológicos en la quebrada de Maní, en Tarapacá informa de la ocupación humana más antigua de 12.800 años de antigüedad. Antes de la Conquista, grupos andinos, como los lupacas o los actuales aymaras, quechuas, urus y otros, recorrían el territorio articulando diversos pisos ecológicos, lo que Murra denominó el “máximo control de pisos ecológicos” (1975).

El español se encontró con un paisaje que para ellos era inhóspito, pero no para los habitantes que sabían leer y ocupar el territorio, interpretando los cambios climáticos, las heladas, el comportamiento de los animales, entre otros elementos. Su configuración cultural le permitía desplegar un aparato perceptual y cognitivo derivado de su praxis. Conocían las formas de habitar en sintonía con la naturaleza. La tarea que se impusieron (los hispanos) fue la de extraer metales preciosos y de evangelizar a una población que requería, según ellos, la palabra de Dios. Los españoles los nombraron indios, luego, cristianos. El Estado extractivista los convirtió en indígenas y proletarios. Ellos gestionaron la devoción a la Virgen.

La Tirana centro devocional mariano

El pueblo de La Tirana, datado desde 1567, se estructuró en torno a las tareas mineras. Primero como surtidora de agua y de leña y después para la crianza de ganado. Giró en torno al extractivismo minero que empieza con la minería de plata en Huantajaya y continúa con la explotación del salitre.

Para Núñez (1989), el origen del culto a la Virgen del Carmen hay que buscarlo a fines del siglo XVIII. Con la explotación del salitre desde fines del siglo XIX, esta fiesta alcanzó una dimensión más regional. El proletariado salitrero, comerciantes, entre otros, organizados en bailes religiosos, se dotaron de una organización, quizás inspirada en la del movimiento obrero, para organizar el culto y defenderse de los ataques de la llamada “opinión pública”, que los trataba de paganos, indios y atrasados (GUERRERO, 2019).

Hasta los años 60, los bailes organizados en asociaciones y federaciones lograron una gran autonomía respecto de la jerarquía de la iglesia católica y de otras organizaciones como los partidos políticos.

Con el golpe de estado de 1973, la situación cambia y los bailes religiosos son objeto de sospecha por las nuevas autoridades. Muchos de sus dirigentes eran militantes de partidos políticos de izquierda o tan solo simpatizantes del gobierno de Salvador Allende. Se produce aquí un proceso de acercamiento a la Iglesia Católica. Ésta, durante la dictadura cívico militar chilena, se encuentra tensada entre los que apoyan a la dictadura de Pinochet y la élite económica, y los que defienden los derechos humanos y en tal condición les ofrece protección. Empieza aquí un nuevo proceso, marcado ahora por la evangelización de los bailes religiosos (TENNEKES; KOSTER, 1986) y consiste básicamente en ubicar como fin de la devoción a Jesús y no a María, en cursillos de cristiandad en que se afirma que la salvación pasa por Belén y no por el desierto de Tarapacá y en especial por la fiesta de La Tirana. Hasta los años 60 la fiesta era organizada por los propios peregrinos. En la actualidad gran parte de esta organización la toma la Iglesia Católica.

La fiesta dura una semana. Los bailes religiosos entran al pueblo saludando en la cruz del Calvario, luego se desplazan al templo a bailar y danzarle a la virgen. El 15 en la noche, en la víspera se congregan más de doscientas mil personas en la plaza. El 16 se realiza la procesión por las calles del pueblo. Luego las cofradías religiosas se despiden y piden volver al año siguiente.

Es una fiesta religiosa expresada en danzas con acompañamientos de percusión y bandas de bronce, además de bandas de laquitas. Una religión cuyo dispositivo de base la constituye el cuerpo. Se trata de un cuerpo popular que halla en la danza y en el canto el mejor modo de expresar su fe a la virgen. Mudanzas de ejecución simple o compleja, pero que expresan una devoción compleja, por un lado, y por otro, es la manifestación de estructuras sociales que remiten a una tradición andina tal como ha sido señalado por Van Kessel (1987). Un cuerpo mediado y formado por las exigencias del trabajo proletario de fines del siglo XIX y buena parte del siglo XX, en oficios de cargadores en el puerto, de tripulantes de naves pesqueras, en la construcción, etc. Un cuerpo proletario que fue la base, no solo para la ejecución de bailes, sino que también para la práctica de los deportes. Cuerpos festivos y deportivos, que transitan de una esfera a otra, sin perder su lógica ni autonomía. Para bailar usan sus trajes que le otorga una identidad y para jugar, camisetas con los colores de sus clubes deportivos. La síntesis es jugar y bailar (GUERRERO, 2002).

Bailar y cantar es un lenguaje ejecutado en un espacio y tiempo definido como sagrado. Son cantos sencillos de origen no precisado, pero que resumen temas centrales de una visión del mundo arcaica según el decir de Eliade (2001).

Ir a saludar a la virgen del Carmen es el principal objetivo de todos quienes acuden a la fiesta de La Tirana. En términos de organización distinguimos cuatro actores que juegan un papel preponderante en la festividad. Los bailes religiosos, a través de sus asociaciones y federación, la Iglesia Católica, el Estado. Y un tercero, la prensa que juega un rol de apoyo o de cuestionamiento a la festividad (GUERRERO, 2019).

Esta constelación de organizaciones cuya unidad básica es la cofradía religiosa, le otorga a los peregrinos una fuerza y dinamismo no siempre fácil de entender. Y esto es consecuencia, de por lo menos, dos factores muy ligados entre sí. La presión que establece la Iglesia Católica para que se comporten como “verdaderos cristianos y no paganos”, y la presión que establece la llamada “opinión pública” modelada por la prensa, para que se presenten como “ciudadanos modernos y chilenos”³. Con la suspensión de la fiesta de La Tirana y de San Lorenzo, por el Covid19, los peregrinos, en la ciudad de Iquique, lanzaron fuegos artificiales y quemaron petardos. La llamada “opinión pública” expresada en redes sociales, los trató de flaites⁴. Una devota, en reacción a esta estigmatización escribió en su muro: “He visto muchos comentarios donde a los devotos del Lolito nos tratan de flaites si ese es el precio por Amar al Lolito lo Seré #flaitedecorazón💕💕” (Visto el 11 de agosto de 2020).

Los estudios sobre el conflicto en La Tirana, entre bailarines e iglesia ha sido estudiado por Van Kessel (1987), Tennekes y Koster (1986). Podemos encontrar también menciones en el trabajo de Contreras y González (2012), pero se refiere a la zona de Andacollo y sus alrededores, entre los bailes chinos y los curas. No existe, sin embargo, estudios sistemáticos que den cuenta de las relaciones entre los cuatro regímenes en pugna, ya se abierta o velada. Tomamos el caso del Bicentenario, por ser una fecha en que mejor que otras, se expresan los conflictos y alianzas entre estos protagonistas (GUERRERO, 2013). Los bailes religiosos tuvieron un rol más bien marginal. En la misa del mediodía, sobre el gran estrado que se levantó, sólo estaban los obispos, el intendente y militares. No había ningún dirigente de los bailes religiosos.

³ Desde fines del siglo XIX hasta los años 70 del siglo pasado la prensa, en su mayoría veía a la fiesta como fuente de supersticiones y de prácticas asociadas al consumo de alcohol y a los juegos de azar. A medida que la Iglesia Católica, luego del golpe de estado del 1973, tuvo un rol más controlador de esta festividad, la prensa ha ido variando en la cobertura de la misma (GUERRERO, 2019).

⁴ Palabra que designa al pobre, al roto y que, en este caso, es activo devoto de la virgen de La Tirana y de San Lorenzo.

Fronteras internas

La fiesta de La Tirana se realiza bajo cuidadosas cautelas fito-sanitarias. Además, por cierto, policiales. Lo anterior para evitar el desborde que toda fiesta popular puede producir (BURKE, 1991), amenazando con ello el orden social ilustrado que detenta la elite. Así, por ejemplo, la llamada “ley seca” impide la venta y consumo de alcohol durante los días festivos. Hay lugares demarcados para la instalación de campamentos, otros para el comercio que día a día, crece. Las crónicas periodísticas de comienzo del siglo XX hablan de juegos de azar, de gran consumo de alcohol, riñas, etc. (GUERRERO, 2019).

Para la fiesta el control es severo. Las fuerzas de orden y de sanidad instalan cordones de seguridad. Una cartografía del pueblo indica sitios autorizados para el comercio ambulante, para el expendio de comidas, entre otros. Los alrededores del templo se “limpian” de todo aquellos que pueda alterar su fisonomía.

Estado Nación, fronteras duras y blandas

Nos sirven las ideas de Andersen (1993) en cuanto a pensar la idea de la comunidad imaginada, a través de sus soportes ilustrados, en este caso la imprenta y el impreso. Nos hacemos cargo también de la crítica que se le realiza a Andersen al enfatizar el componente ilustrado en la construcción de la nación. Se cuestiona “las formas modulares” de imaginar la nación (CHATTERJEE, 2008, p. 93). Son en lo central formas ilustradas de imaginarse a sí mismos. Pero en el caso del peregrinaje, el fomento de la lealtad hacia la nueva nación, no se basa necesariamente en el uso de la razón, sino que, en la combinación con cuerpo, a través del bailar y del cantar.

En esta perspectiva y concordando con ambos autores, asumimos que hay otras formas de imaginar la nación en este continente. Y esas otras formas no son necesariamente soportes ilustrados. Se trata de dispositivos como la tradición oral, la religiosidad popular, la gastronomía, el folklore, y los deportes. La nación y el continente, puede ser imaginados, también, a través de otros regímenes epistemológicos.

Ponemos como ejemplo, para ilustrar lo anterior, el caso del Norte Grande de Chile, y que es pertinente para otras zonas del país y también del continente, las dudas e interrogantes de Chatterjee son válidas, de hecho, implican un posicionamiento epistémico. Y lo son por las siguientes razones.

1. Pertenece a un país cuya modernidad es diferente a la de los países europeos. 2. Su anexión a la soberanía nacional implicó desperuanizar y desandinizar los territorios ocupados, lo que no ha sucedido por completo. 3. La comunidad del Norte Grande, se imagina a sí misma, a través de la religiosidad popular, la tradición oral, la religión, los deportes, y otros instrumentos no ilustrados. 4. Por lo anterior, la noción de tiempo y de espacio es diferente. No es homogéneo como en Europa, sino heterogéneo tal como lo plantea Chatterjee. 5. Por el desarrollo de su economía, sobre a todo a partir del ciclo salitrero, ha acogido a una diversidad de formas culturales que persisten hasta el presente. Más que un cosmopolitismo lo que hay en la región es una multiculturalidad. 6. La presencia de una conciencia regionalista e identidad cultural siempre presente y que se activa cuando se ve o se siente que “se está amenazado”.

Lo anterior nos lleva a postular que la construcción de la comunidad imaginada en el Norte Grande sigue otra lógica no necesariamente racional y eurocéntrica. Y si la hay, se construye y complementa, además con los dispositivos culturales propios de la región que hacen posible “imaginar” un Norte Grande específico. Es el caso, por ejemplo, de la religiosidad popular.

Paisaje y territorio

Siguiendo a Segato, la noción de territorio es representación: “espacio representado y apropiado” (2007, p. 71). Es apropiación política del espacio. Implica administración, delimitación, clasificación, uso, distribución, defensa, y muy especialmente identificación (SEGATO, 2007, p. 72). La relación entre configuración cultural y espacio es íntima. La denominación recursos naturales remite más bien, al sistema capitalista (MURRA, 1975). En esa misma dirección Augé nos dice que el espacio no es más que la simbolización de la naturaleza. Y que además tiene memoria (2014). Los paisajes, agrega, son culturales. En este sentido, la fiesta de La Tirana, es memoria de un paisaje compartido, al igual que el territorio al que pertenece. El así llamado arte rupestre, es la mejor indicación de lo anterior, al igual que la construcción de las apachetas. Territorio clasificado según los ciclos agrícolas y ganaderos, y por las ceremonias religiosas que la acompañan. Es un territorio heterogéneo al decir de Chatterjee (2008). Las animitas esparcidas en el desierto, las fiestas como La Tirana y San Lorenzo, por sólo nombrar a dos de las más importantes, confirman lo anterior.

La Tirana, no es un pueblo pequeño en medio de la pampa del Tamarugal, es el lugar donde cielo y tierra convergen (ELIADE, 2001). Los miles de hombres y de mujeres que allí van a peregrinar, así lo sienten. En palabras de los peregrinos “tierra sagrada” (Mario Copava, entrevista julio 2018).

Proponemos considerar la fiesta de La Tirana como un proceso de marcaje de fronteras religiosas que actualiza cada 16 de julio el espacio fragmentado por el nuevo dibujo geopolítico, consecuencia de la guerra del Pacífico. Por efecto del peregrinaje las fronteras se amplían desafiando en términos simbólicos, las impuesta por los estados-nación.

Si las fronteras geopolíticas la podemos denominar duras por todo el control que ejerce el Estado Nación sobre ellas, las fronteras religiosas son inclusivas, además de provisorias y permanecen hasta que la fiesta termina. Pero tiene una fuerte presencia en el imaginario popular.

En un recorrido histórico que iniciamos a fines del siglo XIX, obtenemos un primer momento en que esta fiesta recoge su carácter pan-andino e incluso selvático. Se trata de bailes religiosos compuestos por danzantes que provienen de los países vecinos y qué gracias a la actividad del salitre, se arraigan en esta zona. Se trata de tres grupos de bailes que simbolizan a poblaciones interconectadas entre sí. Grupos de bailes religiosos como Los Chunchos que representan a los indios de la selva peruana, con traje con plumas y su chonta (VARESE, 1968), de Cuyacas que representan a las mujeres andinas que cuidan al ganado (CAMPOS, 2009) y de Morenos que simbolizan a los esclavos negros (GUERRERO; BASAURE, 2017).

Estos tres grupos que hasta el día existen, aunque sus miembros ignoren ese pasado, recuerdan la inexistencia de fronteras como la que hoy están trazadas. En la década de los años 50, la influencia de Oruro se deja sentir, y nace el año 1957 la Primera Diablada de Chile, fenómeno que se masificó en todo el país⁵. En los años 80, bailes como Sambos Caporales y Tinkus continúan con esa tradición. Un dato no menor. Hasta los años 60 existió un baile de marineros que expresaba a esa rama de las Fuerzas Armadas que tuvo un lugar épico en el combate Naval de Iquique, el 21 de mayo de 1879, dejó de existir. Lo mismo, un baile Huaso que representa la esencia de la identidad nacional creada por la elite blanca de Santiago, desapareció. La fiesta es memoria habitada por una diversidad de grupos étnicos.

Pero hay más. Hay un circuito comercial entre estos tres países que se activa en tiempos de fiesta. Tacna en Perú, Oruro en Bolivia constituyen mercados donde se ofertan trajes, estandartes, figuras de yeso, velas y cirios, bandas de músicos, comidas: naranjas, maní, que tienen como destino la fiesta de La Tirana. Este es un circuito dinámico que borra las fronteras, por lo mismo, que la fiesta representa a toda la

⁵ Aunque tienen otro carácter. Se inscriben más bien en una lógica contestaría y testimonial. Así, por ejemplo, hay una que se fundó en homenaje al canta autor Víctor Jara asesinado el año 1973 en Santiago, Chile.

comunidad andina, fragmentada ahora, como ya hemos dicho, por los límites de la posguerra del Pacífico. En la llamada triple frontera, Silvia Rivera Cusicanqui, asiste a un campeonato de fútbol. El rayado de la cancha pasa por encima de las fronteras oficiales, y la pelota, un símbolo que niega la existencia de los límites del Estado Nacional va y viene, de un lado a otro (RIVERA CUSICANQUI, 2018).

Cholos, indios y rotos

La narrativa de la guerra del Salitre, por parte de Chile, enunció tres tipos de personajes populares, atizados, según el bando, con componentes negativos.

El roto de Chile, el cholo de Perú y el indio, de Bolivia, son personajes que participan activamente de la fiesta de La Tirana. El estado chileno, modeló la figura del roto chileno, un prototipo de hombre heroico que tiene su acta bautismal en la guerra contra la Confederación Peruana-Boliviana (1838) y que adquiere en la batalla de Yungay su punto culminante (CID, 2011). Un héroe que hunde sus raíces en las figuras de Caupolicán, Colo-Colo, Galvarino y Lautaro, mapuches, todos. El roto habría de reaparecer luego en la guerra del Pacífico. La construcción del chileno como tipo heroico, se sintetiza en estas palabras: “Jamás ha sido vencido/ El noble roto chileno” (ESCUADERO, apud ALLIENDE, 1974, p. 66). El roto es un mestizo que, ocupado como campesino en el centro y sur de Chile, es alistado en forma voluntaria o no, convirtiéndose en soldado.

Posee una religiosidad que Eliade (2001) llama cristianismo cósmico, en el sentido que todos los elementos de la naturaleza, viento, fuego, cerros, animales, árboles, etc., tienen sentido y significado. El Roto alcanza en la novela de Joaquín Edwards su mayor construcción. Ambientada a comienzos del siglo XX en Santiago, narra la historia de un joven pobre que se mueve entre el pasado y un presente en una ciudad como Santiago, que empieza a ser moderna. Esmeraldo, su protagonista criado en un prostíbulo cercano a la estación Central, muerto su padre en una pelea en la cárcel, debe velar por su familia. La calle es su escuela. Es un personaje urbano. En otras regiones del país se le denomina choro, entre otros.

En Subercaseaux (1998) hay una constante referencia al roto como prototipo del chileno urbano. El primero lo ubica en el rango fundacional de nuestra raza y cultura, siendo los sectores más pobres los que han monopolizado esta acepción. Se le ensalza “pero por nada del mundo querrían ser considerados miembros de su casta. Es una de las muchas contradicciones inexplicables de nuestro país” (SUBERCASEAUX, 1998, p. 116).

Este autor se explaya a la hora de adjetivar a este prototipo: “significa un hombre del pueblo, urbano, caprichoso y simpático, pronto al chiste original, capaz de cualquier cosa: las mejores y las peores” (SUBERCASEAUX, 1988, p. 116).

Sin embargo, tanto en Bolivia como en Perú, la figura del roto no goza de ningún prestigio. Se le asocia al pillaje, la violación, producto de la invasión al Perú y los desastres que produce en Lima. Para el chileno, el indio, y se engloba tanto al de Perú como Bolivia y de Chile, se le ve como la elite peruana los percibe: “ladrones, flojos y traicioneros”. Lo mismo con los cholos. Estos son: "unos maricas, porque en vez de pelear estaban inundando todo para que nos empantanemos" (PARVEX, 2017, p. 151).

Este discurso elaborado desde el centro del país, por la elite aristócrata ayudó a crear un imaginario en la que el Otro, el indio y el cholo, eran visto como inferiores. Ganar la guerra no hizo más que alentar esos prejuicios. Y, por cierto, a las nuevas tierras conquistadas había que evangelizarla, civilizarla y chilenizarla. La fiesta de La Tirana era la expresión de todo aquello que había que someter a esos tres dictámenes. La Tirana era una fiesta de indios, que, además, en un acto performático, bailaban con sus trajes en que orgullosamente decían somos indios.

Tanto cholos como indios en Perú y Bolivia estaban envueltos en tensiones permanentes. El primero representaba la mezcla y el segundo lo autóctono, pero además los cholos tenían, en Bolivia, situaciones de privilegio y vinculados al poder (SANJINÉS, 2005). Los indios, provisto de un pasado vinculado al imperio Inca gozaban de un prestigio, pero la Conquista, la Colonia y las guerras de independencia, los sumieron en una pobreza estructural. Y cargaron sobre ellos, dos estereotipos contradictorios entre sí. Uno, sustancializado y el otro, epopeyizado.

El primero dice relación con la idea de que el indio es parte de la naturaleza, a ese lugar fue arrojado por el eurocentrismo positivista de todo tipo, incluido el marxismo. De allí su lentitud (siempre llegan tarde), su juego con el lenguaje (“ahicító” queda no más) actitudes que exasperan el reloj cartesiano y a la geografía moderna. A ello hay que sumarle rasgos sicosociales: son desconfiados, traicioneros, etc.

El segundo tiene que ver con los levantamientos indígenas del siglo XVIII y con la aparición, a fines del siglo XX, de movimientos como el katarismo y el indianismo, que levantan las banderas de los héroes sublevados contra la Colonia. Esta imagen sintetiza lo natural, lo bello, la sabiduría. Una vieja canción de Daniel Viglietti, resume lo anterior⁶. La idealización del indio, esencializado y folklorizado, se convierte en una figura utópica.

⁶ “Dale tu mano al indio / Dale que te hará bien/ Y encontrarás el camino/ Como ayer yo lo encontré”.

El cholo por su parte, es una categoría que se puede enunciar por la mezcla entre el indio y el español. Es motivo de investigaciones en Perú y Bolivia, en tanto categoría sociopolítica y sobre todo cultural. En el primer país y sin ser exhaustivo la narrativa de Salazar Bondy (2015) y de Neira (1997) se han extendido en el tema. En Bolivia, Sanjinés (2005) y Soruco (2011). No es casual que en Chile, este tema no sea objeto de análisis sistemático a pesar de su tremenda presencia.

Neira hace la equivalencia de los cholo con lo criollo. Y lo ubica como un fenómeno que atraviesa todas las clases sociales. Hay criollos pobres y criollos ricos. No es indio ni europeo. Escribe: “El término nació para decir exactamente lo contrario, lo que era criado aquí, pero que no español ni indio” (NEIRA, 1997, p. 488). Para Salazar Bondy (2015) lo criollo es lo costumbrista. Lima es una ciudad chola, y casi por lo mismo, horrible. En ese ensayo, en la capital peruana habita todo: el desorden, el ruido, la impuntualidad, los placeres, los amores clandestinos, etc. El vals “Cholo soy” sintetiza lo anterior: Cholo soy y no me compadezcas/ Que esas son monedas que no valen nada/ Y que dan los blancos como quien da plata/ Nosotros los cholos no pedimos nada/ Pues faltando todo, todo nos alcanza”⁷.

En el caso de Bolivia, según Soruco (2011), la autodefinición de cholo, aplica más para las mujeres que para los hombres. A la chola le han puesto la etiqueta que uniforma a todos. Sus polleras, sombreros y trenzas la constituyen. Hay una feminización de esa figura

Lo común, sin embargo, de estas tres categorías es que tienen un sustrato que los iguala. Son todo del pueblo y usados por la elite para defender los intereses de ésta. Entre estas tres categorías existen además más interconexiones que las que en apariencias se muestran.

Los que combaten en la guerra del Salitre o del Pacífico, son soldados devenidos como tales, sin instrucción militar. En términos socio-religioso pertenecen a lo que podemos llamar religiosidad popular, caracterizado, entre otros elementos, por el carácter festivo del peregrinaje. En Perú, el Señor de los Milagros, las múltiples fiestas patronales, carnaval, entre otras. En Bolivia, el carnaval de Oruro y en La Paz la fiesta del Gran Poder, y en el norte de Chile, los santuarios marianos. Todo ello sin contar con lo que Neira ha llamado el hombre festivo, en tanto la vida cotidiana está llena de lugares para producir placer: la buena comida, la buena música, la buena compañía.

⁷ Este es, sin embargo, un texto ambiguo, ya que su autor Luis Abanto Morales, en la misma canción, señala a los indios como su fuente originaria y del mal que los españoles le causaron.

Pampinos y peregrinos en la pampa salitrera

La explotación del salitre luego de finalizada la Guerra del Pacífico alcanzó su máxima expresión. Más de 120 oficinas salitreras funcionaron en el desierto, que los que lo habitaron, llamaron, pampa. Y con ello el gentilicio “pampinos”. Este nuevo sujeto, constituyó el proletariado salitrero, que fundó el partido Comunista editó periódicos obreros, desarrolló una cultura ilustrado, a través de una literatura de clase (BRAVO ELIZONDO; GUERRERO, 2000). Los pampinos, hombres y mujeres, denunciaron sus precarias condiciones de vida y como tal se movilizaron. Dos matanzas obreras expresan lo anterior. La del 21 de diciembre de 1907 en la escuela Santa María de Iquique y la del 5 de junio del 1925 en la oficina La Coruña⁸.

La vida cotidiana en la pampa permitió que, en un mismo espacio, convivieran los que antes fueron enemigos. Además, por cierto, de ingleses, chinos, italianos, entre otros. Esta nota del año 1908, señala como peruanos, chilenos y bolivianos, participa de la celebración de sus fiestas patrias:

“Fiestas propiamente tales hay tres veces en la pampa, en la región de Tarapacá, y corresponden a los tres aniversarios de las naciones cuyos hijos trabajan en las salitreras. O sea, el 18 de septiembre, aniversario de Chile, el 28 de julio, aniversario del Perú y el 6 de agosto, aniversario de Bolivia” (SALAS LAVAQUI, 2019, p. 860).

La bandera de cada uno de esos países era izada. Y luego agrega: “Cada fiesta es, por desgracia, una colosal borrachera. Se paraliza el trabajo, cesan de funcionar las máquinas, todo movimiento se detiene, y peruanos, bolivianos y chilenos se entregan a la celebración, haciendo del aniversario un suceso común” (SALAS LAVAQUI, 2019, p. 860).

La vida cotidiana, en sus ratos de ocio era llenado por las prácticas deportivas. Cada Oficina salitrera tenía uno, o dos, clubes deportivos, según su tamaño. Los ingleses jugaban tenis o cricket, mientras que los pampinos, practicaban fútbol.

De igual forma, se organizaban para asistir a la fiesta de La Tirana. Era grupos informales, que peregrinaban al pueblo. Hurgando en la historia de algunos bailes, anotamos que algunos de sus fundadores eran peruanos o bolivianos.

⁸ La matanza en la escuela Santa María fue conocida en gran parte del mundo gracias a la obra poética música de Luis Advis, interpretado por el grupo Quilapayun.

La virgen del Carmen, virgen mestiza

En la antropología andina Albó (1984) y Van Kessel (1987), insisten en que la virgen de la Carmen no es más que la figura de la Pachamama cristianizada. Notas de prensa de comienzos de siglo XX, dan cuenta como en la procesión del 16 de julio, la virgen era adornada con frutas y verduras. En términos andinos representaba el culto a la fertilidad. Es por cierto una fusión entre dos entidades, la que, sin embargo, la imagen de la virgen blanca tiene un campo semántico que no es reducible a la oficial.

El ejército chileno en su conquista de estas tierras trajo consigo una imagen de la virgen, considerada como la Patrona del Ejército Chileno. Es la virgen oficial que en alianza con la Iglesia Católica se promueve. Para esta, la virgen es la Madre de Dios. ¿Y cómo le llaman los cholos, indios y mestizos sujetos de la peregrinación? Le llaman china. Voz quechua que significa servidora. Con ese nombre crean una atmosfera de cercanía y familiaridad. Estas tres formas de nombrar al sujeto central del culto, identifican a quienes la enuncian (GUERRERO, 2013).

No son formas exclusiva ni contradictorias entre sí; se le nombra según la ocasión. Al interior de los bailes religiosos, en la cercanía, así como el hijo en su casa nombra a su madre, se le trata como china o chinita. Otros la refieren al paisaje y le agregan china del Tamarugal.

Conclusiones

Como se podrá apreciar los habitantes del Norte Grande de Chile, bajo la etiqueta de pampino habitan las débiles fronteras nacionales gestadas luego de finalizar la guerra del Pacífico. El estado chileno concentró su tarea en las quebradas, en la pampa salitrera y en los puertos. La presencia del Estado no fue tan fuerte tampoco. Se concentró en expandir el sistema educacional y la obligación de realizar el servicio militar. Además, por cierto, de dotar con nombres de los héroes de la guerra a muchas calles, avenidas, escuelas y clubes deportivos. El así llamado proceso de chilenización, no siempre fue eficaz y menos sostenido en el tiempo. Toda vez que tuvo que “dialogar” con la cultura regional andina y luego mestiza que tenía sus propias lógicas. En consecuencia, no se aplicó sobre tabula rasa. Esta dimensión ha sido menos estudiada (GUERRERO, 2016).

El escenario de la fiesta de La Tirana sirvió además como un teatro en la que los grupos étnicos confinados en sus fronteras artificiales, portaran identidades que hasta el día de hoy funciona como memoria de un paisaje andino amplio y complejo.

Si en el pasado los grupos religiosos venían de la selva, del altiplano peruano y boliviano, con sus vestimentas, hoy son los propios chilenos, mestizos que se han “apropiado” de esa forma de peregrinar, a través del baile y del canto.

La triangulación entre cholos, rotos e indios, hay que entenderla en sus complejas interacciones y propias fronteras. Especie de tres anillos olímpicos que se encadenan, pero que mantienen sus autonomías relativas.

Referencias

ALBÓ, X. ¿Dominar o servir? Hitos de una larga búsqueda eclesiástica en el mundo quechua andino. **Revista Allpanchis**, v. 16, n. 24, p 97-130, 1984.

ALLIENDE, J. **Carmen de los valientes**. Santiago de Chile: Editora Nacional Gabriela Mistral, 1974.

ANDERSEN, B. **La comunidad imaginada**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ARRIAZA, B. **Cultura Chinchorro**. Las momias artificiales más antiguas del mundo. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2015.

AUGÉ, M. **El antropólogo y el mundo global**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.

BAUD, M. Fronteras y la construcción del Estado en América Latina. In: VAN DIJCK, P. (Org.) **Cruzando fronteras**: Reflexiones sobre la relevancia de fronteras históricas, simbólicas y casi desaparecidas en América Latina. Ecuador: Abya-Yala, 2004. p. 41-87.

BURKE, P. **La cultura popular en la Europa Moderna**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

BRAVO ELIZONDO, P. **El Rey del Salitre y su Época**: John Thomas North. Santiago de Chile: Ricaaventura Ediciones, 2015.

BRAVO ELIZONDO, P.; GUERRERO, B. **Historia y Ficción Literaria en el Norte Grande de Chile**. Iquique: Ediciones Campvs, Universidad Arturo Prat - Ediciones El Jote Errante, 2000.

CAMPOS, L. **Cuyacas. Música, danza y cultura en una sociedad religiosa en la fiesta de La Tirana**. Santiago de Chile: Consejo de las Artes, las Culturas y el Patrimonio, 2009.

CID, G. **La Guerra contra la Confederación**: imaginario nacionalista y memoria colectiva en el siglo XIX chileno. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2011.

CHATTERJEE, P. **La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

CONTRERAS, R.; GONZÁLEZ, D. **Será la hasta la vuelta del año**: Bailes chinos, festividades y religiosidad popular del Norte Chico. Santiago de Chile: Consejo Nacional de la Cultura y las Artes, 2012.

ELIADE, M. **El Mito del Eterno Retorno**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2001.

- GOMEZ, A. José Bengoa, antropólogo e historiador: “Si uno mira bien la historia, los mapuches han buscado el diálogo con la sociedad”. **La Tercera**, 15 de ago. de 2020. Disponible en: <<https://www.latercera.com/culto/2020/08/15/jose-bengoa-antropologo-e-historiador-si-uno-mira-bien-la-historia-los-mapuches-han-buscado-el-dialogo-con-la-sociedad/>>. Acceso en: 15 ago. 2020.
- GUERRERO, B.; BASAURE, F. **La victoria de los Morenos**. Iquique: Universidad Arturo Prat, 2017.
- GUERRERO, B. Adiós a los rotos. In: GUERRERO, B. (Ed.). **Retrato Hablado de las ciudades chilenas**. Santiago de Chile: Universidad Arturo Prat y Centro de Investigaciones Barros Arana, 2002. p. 5-16.
- GUERRERO, B. **La Tirana, flauta, bandera y tambor: el baile Chino**. Iquique: Universidad Arturo Prat y Ediciones El Jote Errante, 2009.
- GUERRERO, B. Chile, aquí tienes a tu madre: chilenización y religiosidad popular en el Norte Grande. **Persona y Sociedad**, Santiago de Chile, v. 27, n. 3, p. 101-124, 2013.
- GUERRERO, B. Fútbol en el Norte Grande de Chile. Identidad nacional e identidad regional”. In: GUERRERO, B. **Pero alguien trajo el fútbol: Deporte y nación en el Norte Grande de Chile**. Iquique: Ediciones El Jote Errante, 2016. p. 63-78.
- GUERRERO, B. **La Tirana: Así pasen los años 1891-1973**. Iquique: Fundación Crear, 2019.
- MC EVOY, C. **Guerreros civilizadores: Política, sociedad y cultura en Chile durante la Guerra del Pacífico**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2011.
- MURRA, J. **Formaciones Económicas y Políticas del Mundo Andino**. Lima: IEP, 1975.
- NEIRA, H. **Hacia la tercera mitad: Perú XVI-XX**. Ensayos de relectura herética. 2. ed. Lima: Editorial Sidea, 1997.
- NÚÑEZ, L. **La Tirana del Tamarugal, del misterio al sacramento**. Antofagasta: Universidad Católica del Norte, 1989.
- PARVEX, G. **Un veterano de tres guerras: Recuerdos de José Miguel Varela**. Santiago de Chile: Academia de Historia Militar, 2017.
- RIVERA CUSICANQUI, S. **Un mundo chíxi es posible: Ensayos desde un presente en crisis**. Buenos Aires: Ediciones Tinta Limón, 2018.
- SALAS LAVAQUI, M. **Comisión Consultiva del Norte**. 2. ed. Iquique: Gobierno Regional de Tarapacá, CORE Tarapacá, 2019.
- SALAZAR BONDY, S. **Lima la horrible**. Lima: Lapix Editores, 2015.
- SANJINÉS, J. **El espejismo del mestizaje**. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2005.
- SEGATO, R. L. **La Nación y sus Otros: Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de Identidad**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- SORUCO, X. **La ciudad de los cholos: Mestizaje y colonialidad en Bolivia, siglos XIX y XX**. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2011.

SUBERCASEAUX, B. **Noticias del ser chileno**. Santiago: Ril Editores, 1998.

TENNEKES, H.; KOSTER, P. Iglesia y Peregrinos en el Norte de Chile: Reajustes en el Balance de Poderes. **Cuaderno de Investigación Social**, n. 18, p. 57-86, 1986.

VAN KESSEL, J. **Lucero del Desierto**. Iquique: Universidad Libre de Ámsterdam y Centro de Investigación de la Realidad del Norte, 1987.

VARESE, S. **La sal de los cerros**: Notas etnográficas e históricas sobre los Campa de la selva del Perú. Lima: Universidad Peruana de Ciencia y Tecnología, 1968.

A reinvenção institucional participativa boliviana

Alfredo Alejandro Gugliano*

Gabriela Caraffini Pretto**

Introdução

Nos últimos anos o caso da Bolívia foi ganhando espaço no campo acadêmico, muito especialmente entre autores vinculados ao que se convencionou chamar de uma teoria crítica latino-americana, em função das profundas mudanças relacionadas com o desenvolvimento de um ousado projeto de empoderamento popular, especialmente envolvendo as comunidades indígenas. Notadamente a proposta de um Estado Plurinacional se destacou na América Latina pelo seu inovador desenho institucional, introduzido pela Constituição Política do Estado de 2009 (CPE, 2009).

Tais mudanças foram um reflexo das diretrizes que nortearam a proposta refundacional levada adiante pelo governo do ex-presidente Evo Morales – o chamado *proceso de cambio* (CUNHA FILHO, 2017). Conforme o próprio preâmbulo da Constituição, o objetivo era abandonar o republicanismo, o colonialismo e o neoliberalismo das instituições passadas, conformando uma maneira completamente nova e original compreender o Estado.

Dessa forma, a agenda governamental tinha um foco explícito em reestruturar o ordenamento jurídico do país a partir do pluralismo em todas as esferas possíveis: política, jurídica, econômica, cultural e linguística. Ademais, buscou criar um modelo de democracia que, ao mesmo tempo em que resguardava aspectos consagrados pela democracia liberal, como o respeito ao sufrágio, criava um conjunto de novas instituições participativas visando organizar especialmente as comunidades indígenas numa estrutura particular.

* Doutor em Ciências Políticas y Sociología pela Universidad Complutense de Madrid (UCM). Professor Associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador do CNPq.

E-mail: alfredogugliano@hotmail.com

** Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS) e mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UFRGS).

E-mail: gabrielacpretto@live.com

Em função das controvérsias envolvendo problemas na eleição presidencial de 2019, o Presidente Morales é deposto, se afasta para o exílio e toma posse um novo governo provisório dirigido pela Senadora Jeanine Áñez. Todavia, apesar do estrondoso desfecho do governo daquele que havia sido uma das principais lideranças indígenas do país, a estrutura participativa oriunda da lei magna de 2009 foi mantida irretocada.

A reinvenção democrática boliviana teve vários intérpretes, entre os quais Álvaro García Linera (2010), que parte da premissa de que a racionalidade mercadológica capitalista, que seria uma condição *sine qua non* da democracia liberal, estaria ausente no interior da sociedade boliviana. Logo, existiria um caminho aberto para pensar projetos alternativos de empoderamento popular.

Em especial, os movimentos indígenas bolivianos, durante a Assembleia Constituinte, compartilhavam da visão de que seria necessário diversificar as formas de participação democrática no modelo de Estado que estava se formando na ocasião. Dessa forma, eles impulsionaram a reivindicação de instrumentos que melhor refletissem a pluralidade de formas de organização social e política dentro das diversas nações originárias. Esse modelo foi chamado de democracia intercultural.

Enquanto conceito, a democracia intercultural carece de precisão, sendo melhor entendida como uma categoria relacional, um “operador lógico” entre as formas de democracia discriminadas na CPE 2009: participativa, representativa e comunitária (YAPUR, 2018). Fernando Mayorga (2013), por exemplo, a descreve como, simultaneamente, um processo e uma relação: um processo que está em constante construção e uma relação entre as três formas de democracia previstas no sistema político boliviano.

Dessa forma, o novo ordenamento jurídico boliviano busca construir alternativas aos modelos exclusivamente liberais das democracias. Mantém, por um lado, a democracia representativa baseada nos tradicionais procedimentos de eleição de representantes através do sufrágio universal. Mas, por outro, implementa duas outras formas alternativas de envolvimento político: a democracia participativa e a democracia comunitária.

A democracia participativa na Bolívia já havia sido introduzida a meados dos anos 1990, com a Lei de Participação Social de 1994. Mas a grande inovação do novo modelo é a implantação de uma democracia comunitária que possibilita a formalização do autogoverno indígena, garantindo que a eleição de seus representantes ocorra de acordo com suas próprias normas e procedimentos.

Diante do exposto, a proposta deste trabalho é sistematizar a análise dos mecanismos que foram criados a partir da nova Constituição da Bolívia visando oferecer alternativas às limitações do modelo liberal de democracia frente à pluralidade cultural presente nas comunidades originárias. Através de uma análise documental, buscamos identificar, descrever e verificar a aplicação prática dessas novas instituições participativas ao longo dos anos.

A reinvenção participativa do Estado

Um dos primeiros autores que conseguiu perceber o potencial das instituições participativas, desde o ponto de vista da renovação da teoria democrática, foi Boaventura de Sousa Santos (2001). Em especial, ele foi profícuo em compreender a necessidade de uma via progressista que atendesse as necessidades derivadas da crise do Estado.

Seu ponto de partida é a caracterização de que na modernidade houve dois grandes paradigmas da transformação social: a revolução, que é um movimento contra o Estado; e a reforma, que é um movimento dirigido pelo Estado. Ambos fracassaram.

Com o fim dos regimes comunistas, a partir de 1989, o ideário revolucionário foi perdendo seu espaço diante da dificuldade das vanguardas sociais de conseguirem remontar um projeto alternativo ao modelo capitalista, especialmente diante da sombra do fracasso das sociedades comunistas, especialmente nos países do antigo bloco comunista. Também em função da adesão do projeto chinês a uma nova perspectiva de acumulação econômica na qual socialismo e mercado passaram a ocupar espaços de reciprocidade.

Todavia, como sublinha Sousa Santos, a crise do Estado é notadamente uma crise do paradigma da reforma, quer dizer, a crise da ideia de que o capitalismo pode ser reformado através da ação institucional. O reformismo foi uma via por meio da qual os cidadãos buscaram contestar a hegemonia totalitária do mercado centrando o interesse público em três eixos: a regulação do trabalho, a proteção social contra os riscos sociais, a segurança contra a desordem e a violência.

A forma mais bem acabada desta proposta reformista foi o Estado de Bem-Estar-Social, nos países centrais, e o Estado Desenvolvimentista nos países periféricos do capitalismo. Em ambos os casos, o eixo da regulação estatal estava voltado para a necessidade de reduzir toda a possibilidade de mudança social. Neste processo o Estado utilizou três estratégias fundamentais. A *estratégia da acumulação* voltada para a estabilidade da economia; a *estratégia da estabilidade* voltada para a consolidação da

confiança nos governos; por fim, a *estratégia da hegemonia*, dirigida a afiançar a lealdade das diferentes classes sociais (SANTOS, 2001).

De um modo geral, esse processo garantiu uma maior harmonia entre o Estado e o Mercado, mas deixou de lado a possibilidade de desenvolvimento da sociedade civil. Consequentemente, o Estado reformista entra em crise devido a toda uma série de fatores vinculados ao desenvolvimento de um capitalismo global. Ao empobrecimento da classe trabalhadora, oriundo das transformações nas relações de trabalho que alimentaram a formação de um novo sistema de precarização, veio a se somar o crescimento da imigração oriunda de países deixados de fora da nova sociedade global, o que contribuiu para o renascimento de grupos políticos ultraconservadores, racistas e xenófobos, em vários países.

O neopopulismo nasce enquanto uma alternativa conservadora à crise do reformismo, uma alternativa cuja pregação visa um retorno a formas consideradas mais tradicionais de sociedade, numa mistura entre patriarcalismo, hegemonia branca e defesa do livre mercado. Tendo conquistado um forte apoio entre segmentos empobrecidos, desiludidos com a política tradicional, o discurso segregacionista neoconservador conquistou espaços de poder importantes, entre os quais se destacam os governos dos Estados Unidos, com a eleição de Trump em 2016, e do Brasil a partir da eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

As instituições participativas ocupam uma posição oposta. Representam uma alternativa progressista não só à crise do *welfare state*, mas também à crise do modelo neoliberal que apostou na submissão das estruturas estatais às diretrizes do mercado econômica, gerando uma desestruturação de um conjunto de serviços sociais que afetaram notadamente a qualidade de vida das populações mais pobres. As instituições participativas ocuparam um espaço vazio no sistema democrático, desenvolvendo um conjunto de organizações vinculadas ao Estado que visam incorporar as pessoas, também entidades da sociedade civil, no processo de deliberação de políticas públicas (GUGLIANO, 2011).

Como explica Sousa Santos, a perspectiva plurinacional fundada na Bolívia dialoga perfeitamente com essa última tradição. A formação de um Estado plurinacional, intercultural e pós-colonial está irremediavelmente vinculado a formação de uma democracia intercultural que, por sua vez, passa pela formulação de diferentes formas de deliberação democrática, “tal qual necessitamos da biodiversidade em nossos países, necessitamos do que chamo de demodiversidade, isto é, diversidade de democracia ou de democracias de vários tipos” (SANTOS, 2007, p. 41).

Além disso, seguindo com o raciocínio do autor, essa nova institucionalidade exige a articulação de formas de representação tradicional, assentadas nas eleições livres, limpas e periódicas, com o desenvolvimento de instâncias que visem a produção de consensos entre os diferentes setores sociais. Ademais, se a democracia pretende ser intercultural necessita o desenvolvimento de uma nova geração de direitos coletivos e fundamentais, associados ao direito aos bens naturais, à soberania alimentar e aos saberes tradicionais. E, por fim, precisa de pensar novas formas de territorialidade vinculadas à diversidade cultural.

Esses são um conjunto de fatores que podemos observar mais detidamente a partir da análise do modelo boliviano adotado a partir da carta magna fundada em 2009.

Democracia direta, participativa e protagônica

Conforme o inciso II do artigo 11 da Constituição Política do Estado, a democracia participativa e direta é exercida através dos seguintes mecanismos: o referendo, a iniciativa legislativa cidadã, a revogatória de mandato, as assembleias e *cabildos* e, por fim, a consulta prévia¹. A lei que regulamenta o funcionamento de cada um desses mecanismos é a Lei nº 026/2010 – *Ley del Régimen Electoral* (LRE), – e é com base nela que descreveremos os procedimentos associados a esses instrumentos.

De acordo com o artigo 23 da Lei n. 018/2010, que regulamenta o funcionamento do *Órgano Electoral Plurinacional* (OEP), há a obrigatoriedade de publicação, no endereço web do OEP, de informes sobre processos eleitorais, referendos, revogatórias de mandato, consulta prévia e assembleias e *cabildos*. É obrigatória também a publicação de informes regulares acerca das práticas de democracia comunitária, a fim de garantir seu bom funcionamento. No entanto, encontramos poucos informes neste endereço, sendo a maioria deles posteriores ao ano de 2015.

É pouco provável que tais processos políticos tenham começado a ocorrer apenas a partir de 2015, o que leva a crer que há um intervalo de 6 anos que carece de qualquer dado disponível, dificultando a análise da ocorrência desses processos durante todo o período de vigência da constituição. De toda forma, procederemos com

¹ “II. La democracia se ejerce de las siguientes formas, que serán desarrolladas por la ley: 1. Directa y participativa, por medio del referendo, la iniciativa legislativa ciudadana, la revocatoria de mandato, la asamblea, el cabildo y la consulta previa. Las asambleas y cabildos tendrán carácter deliberativo conforme a Ley. 2. Representativa, por medio de la elección de representantes por voto universal, directo y secreto, conforme a Ley. 3. Comunitaria, por medio de la elección, designación o nominación de autoridades y representantes por normas y procedimientos propios de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, entre otros, conforme a Ley.”

a análise com base nos dados disponíveis, uma vez que eles se demonstram suficientemente ilustrativos das contradições e potencialidades da democracia intercultural.

O referendo

No sistema político boliviano, o referendo não é uma novidade apresentada pela Constituição de 2009, mas sua implementação ocorre pouco tempo antes da nova constituição ser promulgada. O mecanismo foi introduzido pela primeira vez na Reforma Constitucional de 2004, em ocasião da Guerra do Gás. Com a finalidade de apaziguar conflitos provocados pela insatisfação com a gestão do governo quanto à exploração de gás e petróleo no país, o então presidente Carlos Mesa (2003-2005) convoca um referendo para modificar a Lei de Hidrocarbonetos (WELP; LISSIDINI, 2017).

Posteriormente, os referendos passam a ser amplamente utilizados no país. De início há o próprio referendo de aprovação da CPE 2009, que ocorre simultaneamente ao referendo das autonomias departamentais. Para além das autonomias indígenas, durante a Assembleia Constituinte houve também a demanda por autonomias departamentais, por parte das elites da Media Luna, com o objetivo de promover maior independência fiscal dos departamentos em relação ao Estado (MAYORGA, 2006).

Já no novo ordenamento jurídico, os referendos foram regulamentados em 2010, com a Lei nº 026, assim como os outros mecanismos de participação. Nessa lei, estipulam-se os procedimentos e as possibilidades de abrangência dos referendos: podem ser nacionais, regionais ou departamentais, assim como podem ser convocados de cima para baixo – pelo Poder Executivo ou Legislativo – ou de baixo para cima, através de iniciativa popular. Podemos identificar também alguns tipos específicos de referendos previstos nessa legislação: i) referendos para a aprovação de tratados internacionais; ii) referendo constitucional, obrigatório na ocasião de qualquer mudança na constituição; iii) referendos autonômicos; e iv) referendo revogatório de mandato de autoridades eleitas por voto popular.

O Referendo Constitucional de 2016, referente à alteração do artigo 168 que dispõe sobre a reeleição para o cargo de Presidente da República, é, sem dúvida, o caso mais polêmico envolvendo esse mecanismo de participação. De acordo com a CPE 2009, o Presidente da República pode ser reeleito somente uma vez consecutiva. Morales e García Linera, entretanto, tinham a intenção de concorrer mais uma vez aos seus respectivos cargos, o que leva a uma série de articulações políticas entre governo, movimentos sociais e parlamentares para a aprovação de um projeto de reforma

constitucional na Assembleia Legislativa Plurinacional. O projeto, formulado pela CONALCAM (*Coordinadora Nacional por el Cambio*) e pela COB (*Central Obrera Boliviana*), foi aprovado e encaminhado para o Tribunal Constitucional Plurinacional. Uma vez aprovado nessa última instância, e considerando a obrigatoriedade de aprovação por referendo de qualquer mudança na Constituição, um referendo vinculante foi convocado para 21 de fevereiro de 2016 (WELP; LISSIDINI, 2017).

O referendo resultou na rejeição, por 51,3% dos votos, da proposta de alteração da Constituição. Dessa forma, Evo Morales e o então vice-presidente Álvaro García Linera foram impedidos de concorrer às eleições de 2019, o que Welp e Lissidini (2017), em um primeiro momento, consideraram um bom sinal. Se frequentemente os referendos são utilizados como confirmação de poder em governos autoritários, o caso boliviano seria um exemplo de eficácia desse mecanismo na hora de limitar eventuais abusos por parte do governo, funcionando como um poder de veto estendido à população. Entretanto, esse processo não se finda com o resultado do referendo.

Em novembro de 2017, o Tribunal Constitucional Plurinacional emite a Sentença nº 84, permitindo a candidatura de Morales e García Linera apesar do resultado do referendo. A sentença tem como base o entendimento de que o artigo 23² da Convenção Americana de Direitos Humanos/Pacto de San José, tratado internacional do qual a Bolívia é signatária, se sobrepõe às normativas de direitos políticos presentes na CPE e na LRE. Ao entender que todo cidadão tem direito a votar e ser votado, e que postulações anteriores ao mesmo cargo não são impedimentos expressos no art. 23 da CADH, o Tribunal declara inconstitucionais as limitações à reeleição. Essa decisão foi amplamente rechaçada pela oposição e assumiu um papel central na campanha presidencial das eleições de 2019, contando inclusive com uma coalizão cujo nome faz clara alusão ao resultado do referendo: a *Alianza Bolivia Dice No*.

Dentre os outros tipos de referendo presentes no sistema boliviano, destacamos especialmente os referendos autonômicos, que recebem pouco destaque na literatura que versa sobre os mecanismos de participação no país. Os referendos autonômicos são particularmente relevantes por se tratarem da principal expressão a nível local desse instrumento. Através deles, as comunidades indígenas, originárias e campesinas

² “1. Todos os cidadãos devem gozar dos seguintes direitos e oportunidades: a. de participar na direção dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente eleitos; b. de votar e ser eleitos em eleições periódicas autênticas, realizadas por sufrágio universal e igual e por voto secreto que garanta a livre expressão da vontade dos eleitores; e c. de ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país. 2. A lei pode regular o exercício dos direitos e oportunidades a que se refere o inciso anterior, exclusivamente por motivos de idade, nacionalidade, residência, idioma, instrução, capacidade civil ou mental, ou condenação, por juiz competente, em processo penal.”

podem dar início ao processo de Autonomia Indígena Originário Campesina (AIOC), assim como para aprovar o Estatuto com suas normas e procedimentos próprios, abrindo caminho para o exercício da democracia comunitária. Os referendos autonômicos também podem ser utilizados para a aprovação das cartas orgânicas de municípios e departamentos.

As valorações negativas aos referendos enfatizam seu potencial de estabelecer um bloqueio à oposição, por exemplo, a partir de um “majoritarianismo” nas decisões que atenta contra o pluralismo político e os freios e contrapesos. O próprio Referendo de 2016 foi uma tentativa de validar a perpetuação de um líder no poder de forma indefinida, buscando sua legitimação na “vontade popular” (PRETTO, 2019). Entretanto, como afirma Merkel (2015), o valor democrático agregado dos referendos é significativamente maior quanto menor for a comunidade à qual ele compreende. Referendos nacionais costumam tratar de questões mais abstratas e distantes do dia-a-dia dos cidadãos, enquanto referendos a nível local são instrumentos desejáveis para uma melhor qualidade democrática. Assim, por mais que o Referendo Constitucional de 2016 tenha apresentado graves problemas, os referendos a nível local apresentam uma boa inserção no sistema boliviano.

	2015	2016	2017	2019
Estatutos autonômicos departamentais	Chuquisaca, La Paz, Cochabamba, Oruro, Potosí	-	-	-
Estatutos AIOCs	Totora Marka, Charagua, Iyambae	Mojocoya, Raqaypampa, Uru Chipaya, Gutiérrez	Huacaya	Salinas
Cartas orgânicas regionais	-	Gran Chaco	-	-
Cartas orgânicas municipais	Cocopata, Tocopaya, Huanuni	Sucre, Viacha, Arque, Vinto, Totora, El Torno, El Puente, Cuatro Cañadas, Yapacaní, Buena Vista	Achocalla, Alto Beni, Coroico, Laja, Shinahota, Sicaya, Puerto Villarroel, Antequera, Puna, Uriondo, Postrer Valle, Vallegrande	Alcalá, Chuquiuta, Sorata, Cajuata, Pelechuco, Mairana, Comarapa, San Julian, San Juan de Yapacani, Garci Mendoza

Quadro 1 – Referendos autonômicos

Fonte: Órgano Electoral Plurinacional e Viceministerio de Autonomías. Elaboração própria.

Revogação de mandato de autoridades eleitas por voto popular

A revogatória de mandato é um tipo particular de referendo, pois ocorre sempre por iniciativa popular e trata de um tema bastante sensível: a interrupção do mandato de autoridades a nível nacional ou subnacional. Por isso, a legislação exige uma elevada quantidade de assinaturas para que se dê início ao processo. No caso de autoridades nacionais, exige-se a assinatura de ao menos 25% dos eleitores do país – e de, no mínimo, 20% dos eleitores de cada departamento. Para autoridades departamentais, a exigência é da assinatura de 25% do eleitorado departamental, com 20% de cada província. Por fim, no caso de autoridades municipais, a cifra aumenta para 30% do eleitorado municipal. A escolha de cifras mais altas se justifica por questões de governabilidade, mas acaba por tornar o processo bastante difícil de se levar a cabo. Além disso, também há a necessidade de aprovação por maioria qualificada da Assembleia Legislativa Plurinacional, que não somente adiciona mais uma etapa burocrática ao processo, como também insere a mediação de um órgão representativo a um instrumento de democracia direta (EBERHARDT, 2016).

Ainda assim, o OEP, no ano de 2018, registrou 237 pedidos de revogatórias de mandato de autoridades nacionais e subnacionais. Contudo, há registro de somente um referendo subnacional de revogação de mandato, realizado em 2019 no município de Bolpebra. Curiosamente, o único referendo revogatório nacional foi antes mesmo da Constituição de 2009, que inaugura esse mecanismo: é o caso do Referendo de 2008, convocado por Evo Morales através de iniciativa legislativa. No contexto de uma crise provocada pela aprovação, sem a presença da oposição, do texto base da Constituição de 2009 pela Assembleia Constituinte, Morales decide convocar um referendo para consultar se o eleitorado boliviano aprovaria sua renúncia. Assim, foi necessária a criação de uma normativa ad hoc do processo (Lei nº 3.850/2008), que acabou por reiterar o governo de Morales.

Iniciativa legislativa cidadã

Apesar de constar como mecanismo de democracia direta tanto na Constituição quanto na LRE, a iniciativa legislativa cidadã não possui uma regulamentação definida a nível nacional. A nível departamental, encontramos em Santa Cruz a Lei Departamental nº 29, de 2011, que dispõe dos procedimentos necessários para a iniciativa legislativa cidadã. De acordo com ela, para que um anteprojeto de lei seja aprovado na Assembleia Legislativa Departamental, é necessário que o número de assinaturas seja superior a

1,5% do número total de votos válidos da última eleição departamental. Não foram encontradas outras legislações análogas a nível local, assim como não encontramos registros de iniciativas legislativas cidadãs que tenham sido levadas à Assembleia Legislativa Departamental de Santa Cruz.

Consulta prévia

A consulta prévia, livre e informada consiste em uma reunião deliberativa obrigatória, que deve ser convocada pelo Estado, antes da realização de quaisquer atividades de exploração de recursos naturais em determinada localidade. A reunião ocorre entre a comunidade a ser afetada e a empresa interessada na exploração dos recursos, tendo a mediação do OEP e do *Servicio Intercultural de Fortalecimiento Democrático* (SIFDE), e buscando um acordo consensuado entre as partes. A resolução não é vinculante, mas deve ser levado em consideração pelos governantes.

A consulta prévia é um mecanismo diretamente vinculado ao direito territorial das nações e povos indígenas (MAYORGA; ZUAZO, 2015). Assim como os outros mecanismos de participação, a consulta prévia tem seu marco legal na CPE e na Lei nº 018, mas, além disso, é regulada pelo Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho e pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, ambos tratados que fazem parte do bloco de constitucionalidade boliviano. Com isso, tratando-se de uma consulta a uma comunidade indígena, a reunião pode ser conduzida de acordo com suas normas e procedimentos próprios.

Ao fim da consulta, cabe aos órgãos estatais a publicação dos informes com a resolução alcançada. No entanto, ainda que essa obrigatoriedade date do ano de 2010, pela Lei nº 018, encontramos somente dados a partir de 2015 até 2019. Reunimos, na tabela 1, o número de consultas prévias realizadas durante esse período em cada departamento.

	2015	2016	2017	2018	2019
Beni	1	-	-	6	-
Chuquisaca	-	4	8	4	5
La Paz	6	55	93	54	30
Potosí	-	28	97	77	44
Cochabamba	-	11	18	7	18
Santa Cruz	-	21	25	13	-

Oruro	-	10	3	6	3
Tarija	-	-	-	24	1
Pando	-	-	-	9	2
Interdepartamental	-	1	-	5	-

Tabela 1 – Consultas prévias por departamento (2015-2019)

Fonte: OEP. Elaboração própria.

Para Mayorga e Zuazo (2015), o mecanismo de consulta prévia é paradoxal, no sentido de que ao mesmo tempo que amplia a democracia, também concentra o poder decisório nas mãos do Estado, uma vez que a deliberação não é vinculante. Essa tampouco é a única contradição desse mecanismo, sendo ilustrativo o processo de construção de uma rodovia cruzando o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS).

O projeto da rodovia interdepartamental entre Villa Tunari (Cochabamba) e San Ignacio de Moxos (Beni) foi firmado entre o Estado boliviano e a empreiteira OAS em 2008, e sua obra inaugurada por Evo Morales em 2011 (ORTIZ, 2011). O governo, entretanto, não cumpriu com a obrigação de realizar uma consulta prévia com as comunidades da região que, insatisfeitos, organizaram a *VIII Gran Marcha Indígena por la Defensa del Territorio, la Vida, Dignidad y los Derechos de los Pueblos Indígenas*. Reprimida pela polícia, a Marcha expôs a contradição entre desenvolvimentismo e o *Vivir bien* – princípio da cosmologia ameríndia que preza pela relação harmônica e não predatória com a natureza –, o que desencadeou um importante embate entre governo e povos indígenas.

Como desfecho da Marcha, o governo primeiro declara o TIPNIS como “território intangível” (Lei nº 180/2011), que posteriormente é anulada pela Lei nº 222, que por sua vez convoca a consulta prévia. Acerca desse processo, foram encontrados dois informes: um informe governamental e outro desenvolvido pela Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) e pela *Asamblea Permanente de Derechos Humanos de Bolivia* (APDHB), a partir de uma missão realizada após a consulta.

De acordo com o informe do governo, apenas 3 das 58 comunidades consultadas se opuseram à construção da rodovia. Houve também 11 comunidades que se recusaram a participar do processo. O informe da FIDH/APDHB, por outro lado, contesta a forma como a consulta foi realizada: além de apontarem problemas como a falta de um estudo de impacto ambiental e o fato de a consulta não ter sido realizada previamente ao acordo com OAS, elas questionam a própria lisura do processo.

Dentre as irregularidades estariam a cooptação de dirigentes locais, através de ofertas de emprego, além de promessas de vantagens materiais para as comunidades que não se opusessem ao projeto. Das 36 comunidades visitadas pela missão, apenas 19 afirmam terem sido visitadas pelas brigadas de consulta, e 30 delas afirmaram ser contra o projeto – cifra que destoava muito da apresentada pelo governo. Além disso, as normas e procedimentos próprios também não teriam sido respeitados (FIDH/APDHB, 2013).

Assembleias e *cabildos*

Assembleias e *cabildos* são reuniões deliberativas abertas, de caráter não vinculante, que podem ser convocadas por diversos atores sociais, como organizações da sociedade civil, nações e povos indígenas ou qualquer outro conjunto de cidadãos. O acompanhamento pelo SIFDE/OEP é solicitado pela organização, a fim de que os órgãos produzam informes para publicação. No entanto, o acompanhamento é direcionado mais especificamente aos *cabildos* e assembleias que tratam sobre questões políticas mais amplas, geralmente em áreas urbanas. A distinção é importante pois em diversos governos autônomos indígenas se utiliza também o nome *cabildo* para designar suas instâncias deliberativas internas, que por sua vez fogem ao escopo desse mecanismo.

A literatura acerca desse mecanismo é bastante escassa, mas os dados coletados ajudam a ilustrar o objetivo das assembleias e *cabildos*. Seu funcionamento consiste na fala de alguns dirigentes e convidados acerca da pauta proposta, que deve ser delimitada, com posterior votação de resoluções. Nos relatórios examinados, em geral, as pautas compreendiam questões políticas nacionais e departamentais relativamente polêmicas, como disputas territoriais, reivindicações econômicas e posicionamento quanto à possibilidade de reeleição indefinida no país. O procedimento deliberativo consistiu na exposição de propostas de resolução, que seriam votadas por aclamação.

Ano	Assembleia ou <i>cabildo</i>	Pautas
2017	Cabildo de la Confederación de Juntas Vecinales de Bolivia	Impulsionar uma iniciativa popular para propor uma reforma constitucional no artigo referente à reeleição, de forma a possibilitar a candidatura de Evo Morales às eleições de 2019
2018	Asamblea del Pueblo de Bermejo	Exigência, por parte de províncias produtoras de hidrocarbonetos, de 45% dos royalties oriundas da extração da matéria-prima
2018	Gran Cabildo Abierto del Pueblo Chuquisaqueño	Problema entre os departamentos de Santa Cruz e Chuquisaca relacionados aos limites territoriais do Campo Incahuasi (território e reserva de gás natural)
2018	Cabildo abierto – Comité de Defensa de la Democracia (CONADE)	Rechaço à candidatura de Evo Morales pela quarta vez consecutiva
2019	Cabildo Abierto de Irpa Irpa	Questões organizativas internas do município de Irpa Irpa

Quadro 2 – Assembleias e cabildos (2017-2019)

Fonte: OEP.

O desenvolvimento de uma democracia comunitária

A democracia comunitária é a grande inovação do sistema democrático boliviano. Amparada na CPE 2009 e na Lei nº 026, é a garantia formal do autogoverno baseado na deliberação, representação e exercício de direitos coletivos a partir de normas e procedimentos próprios das nações e povos indígenas, originários e camponeses. Por certo, as nações indígenas já exerciam alguma forma de autonomia anteriormente ao novo modelo, sobretudo no que diz respeito à gestão territorial, porém não encontravam aporte institucional para a eleição de seus representantes de forma mais condizente com seu modo de vida. Guzmán (2018, p. 198) menciona um caso muito ilustrativo do problema: em Jesús de Machaca, no departamento de La Paz, as comunidades indígenas apresentaram seus candidatos às eleições municipais de 2004, que foram escolhidos por meio de seus procedimentos particulares, e posteriormente

foram ratificados pela eleição tradicional, como uma mera formalidade. A solução proposta pela nova ordem jurídica é, portanto, reconhecer a validade do procedimento próprio de cada nação e povo indígena, sem submetê-lo ao crivo do modelo liberal.

Essas normas e procedimentos não se restringem à forma como os representantes serão eleitos, mas definem também as competências e atribuições das autoridades. O Governo Autônomo Indígena Originário Campesino (GAIOC) é a expressão prática do exercício da democracia comunitária, o que requer um processo de transformação de territórios, regiões ou municípios em Autonomias Indígenas Originárias Campesinas (AIOCs). Dessa forma, essas comunidades poderão escolher seus representantes locais à sua maneira, com acompanhamento do OEP/SIFDE, mas sem sua interferência.

O trâmite para a transformação de um município em AIOC passa, em primeiro lugar, por um referendo. Tratando-se de um território, não há necessidade de referendo organizado pelo OEP, mas somente uma consulta seguindo as normas e procedimentos próprios da comunidade em questão. Uma vez aprovada a abertura do processo, procede-se com a formação de um órgão deliberativo que irá elaborar a norma institucional autonômica: o estatuto. Após sua elaboração, a comunidade deve aprovar esse estatuto, seja por um novo referendo, seja por procedimentos próprios. Esse processo, no entanto, pode estender-se por sete anos ou mais e é visto com ressalvas, uma vez que pode demonstrar uma tutela excessiva por parte do Estado, dada a exigência de tramitação em todos os seus órgãos (GUZMÁN, 2018; ORTELLANA, 2018).

No estatuto autonômico devem estar descritas as normas para a eleição do GAIOC, último passo para o exercício pleno da democracia comunitária. O processo eleitoral ocorre da forma como a comunidade deliberar, mas existem algumas regras quanto ao perfil dos representantes que devem ser cumpridas. Como expressa o artigo 8º da Lei 018 do OEP, é obrigatória a alternância e paridade de gênero em todas as instâncias da democracia boliviana, inclusive a democracia comunitária. Com isso, os GAIOCs devem se conformar de maneira a contemplar a igualdade entre homens e mulheres.

Existem, atualmente, três GAIOCs na Bolívia. O primeiro foi Charagua Iyambae, no departamento de Santa Cruz. O território é dividido em zonas, cada qual com sua própria forma de eleição de representantes. Considerando que essa autonomia indígena possui também uma área urbana onde habita a população não-indígena, eles seguem com o procedimento de voto universal secreto, mas sem a participação de partidos políticos. Já no GAIOC de Uru Chipaya, em Oruro, não há eleições, mas sim um sistema de rotação. Por fim, no GAIOC de Raqaypampa, em Cochabamba, são realizadas

eleições para o Conselho de Gestão Territorial a cada 5 anos, a partir da Assembleia Autônoma Geral das Comunidades. O processo de seleção de candidatos ocorre internamente em cada uma das subdivisões do território, sendo obrigatória a escolha de um homem e uma mulher. A votação é majoritária e aberta, na qual os candidatos são posicionados de costas enquanto os participantes da Assembleia se posicionam atrás daquele candidato que escolherem (GUZMÁN, 2018).

Conclusões

A partir dos dados disponíveis, pudemos avaliar o funcionamento da democracia intercultural ao longo dos anos. Dentre os principais problemas apontados, destacam-se o Referendo Constitucional de 2016 e o processo em torno da consulta prévia no TIPNIS. Esses eventos, que estiveram na origem de grandes crises do governo Evo Morales, ilustram importantes contradições: o desrespeito ao resultado de um referendo vinculante em nome da possibilidade de reeleição e a primazia do desenvolvimento econômico em detrimento da autodeterminação indígena. Além disso, outros mecanismos apresentam problemas, como a ausência de regulamentação da iniciativa legislativa cidadã e, na consulta prévia, uma concentração do poder de decisão no Estado, por conta de seu caráter não-vinculante.

Ainda que o Referendo Constitucional de 2016 tenha sido o pivô de uma crise cujos efeitos continuam reverberando no país, os referendos a nível local merecem destaque por serem realizados com uma frequência razoável em questões como a aprovação de cartas orgânicas municipais, início de processos de autonomias indígenas e aprovação de seus estatutos. Diretamente relacionados com a democracia comunitária, esses processos de consulta constituem uma forma positiva de participação política, afastando-se do valor negativo atribuído aos referendos de nível nacional.

Considerando que os dados disponíveis nos canais institucionais do governo vão até 2019, pudemos analisar tão somente o exercício dessas políticas durante o governo Evo Morales. Durante o governo interino atual, não se realizou nenhuma alteração na legislação que diz respeito à democracia participativa, tampouco em relação à Constituição.

Referências

BOLÍVIA. **Constituição** (2009). Constituição Política do Estado. La Paz, 2009.

BOLÍVIA. **Lei nº 026 de 30 de junho de 2010**. Ley del Régimen Electoral. La Paz. Disponível em: <https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2019/07/LEY_026.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

BOLÍVIA. **Lei nº 018 de 16 de junho de 2010**. Ley del Órgano Electoral Plurinacional. La Paz. Disponível em: <https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2017/01/Ley_018.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

BOLÍVIA. **Lei nº 3.850 de 12 de maio de 2008**. Ley de Referendum Revocatorio de Mandato Popular. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-3850.html>>. Acesso em: 17 set. 2020.

BOLÍVIA. **Lei nº 180 de 24 de outubro de 2011**. Ley de protección del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore – TIPNIS. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-N180.html>>. Acesso em: 17 set. 2020

BOLÍVIA. **Lei nº 222 de 10 de fevereiro de 2012**. Ley de consulta a los pueblos indígenas del Territorio Indígena y Parque Naional Isiboro Sécore – TIPNIS. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-N222.html>>. Acesso em: 17 set. 2020

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Tratado Internacional de 22 de novembro de 1969**. Pacto de San José de Costa Rica. San José de Costa Rica, Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em: 17 set. 2020.

CUNHA FILHO, C. Qualidade democrática na Bolívia de Evo Morales (e além): transformações, avanços e desafios. **Teoria & Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 30-68, 2017.

EBERHARDT, M. L. La Revocatoria de Mandato en Bolivia. Su diseño institucional. El caso Evo Morales (2008). **Acciones e Investigaciones Sociales**, [S. l.], n. 36, p. 253-278, 2016. DOI: 10.26754/ojs_ais/ais.2016361495. Disponível em: <<https://papiro.unizar.es/ojs/index.php/ais/article/view/1495>>. Acesso em: 7 set. 2020.

FIDH/APDHB. **Bolívia**: Informe de verificación de la consulta realizada en el Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro-Sécore. FIDH/APDHB, [s.l.], 2013.

GARCÍA LINERA, A. **A Potência Plebeia**: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia. São Paulo: Boitempo, 2010.

GUGLIANO, A. A. El presupuesto participativo y la transformación de la teoría democrática. **Demos Participativa**, n. 3, p. 41-43, 2011.

GUZMÁN, F. V. Articulación entre mecanismos de autogobierno y la autonomía indígena en Bolivia. In: PNUD. **Diversidad institucional**: autonomías indígenas y estado plurinacional en Bolivia. La Paz: PNUD, 2018. p. 193-214.

MAYORGA, F. Democracia intercultural y representación política en las autonomías departamentales e indígenas. **L'Âge D'Or**, [S.L.], v. 1, n. 6, p. 1-13, mar. 2013.

MAYORGA, F.; ZUAZO, M. Democracia intercultural y ciudadanía multicultural en el Estado plurinacional. In: MINNAERT, A.; ENDARA, G. (Org.). **Democracia participativa y Izquierdas**: logros, contradicciones y desafíos. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung (Fes-Ildis), 2015. p. 317-382.

MERKEL, W. Democracia directa. Los referendos desde la perspectiva de la teoría de la democracia y la socialdemocracia. In: MINNAERT, A.; ENDARA, G. (Org.). **Democracia participativa y Izquierdas**: logros, contradicciones y desafíos. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung (Fes-Ildis), 2015. p. 35-94.

ORELLANA, A. G. Formas de (auto)gobierno indígena originario campesinos y diversidad institucional en Bolivia: las experiencias de Charagua, Raqaypampa y Uru Chipaya. In: PNUD. **Diversidad institucional**: autonomías indígenas y estado plurinacional en Bolivia. La Paz: PNUD, 2018. p. 135-172.

ORTIZ, J. Y. Bolivia: del "proceso de cambio" a los cambios en el proceso. **Bolivian Studies Journal**, [S.L.], v. 18, p. 70-114, nov. 2011.

PRETTO, G. C. La Constitución Boliviana de 2009: entre lo popular y el populismo. **Revista FORO**, La Paz, v. 2, n. 2, p. 150-170, nov. 2019.

SANTOS, B. de S. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: PEREIRA, L. C. B. et al. (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SANTA CRUZ. **Lei departamental nº 29 de 28 de março de 2011**. Ley departamental de mecanismos y procedimientos para la iniciativa legislativa ciudadana. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO_SCZ-LD-29.html>. Acesso em: 17 set. 2020.

SANTOS, B. de S. La reinvencción del Estado y el Estado plurinacional. **OSAL**, año VIII, n. 22, p. 25-46, set. 2007.

WELP, Y.; LISSIDINI, A. Democracia directa, poder y contrapoder: análisis del referendo del 21 de febrero de 2016 en Bolivia. **Bolivian Studies Journal**, [S.L.], v. 22, p. 162-190, mar. 2017.

YAPUR, F. L. G. Democracia intercultural, noción esquiiva: estado del arte sobre su conceptualización. In: PNUD. **Diversidad institucional**: autonomías indígenas y estado plurinacional en Bolivia. La Paz: PNUD, 2018. p. 75-98.

Socialismo indo-americano e bem-viver: uma alternativa de superação dos paradigmas impostos pelo desenvolvimentismo ocidental

Luiza Bárbara Vieira Cidrack*

Raissa Lorena Malcher Sena**

Introdução

Imaginar outras possibilidades de vida na terra não é tarefa fácil frente à exacerbação de todas as possibilidades impostas e distorcidas pelo capitalismo, sobretudo no século XXI, no qual as sociedades estão cada vez mais imersas nos mecanismos da produção do capital trazida tanto pelo sistema como também pela lógica neoliberal da competição pautada no ganho individual.

É dessa maneira que este trabalho pretende trazer uma contribuição a respeito das reflexões acerca de outras formas de subsistência humana, que trate de aliar à perspectiva do desenvolvimento outras práticas e formas de observar o mundo que ultrapassem a obtenção de lucro.

Na busca desenfreada por um desenvolvimento traçado a partir de um modelo ocidental, as sociedades acabaram por ignorar questões centrais para a própria existência humana, como por exemplo a questão do meio ambiente, que está cada dia mais degradado.

É nessa perspectiva que pensadores vem, ao longo da história, fazer imergir debates que despontaram desde um olhar político e econômico sobre o fracasso da exploração do homem pelo sistema e consequentes acirramentos das desigualdades sociais, até a utilização das sabedorias originárias para preservar o meio ambiente que nos circunda para uma vida equilibrada e justa.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

E-mail: barbaracidrack@gmail.com

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

E-mail: raissa_sena@outlook.com

A tentativa, aqui, é trazer esses pensamentos que surgiram desde o enfrentamento do capitalismo industrial, a partir de atores latino-americanos, como Haya de la Torre, que construiu o conceito de Indo-América como forma de analisar a herança indígena como o elemento central para a unidade latino-americana; bem como José Carlos Mariátegui, que ao trazer o debate do socialismo indo-americano, observa tal sistema econômico pela visão indigenista latino-americana.

A partir daí, pretendemos enumerar e entender os aspectos de convergência que existem entre as perspectivas apontadas pelos conceitos acima citados com que nos apresenta Alberto Acosta a respeito do Bem-Viver, numa ótica contemporânea de observar a sociedade a partir de uma lógica que traz como princípio básico o rompimento com uma sistemática global de desenvolvimento.

Partindo do questionamento de uma qualidade de vida associada unicamente ao que se desenvolveu no ocidente e estabeleceu-se para a América Latina, visamos trazer ao espectro do debate sobre o desenvolvimento uma abordagem que, antes de tudo, respeita a ancestralidade e os saberes das comunidades originárias, bem como a terra, a coletividade e a solidariedade entre os seres humanos.

Conceitos contra-hegemônicos para (re)pensar a América Latina

Quando falamos na construção de conceitos latino-americanos, admitimos a necessidade de reavaliação de conhecimentos advindos e impostos pelo Ocidente (CERVO, 2008). Trata-se da preocupação em discutir sobre discursos coloniais e narrativas ocidentais, e da luta contra a homogeneização das ideias advindas do mundo ocidentalizado. Avaliar a história dos povos através de uma visão hegemônica reduziria, dessa forma, a própria narrativa desses povos.

A proposta do Bem-Viver, que surge como uma alternativa contra-hegemônica à ordem mundial neoliberal, traz questionamentos acerca do que se entende como “desenvolvimento”. Para isso, abarca, entre outras coisas, a ideia do protagonismo dos povos indígenas no que tange à participação política e ao poder de decisão sobre suas vidas, assim como a importância central da questão indígena para a América Latina.

Para a efetivação dos princípios do Bem-Viver na incorporação deste às normas jurídicas do Estado, também foi necessário que este fosse repensado, fazendo emergir o conceito de Estado Plurinacional, o qual aprofundaremos mais adiante, mas que inicialmente pode ser considerado como aquele que se contrapõe à visão clássica de Estado Nacional unicultural. Ou seja, ele reconhece e inclui em sua organização política

diferentes grupos étnicos pertencentes a um mesmo território nacional e os permite a participação popular como sustentação da própria democracia.

Partindo desse pressuposto, discutiremos, no subtópico seguinte, sobre as ideias e os conceitos elaborados pelos autores José Carlos Mariátegui e Victor Raúl Haya de la Torre em relação à problemática do índio na América Latina; e apresentaremos, na sequência, as principais proposições do paradigma do Bem-Viver.

Mariátegui e Haya de la Torre: a centralidade da questão indígena para a América Latina

Quando comparamos as ideias de Mariátegui e Haya de la Torre, percebemos que embora existam discordâncias, os autores convergem quanto à defesa do Socialismo como alternativa à subordinação econômica da América Latina. Assemelham-se, também, quanto ao olhar cuidadoso para a questão indígena, entendida por ambos como uma questão fundamental.

Para os fins do presente trabalho, é pertinente que seja estabelecida uma relação entre os conceitos de “Indo-América” e “Socialismo indo-americano”, propostos, respectivamente, pelos autores peruanos Haya de la Torre e Mariátegui, para que possamos entender os caminhos que ambos trilharam para propor a superação do capitalismo na América Latina.

O Socialismo indo-americano estabelecia, como premissa inicial, que encarar a questão indígena como um problema étnico significava corroborar com um repertório de ideias imperialistas, que constrói o conceito de raças inferiores e que serve exclusivamente ao discurso ocidental:

A suposição de que o problema indígena é um problema étnico se nutre do repertório mais envelhecido das ideias imperialistas. O conceito de raças inferiores serviu ao Ocidente branco para a sua obra de expansão e conquista. Esperar a emancipação indígena de um cruzamento ativo da raça aborígine com imigrantes brancos é uma ingenuidade antossociológica (MARIÁTEGUI, 2010, p. 57).

Mariátegui (1928) argumenta que para a reivindicação indígena adquirir concretização histórica é necessário que se transforme em uma reivindicação econômica e política. Dessa forma, o socialismo indo-americano surge para localizar a questão indígena em novos termos: ao invés de reconhecê-la no plano abstrato, como um problema étnico ou moral, passa a ser entendida no plano concreto como um

problema social, econômico e político. É por isso, então, que Mariátegui não se contenta em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso. Reivindica, além disso, seu direito à terra.

Aliar então o conceito do socialismo à realidade indígena americana era, para Mariátegui, a maneira possível de se contrapor verdadeiramente ao capitalismo e ao imperialismo, fazendo valer os princípios do socialismo que muito bem compunha e coadunava com as organizações sociais e de trabalho das comunidades indígenas, que, segundo o autor, possuíam em seu âmago traços fortes de organização socialista.

Por isto, para Mariátegui:

A doutrina socialista é a única que pode dar um sentido moderno, construtivo à causa indígena que, situada no seu verdadeiro terreno social e econômico e elevada ao plano de uma política criadora e realista, conta, para a realização desta empreitada, com a vontade e disciplina de uma classe que hoje surge no nosso processo histórico: o proletariado (MARIÁTEGUI, 2005, p. 158).

A questão indígena perpassa, assim, pelos seus apontamentos e discussões sobre uma revolução latino-americana, o imperialismo, o anti-imperialismo e o regionalismo na América Latina, trazendo o indígena como um ator político capaz de protagonizar uma revolução, juntando-se ao proletariado como parte dele para criar uma nova forma de atuação perante às forças imperialistas.

A revolução latino-americana, aos olhos de Mariátegui, exige uma revolução socialista que inclua objetivos agrários e anti-imperialistas. Assim, o anti-imperialismo não era considerado como um programa político em si mesmo: apenas a partir da construção do socialismo se poderia eliminar o imperialismo (CASAS, 2007).

A questão do regionalismo também é colocada, em Mariátegui (1928), em novos termos. De acordo com o autor, a partir do momento em que se admite a prioridade do debate do “problema do índio” e da “questão agrária”, se torna impossível considerar a questão do regionalismo ou, mais precisamente, da descentralização administrativa, a partir de pontos de vista não subordinados à necessidade de solucionar de maneira orgânica os dois primeiros problemas. Uma descentralização como reforma simplesmente política e administrativa não significaria, portanto, progresso em relação à solução dos problemas do índio e da terra. Os “novos regionalistas” são, antes de tudo, indigenistas, que admitem como problema primário a questão do índio e da terra.

Haya de la Torre também entende o “problema do índio” como econômico e social, e não como “racial”. Com esse autor, entramos em contato com a terminologia

“Indo-América”, que traz consigo a ideia de que a herança indígena seria capaz de unir todas as nossas repúblicas. Essa união constituiria, por sua vez, não a América Latina, mas a Indo-América, onde o trabalhador é fundamentalmente indígena e a sua exploração possibilita pensar a unidade latino-americana.

No que tange à luta contra o imperialismo, ao contrário do que apregoava Lênin (1917), Haya de la Torre o entendia como a primeira etapa do capitalismo na América Latina. Uma vez que esse capitalismo se uniu com o feudalismo, a liberação nacional se daria através de uma revolução anti-imperialista e anti-feudal (CASAS, 2007).

Tendo isso em vista, estabelece como necessária a relação entre a conquista da soberania efetiva com a construção de um “Estado Anti-imperialista”, que tem como principal função a intermediação das relações do povo com o imperialismo, para a promoção da industrialização a partir de cima.

Merece destaque, ainda, a visão de Haya sobre a América Latina a nível continental: se configura como uma grande região proletária, com resquício feudal e primitivismo econômico; enquanto que os Estados Unidos se apresenta como a nação burguesa que tem como aliados de classe as elites governantes latino-americanas (FIGUEIREDO; PINTO, 2012).

Evidencia-se, dessa forma, que existia um ponto que unia as visões de Haya de la Torre e Mariátegui, apesar de suas divergências quanto aos caminhos e às finalidades de se enfrentar o imperialismo: a questão indígena. Ambos acreditavam que o problema do índio era uma questão central para travar qualquer debate acerca da exploração da América Latina pelo grande capital imperialista e ambos tratavam o indígena na sociedade latino-americana como um potencial agente político.

Portanto, seria possível a ruptura com esse sistema por meio da construção de uma resistência anti-imperialista latino-americana, que compreendesse que os interesses do capital burguês norte-americano em nenhum momento convergem para contribuir com um suposto desenvolvimento, mas para explorar a região em seus diversos recursos, sejam naturais ou humanos.

Bem-Viver como uma existência social alternativa

De acordo com Quijano (2012), a emergência da proposta do Bem-Viver inspira todo um movimento da sociedade cujo desenvolvimento poderia levar à descolonialidade global de poder. Isso é, à outra existência social, livre de dominação, exploração e violência. Dessa forma, o primeiro ponto que deve ser salientado quando

se fala em Bem-Viver é que se refere, necessariamente, a uma questão histórica aberta, que requer ser continuamente indagada, debatida e praticada.

O Bem-Viver, enquanto plataforma política originada na cosmovisão dos povos indígenas andinos, consiste em um “marco de contestação ao desenvolvimento conforme estabelecido pela ordem mundial hegemônica no atual estágio de globalização” (GUERRA, 2018, p. 85).

É nesse sentido que Alberto Acosta (2016) discute sobre o desenvolvimento como um “fantasma inalcançável”. Em janeiro de 1949, o desenvolvimento é institucionalizado como uma proposta global, a partir do discurso de Harry Truman, o então presidente dos Estados Unidos. Na ocasião, a maior parte do mundo foi definida como sendo “áreas subdesenvolvidas”, e anunciou-se que todas as sociedades deveriam ter o desenvolvimento como uma meta a ser perseguida.

(...) aceitamos a devastação ambiental e social em troca de conseguir o “desenvolvimento”. Negamos nossas raízes históricas e culturais para nos modernizarmos, imitando os países avançados, ou seja, modernos. Arquivamos nossos sonhos e nossas propostas. Fechamos a porta às possibilidades do que poderia ser uma modernização própria. Neste caminho, que implica em uma mercantilização extrema, aceitamos até mesmo que tudo se compra e tudo se vende. Assim, para que o pobre saia de sua pobreza, os ricos estabeleceram que, para ser como eles, o pobre deve agora pagar para imitá-los: comprar até o conhecimento deles, negando seus próprios conhecimentos e práticas ancestrais (ACOSTA, 2016, p. 200).

Na busca para se alcançar o desenvolvimento, uma estrutura de dominação dicotômica acaba por ser consolidada. Ou seja: desenvolvido-subdesenvolvido, avançado-atrasado, pobre-rico, e assim por diante. No entanto, quando esse “desenvolvimento” começa a ser questionado, passa-se a buscar alternativas que se diferenciam nos nomes, mas que permanecem no mesmo caminho. Exemplos de alternativas são: desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento etc. Assim, percebemos que o conceito de desenvolvimento, a partir dessas alternativas, não chegou a ser questionado, de fato, mas simplesmente redefinido (ACOSTA, 2016).

O Bem-Viver não é, então, um desenvolvimento alternativo, mas sim uma alternativa ao desenvolvimento. Surge desde as sociedades historicamente marginalizadas e se projeta como uma plataforma para discutir alternativas conceituais, e respostas concretas urgentes diante dos problemas que o desenvolvimentismo atual não é capaz de resolver.

Deve ser entendido como um conceito em construção - resultante de uma recuperação de saberes próprios dos povos indígenas - que se separa das ideias ocidentais de progresso, e aponta para outra concepção de vida boa, incluindo especial atenção à Natureza (GUDYNAS; ACOSTA, 2011).

Sendo assim, o Bem-Viver se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida: sua tarefa é descolonizadora, por surgir de raízes comunitárias não capitalistas e propor uma mudança da civilização (ACOSTA, 2016).

As ideias do Bem-Viver foram formalizadas nas novas constituições de Bolívia e Equador, que, segundo Eduardo Gudynas e Alberto Acosta (2011), apresentam algumas semelhanças. Dentre elas, nos dois casos a ideia do Bem-Viver está diretamente ligada aos saberes e tradições indígenas, e à busca de outro desenvolvimento, que caminha para uma mudança profunda das economias e para outra postura frente ao mercado.

Existem, desse modo, algumas premissas básicas nas ideias defendidas pelo Bem-Viver: a busca pela descolonização dos saberes, por outra relação com a Natureza, por outra ética de reconhecimento de valores, e o entendimento de que o espaço político deve decorrer de um encontro de diálogos e interações entre diferentes saberes (GUDYNAS; ACOSTA, 2011).

Podemos entender, portanto, que no Bem-Viver existe uma relação inseparável do homem com a natureza, de modo que uma perspectiva de separação do homem com a terra nunca existiu, sendo eles parte do mesmo todo, havendo um respeito que é inexorável à própria vida como uma só: aquela que existe e é parte de uma experiência ancestral com a mãe natureza, de uma maneira sagrada.

É dessa maneira que se concebem as relações de cunho social e político, que foi reduzido à termo nas Constituições Equatoriana e Boliviana, estabelecendo a *Pachamama* como um ideário a ser preservado e respeitado pela sociedade como fundamento jurídico da existência dela mesma, pois nela - a *Pachamama* - é onde coexistem todos os seres humanos e não humanos e é dela que se extrai todas as formas de vida (ESCOBAR, 2011).

Tais transformações só são possíveis quando deixados de lado princípios que foram impostos pela cultura ocidental, tanto no que tange às organizações sociais, quanto jurídicas. Só é possível que este modelo se desenhe no âmbito de uma constituição federal se superados os antigos conceitos estabelecidos ainda a partir dos ensinamentos europeus para o estabelecimento de uma nova perspectiva de estado: o Estado plurinacional.

Este vai tratar de reconhecer todos os povos originários que se estabeleceram naquele território antes mesmo da chegada dos colonizadores, de modo que tal reconhecimento traz ao Estado uma nova visão a respeito do alcance e da efetivação de sua democracia, como o acesso de todos ao Estado, independentemente de sua força majoritária.

O Estado Plurinacional pode ser compreendido como aquele que tem como fundamento a democracia participativa e é ela quem determina os ditames da democracia representativa naquela sociedade, garantindo a existência de várias formas de organização familiar, social, econômica dos mais diversos povos e grupos étnicos e culturais (MAGALHÃES, 2009).

Desta feita, para além da denominação, o importante é que se faça valer seus preceitos da participação popular democrática, que contribua, de fato, para consolidar formas de autogoverno ou autogestão que sejam capazes de travar um enfrentamento direto às concepções liberais dos Estados Unilaterais, fazendo-nos vislumbrar uma possibilidade real de refundação do Estado e de seus preceitos fundamentais (SANTOS, 2010).

Conforme Almeida:

“En contra de los que podría pensarse, el reconocimiento de la especificidad étnica no fracciona la unidad de las fuerzas democráticas que se alinean en contra del imperialismo. Todo lo contrario, mientras más se robustezca la conciencia nacional de los diferentes grupos, más firme será la resistencia al imperialismo bajo cualquiera de sus formas (genocidio, imposición política, religiosa o cultural) y, sobre todo, la explotación económica” (ALMEIDA, 2008, p. 29).

Ou seja, podemos aqui afirmar que ao resgatar o respeito à ancestralidade e aos saberes originários, bem como ao refundar um sistema constitucional a partir do novo constitucionalismo e do conceito de Estado Plurinacional, o Bem-Viver obedece ao fundamento originário da valorização da vida, fazendo dela o ponto de partida para as relações entre as pessoas e o Estado, que por meio destes princípios, tende a tratar os direitos humanos, sociais e ecológicos como prioritários para a formulação de políticas públicas.

Bem-Viver e Socialismo indo-americano: diálogos contemporâneos para a construção de uma nova sociedade

O Bem-Viver se aproxima e enriquece o conceito de Socialismo indo-americano na medida em que se configura como uma busca latino-americana de valorização do potencial do mundo considerado “atrasado” e propõe uma alternativa ao predomínio do capitalismo. Ou seja, visa um horizonte pós-capitalista enraizado na vida e na práxis dos nossos povos (CARVALHO; FRIGGERI, 2015).

Ao trabalhar com a ideia do Socialismo do Bem-Viver, os autores Wolney Carvalho e Félix Pablo Friggeri (2015) situam-no na linha mariáteguiana do Socialismo indo-americano, como criação heroica que busca em suas raízes o mais profundo do latino-americano, que é o indígena. Assim sendo, o Bem-Viver aparece como uma expressão capaz de condensar esse conteúdo “indo-americano”, idealizado por Mariátegui.

Boaventura de Sousa Santos (2009) também se ocupa da análise do Socialismo do Bem-Viver. De acordo com o autor, o Socialismo vislumbrado pela proposta do Bem-Viver combina não somente a transição do capitalismo ao socialismo, mas também do colonialismo à autodeterminação. Em suas palavras: “Às vezes, quando ouço falar do Socialismo do século XXI, este se parece muito com o Socialismo do século XX. Quando falamos do Bem-Viver, não existe confusão possível, é outra coisa nova que está surgindo” (SANTOS, 2009, p. 4 – tradução nossa).

O Socialismo indo-americano representa a busca de um pensamento que dê valor à parte não capitalista que é protagonizada pelos mais pobres do continente, e abre as portas para um olhar que admite como central o potencial revolucionário que possui essa outra parte do mundo latino-americano. Além disso, nos coloca em sintonia com a busca de caminhos de superação do capitalismo que não necessariamente passam por sua “maturação”, mas que partem de outras racionalidades e estruturas socioeconômicas fora dele.

Tanto o socialismo indo-americano de Mariátegui quanto o Bem-Viver analisam, desde uma base epistemológica alternativa à realidade socioeconômica latino-americana e pensam no caminho revolucionário na América Latina como um caminho próprio (CARVALHO; FRIGGERI, 2015).

Isto se dá em razão de o Bem Viver e o Socialismo indo-americano encontrarem suas bases na ancestralidade dos povos originários. Ou seja, ambos encontram no indigenismo o seu fundamento, que pode culminar, de uma maneira ou de outra, na

superação do modelo capitalista para a construção de um modelo próprio, de característica revolucionária, para a América Latina.

Podemos aferir que, para além do socialismo indo-americano, podemos considerar a construção de um socialismo do Bem-Viver, já que este possui semelhantes raízes nas práticas coletivas e de solidariedade entre os povos e a natureza. Assim, o modo de vida socialista, a partir de sua melhor doutrina latino-americana, possui também estes como seus preceitos fundamentais.

O que nos leva a entender o Bem-Viver, da maneira como ele está configurado hoje na América Latina, como uma expressão do socialismo indo-americano em construção, que se utiliza de uma gramática latino-americana para engendrar novas perspectivas de vida e organização do Estado, a partir de um modelo que não é novo em sua concepção, mas que busca na contemporaneidade novas formas de implementação para que se produza uma forma diferente de vida.

Considerações finais

Podemos, ao final, concluir que o Bem-Viver se trata da valorização de uma nova perspectiva de vida coletiva que emerge a partir dos povos do Sul, que foram historicamente marginalizados pela cultura ocidental, a qual sempre circundou em torno do que fora produzido e inventado pelos países colonizadores em detrimento de seus colonizados.

O sistema capitalista vigente encontra-se em ruínas, pois não é capaz de suprir a corrida pelo inalcançável desenvolvimento, bem como foi responsável pelo agravamento alarmante da desigualdade social, do desequilíbrio ambiental e das disparidades culturais existentes na atualidade, em nome de um progresso que não mais deve ser observado como parâmetro para uma sociedade que anseia por existir de uma maneira mais justa e equilibrada.

Sob uma ótica decolonial, o Bem-Viver se apresenta como alternativa em constante construção para viabilizar uma maneira de viver que leve em consideração os aspectos mais diversos da vida coletiva, bem como o respeito ao meio ambiente, às culturas ancestrais dos povos originários e seus saberes.

Confirmamos, assim, que as teorias e práticas do Bem-Viver muito se aproximam do que foi apregoado pelo socialismo indo-americano: ambos emergem no respeito à ancestralidade, no respeito aos saberes dos povos originários e ambos enxergam no

indígena um importante ator social e político capaz de capitanear uma forma criativa de construir um processo revolucionário para uma sociedade socialista.

Nessa perspectiva, o Bem-Viver é a concretização do ideário socialista aliado com os aspectos da cultura indígena, fazendo surgir, a partir da América Latina, uma nova possibilidade de existência na Terra, sem que esta seja explorada, mas respeitada dentro de um olhar de coexistência e resistência.

O Bem-Viver se apresenta como alternativa ao capitalismo e ao modelo de desenvolvimento que foi imposto de maneira hegemônica, como se fosse a única possibilidade para que se alcançasse um progresso estabelecido pelos parâmetros do mercado e do consumo, sem observar boas práticas de convivência do ser humano com o outro e com o meio ambiente.

Então, se constitui como uma alternativa de vida que se baseia sobretudo na solidariedade, na convivência harmônica com a natureza, no respeito às culturas ancestrais, buscando a partir da reconstrução de valores da sociedade construir um modelo que confronte a visão eurocêntrica de bem-estar.

Ademais, o Bem-Viver acaba também por romper com o conceito de subdesenvolvimento político (SANTOS, 2016). Ao apresentar uma nova perspectiva de construção de vida em sociedade que confronta os parâmetros do desenvolvimento colonizador, ele rompe também automaticamente com tudo que emerge deste conceito, apresentando não uma forma de desenvolver-se, mas uma alternativa ao próprio desenvolvimento.

Referências

ACOSTA, A. **O Buen Vivir**: uma oportunidade de imaginar outro mundo. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ALMEIDA, I. **El Estado Plurinacional**: valor histórico y libertad política para los indígenas ecuatorianos. Quito: Editora AbyaYala, 2008.

CARVALHO, W. R; FRIGGERI, F. P. Heterogeneidad estructural y Socialismo del Buen Vivir. **Polis Revista Latinoamericana**, v. 40, p. 1-12, 2015.

CASAS, A. **Pensamiento sobre integración y latinoamericanismo**: Orígenes y tendencias hasta 1930. Bogotá: Ediciones Antropos, 2007.

CERVO, A. Conceitos em Relações Internacionais. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 51, n. 2, p. 8-25, 2008.

FIGUEIREDO, A. G. de B; PINTO, L. F. S. Pátria Grande, Indo-América: a integração da América Latina na obra de Haya de la Torre. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 1, p. 72-84, 2012.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Revista Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, n. 53, abr./jun. 2011.

GUERRA, L. Globalização, Desenvolvimento e Buen Vivir: a América Latina na construção de alternativas contra-hegemônicas à ordem mundial neoliberal. **Rev. Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 85-111, jan./jun. 2018.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo**: fase superior ao capitalismo. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

MARIÁTEGUI, J. C. **Do sonho às coisas**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARIÁTEGUI, J. C. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2008.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Boitempo, 2010.

QUIJANO, A. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur**, n. 122, maio 2012.

SANTOS, B. de S. Hablamos del Socialismo del Buen Vivir. In: **FORO INTERNACIONAL “LOS NUEVOS RETOS DE AMÉRICA LATINA: SOCIALISMO Y SUMAK KAWSAY”**. Quito, 2009.

SANTOS, B. de S. **Refundación del Estado en América Latina**: Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

Os países andinos, as instituições regionais e o enfrentamento da Covid-19

Regiane Nitsch Bressan*

Introdução

O ano de 2020 foi marcado por um dos eventos mais importantes da história mundial recente, a pandemia causada por um novo coronavírus (SARS-CoV-2), conhecido também como Covid-19. O impacto da pandemia afetou a economia, a saúde pública e a relações políticas e sociais entre toda a sociedade. A emergência internacional relacionada à pandemia, a qual foi declarada em 30 de janeiro do mesmo ano pela Organização Mundial da Saúde (OMS), impôs atenções da comunidade científica e dos Estados para essa esfera no campo da saúde global. Sozinho, nenhum país estava preparado para enfrentar a pandemia da Covid-19, a qual imputou severos impactos negativos na economia, na assistência médica, na sociedade, bem como na saúde física e mental dos cidadãos (MEDEIROS, 2020).

Os Estados se depararam novamente com uma situação de interdependência, a qual exigiu o emprego de múltiplos esforços em conjunto para lidarem com os efeitos adversos da pandemia que rapidamente começaram a assolar o mundo. Na região dos países andinos, as implicações não foram diferentes. A pandemia do Covid-19 exigiu a construção de uma agenda regional resgatando estruturas criadas no seio da integração andina.

Os países da região andina partilham de um dos processos de integração regional mais antigo da América Latina, a Comunidade Andina (CAN). A integração andina conformada em 1969, no seu início, baseava-se no desenvolvimento econômico, com pouca ênfase em termos políticos e sociais (BRESSAN; LUCIANO, 2018). Contudo, a agenda da CAN se expandiu a outros temas e passou a dotar de certa institucionalidade arrematada, consistindo em uma das características mais importantes da integração

* Professora Adjunta da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios - EPPEN, Curso de Relações Internacionais. Professora do Programa Interinstitucional (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. Especialista em América Latina, doutora e mestre pelo PROLAM-USP.
E-mail: regianebressan@gmail.com

dos países andinos, que a diferencia dos blocos latino-americanos. A institucionalidade da CAN que faz alusão à experiência da integração europeia, ao analogamente incorporar o papel de protagonista das instâncias regionais na integração (ZEGARRA, 2005). O estabelecimento da Junta do Acordo de Cartagena no ato do Pacto Andino (1969) estabeleceu um órgão executivo regional de caráter supranacional, autônomo aos interesses nacionais, indicando a institucionalidade mais complexa dos processos de integração do continente (BRESSAN; LUCIANO, 2018).

A estrutura institucional da Comunidade Andina foi acompanhando a expansão da agenda temática do bloco, incluindo a área de saúde. Derivado do *Acordo Hipólito Unanue*, o Organismo Andino de Saúde foi criado a partir da necessidade de cooperação na área da saúde, somando aos esforços da integração andina, nas áreas econômica, social e política. Entende-se que o cuidado da saúde é papel fundamental a ser desempenhado no processo de integração dos povos andinos. A partir da iniciativa do governo Peruano e sua estrutura institucional para cuidado com a saúde, foi convocada a Primeira Reunião de Ministros da Saúde da área Andina, em 1971, com a participação da Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela, assinando o Acordo de Cooperação em Saúde dos Países da Área Andina (ORAS - CONHU, 2020).

Posteriormente, em 1998, a Organização Andina de Saúde, ORAS-CONHU foi formalmente atribuída ao Sistema Andino de Integração, SAI, por meio de Resolução do Conselho Andino de Chanceleres. O SAI tem como objetivo aprofundar a integração sub-regional andina e promover sua projeção externa e compõem o conjunto de órgãos e instituições da Comunidade Andina (CAN).

Por sua vez, a ORAS - CONHU caracteriza-se como um órgão sub-regional de integração, almejando coordenar e apoiar os esforços desenvolvidos pelos países membros, individual ou coletivamente, visando cuidados com a saúde de seus povos. A instituição coordena e promove ações destinadas a melhorar o nível de saúde dos países membros, dando prioridade aos mecanismos de cooperação que promovam o desenvolvimento de sistemas sub-regionais. Ademais, o ORAS- CONHU atua em coordenação com outros organismos sub-regionais, regionais e internacionais para medidas de prevenção e promoção da saúde (ORAS - CONHU, 2020).

ORAS - CONHU e a pandemia do Covid-19

Diante à pandemia da Covid-19, os países membros da ORAS - CONHU estão empenhados em fortalecer os sistemas de saúde, compartilhar tecnologias e práticas

sanitárias, além de melhorar, prevenir e promover o distanciamento individual responsável e conformidade com os protocolos internacionais (ORAS – CONHU, 2020).

A pandemia está atingindo as regiões mais remotas onde se encontram as populações rurais e indígenas andinas. Os números dos infectados nessas áreas podem passar despercebidos estatisticamente, mas ocasionam sérias consequências culturalmente. Deve ser prioridade o trabalho da ORAS – CONHU, fortalecer o trabalho com populações vulneráveis, especialmente com populações indígenas (NOTISALUD ANDINAS, 2020).

No intuito de realizar cooperação no combate à Covid-19, através do intercâmbio de informações relevantes e atuais, houve o aumento de recursos do ORAS-CONHU para o monitoramento dos casos vinculados à pandemia. No âmbito da organização regional, os países andinos realizaram oito reuniões técnicas nos cinco primeiros meses de pandemia, reunindo especialistas, equipe técnica e membros dos Comitês Andinos.

Entre as frentes que o ORAS-CONHU está trabalhando destacam-se a reativação da Rede Vigilância Epidemiológica Andina, a cooperação na vigilância sanitária da fronteira entre países andinos e articulação entre os Institutos Nacionais Andinos de Saúde. Dessa monta, a equipe técnica ORAS-CONHU se reúne duas vezes por semana para analisar a situação da pandemia globalmente e nos países andinos (NOTISALUD ANDINAS, 2020).

Em relação ao desenvolvimento da vacina contra o Covid-19, os países da região andina mostraram interesse na cooperação nesse assunto, objetivando obter acesso em conjunto, superando os desafios na sua aquisição e na distribuição equânime entre as regiões. A organização também busca mecanismos de aquisição de vacinas em parceria regional, visando segurança, preço justo e qualidade, levando a medicação a lugares mais remotos dos países andinos. Além disso, foi determinada uma comissão para estudar a promoção de capacidade tecnológica a fim de promover vacinas em um dos países andinos, na busca de proteção à população, sobretudo àqueles de maior vulnerabilidade, em especial, povos indígenas andinos e amazônicos (ORAS – CONHU, 2020).

Entre abril e setembro de 2020, foram produzidos 33 informes sobre dados enfermos, óbitos e curados da Covid-19, entre países andinos, países terceiros e regiões do mundo. Ademais, foram confeccionados documentos sobre apoio à saúde mental. Também foram elaborados e bastante difundidos, materiais publicitários para prevenção, cuidados e apoio psicológico em razão da pandemia pelo ORAS – CONHU (Figura 1).



Figura 1 – Cartaz para assistência psicológica ORAS – CONHU

Fonte: ORAS – CONHU, 2020.

A Comunidade andina e a pandemia do Covid-19

Segundo informe oficial da CAN, os países da integração andina, visando driblar os prejuízos econômicos advindos da pandemia, buscaram reativar suas economias e alcançar maior unidade durante esta emergência mundial. Foram estabelecidas novas medidas econômicas e regulamentos mais contemporâneos para facilitar e fomentar o comércio intracomunitário. Além disso, as burocracias de Bolívia, Colômbia, Equador e Peru também se empenharam na digitalização de procedimentos, reduzindo custos e tempos operacionais no processo de exportação com a adoção da Decisão 856 (CANa, 2020).

Em relação às medidas de prevenção sanitária, os membros da CAN estipularam novos procedimentos, facilitando o controle nas operações de trânsito aduaneiro, os quais evitam o contato físico, o manuseio de documentos e a disseminação do novo coronavírus nas passagens de fronteira. Ademais, foram estabelecidos novos protocolos para evitar risco de contágio nas áreas rurais e indígenas.

Na declaração de abril de 2020, os Ministros de Relações Exteriores e Comércio Exterior dos países da CAN, anunciaram uma série de medidas a serem adotadas pelos países do bloco. A primeira medida refere-se ao fortalecimento dos mecanismos regionais de promoção à saúde. O segundo critério consiste no intercâmbio de informações epidemiológicas e diagnósticos da evolução da doença em tempo real, para tomadas de decisão oportunas, bem como a troca de experiências exitosas na mitigação da disseminação do vírus. A terceira providência compete às autoridades avaliarem a possibilidade de compra conjunta de material médico, contemplando às necessidades de cada país. Uma quarta medida consiste na aquisição de recursos advindos do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) para cooperação técnica não reembolsável. Também foram estabelecidas reuniões e encontros virtuais coordenados pelos Ministérios das Relações Exteriores, estabelecendo ações nas áreas de interesse regional frente à pandemia (CANa, 2020).

Posteriormente, novas estratégias da Comunidade Andina foram apresentadas pelo Secretário-Geral da CAN para combate às mazelas geradas pela pandemia, como a coordenação de Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde visando a prevenção da disseminação do Covid-19. Também foram expostas ações para serem realizadas pós-pandemia, objetivando a recuperação econômica dos membros: reativação e diversificação de mercados de exportação por meio de e-commerce e rodadas de negócios virtuais; construção de cadeias de valor regionais; promoção de investigação e desenvolvimento tecnológico; digitalização e automatização dos processos produtivos; ativação do transporte transfronteiriço e regulação do tele trabalho para proteção do trabalhador, evitando abusos por parte dos empregadores (CANb, 2020).

Diante todos os esforços e medidas adotadas pela CAN e pelo ORAS-COHU, o Secretário Geral da CAN, Jorge H. Pedraza defende a CAN como símbolo do bloco mais ativo da região latino-americana para combate à pandemia (PEDRAZA, 2020).

Mesmo diante todos os esforços da Comunidade Andina, a pandemia se alastrou vertiginosamente entre os países do bloco. Nesse contexto, o empenho para o combate à pandemia e à crise econômica deve ser múltiplo e abrangente, reforçando a importância da CAN na adoção de políticas regionais amplas e coordenadas.

Os países andinos e a pandemia

A pandemia se proliferou exponencialmente na América Latina, enquanto avançou a imposição de medidas de isolamento e fechamento de fronteiras. Nos países andinos o “ficar em casa” se tornou o slogan que percorreu a região por meses. Contudo, nem todos puderam se manter isolados. Pouco mais de 50% dos trabalhadores dos países em estudo atuam no setor informal e sentiram-se impedidos de ficarem em casa diante a tragédia econômica que enfrentariam. Dessa forma, as políticas de isolamento não contiveram o alastramento da doença.

Em toda a América Latina, os casos confirmados de contaminados pelo novo coronavírus até setembro, ultrapassam 9,22 milhões. Os especialistas alertam que, devido às diferenças na forma como as mortes são registradas em cada país, o número real provavelmente é muito maior (BBCb, 2020).

Os países andinos apresentam números distintos em relação aos casos de covid-19, com medições até setembro de 2020 (Gráfico 1). O Peru lidera o número de infectados seguido pela Colômbia. Ainda que Bolívia, Equador e Venezuela expressem os menores números de infectados, especialistas advertem subnotificações nesses países.

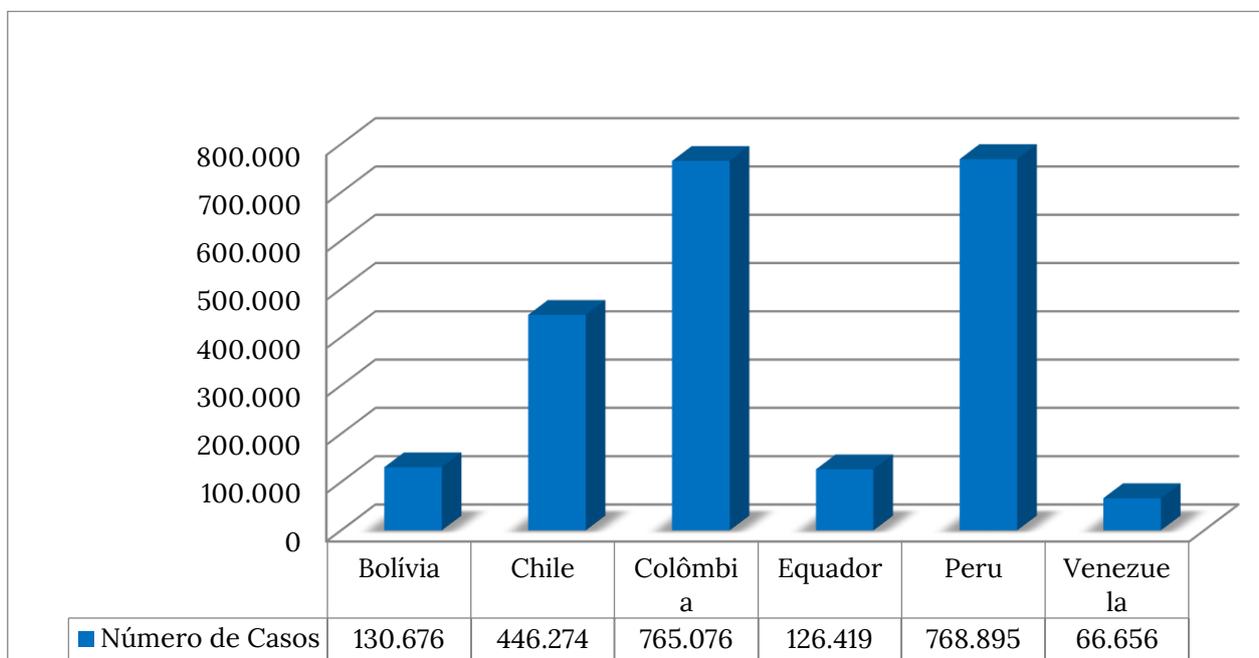


Gráfico 1 – Número de Casos Covid-19 nos países andinos – setembro de 2020

O número de mortes (Gráfico 2) de covid-19 nos países andinos revela maior probabilidade de morte no Peru, Equador e Bolívia ao relacionar o primeiro com o número de infectados. Notoriamente, esses países demonstraram maior dificuldade nos cuidados dos casos mais graves da covid-19, devido a seus sistemas de saúde mais frágeis e limitados para atender a demanda do período mais difícil da pandemia. Ademais, os entraves para compra de insumos, medicamentos e balões de oxigênio incidiram como grandes obstáculos para o tratamento de infectados de médio e alto níveis de complexidade. A população peruana ao enfrentar o colapso do sistema de saúde, enfrentou filas e tumulto para obtenção de balões de oxigênio para os casos mais graves da doença. Pacientes peruanos com menos chance de sobrevivência não tiveram acesso a toda medicação na rede pública de saúde.

Atualmente, a lista mundial de os 10 países com mais mortes por covid-19 por 100.000 habitantes (mortes per capita), que inclui seis países latino-americanos: Peru, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México. A cifra pode ser superior, pois não inclui as mortes por covid-19 que não foram oficialmente registradas (BBCb, 2020). Especialistas confirmam haver subnotificação no caso da Venezuela.

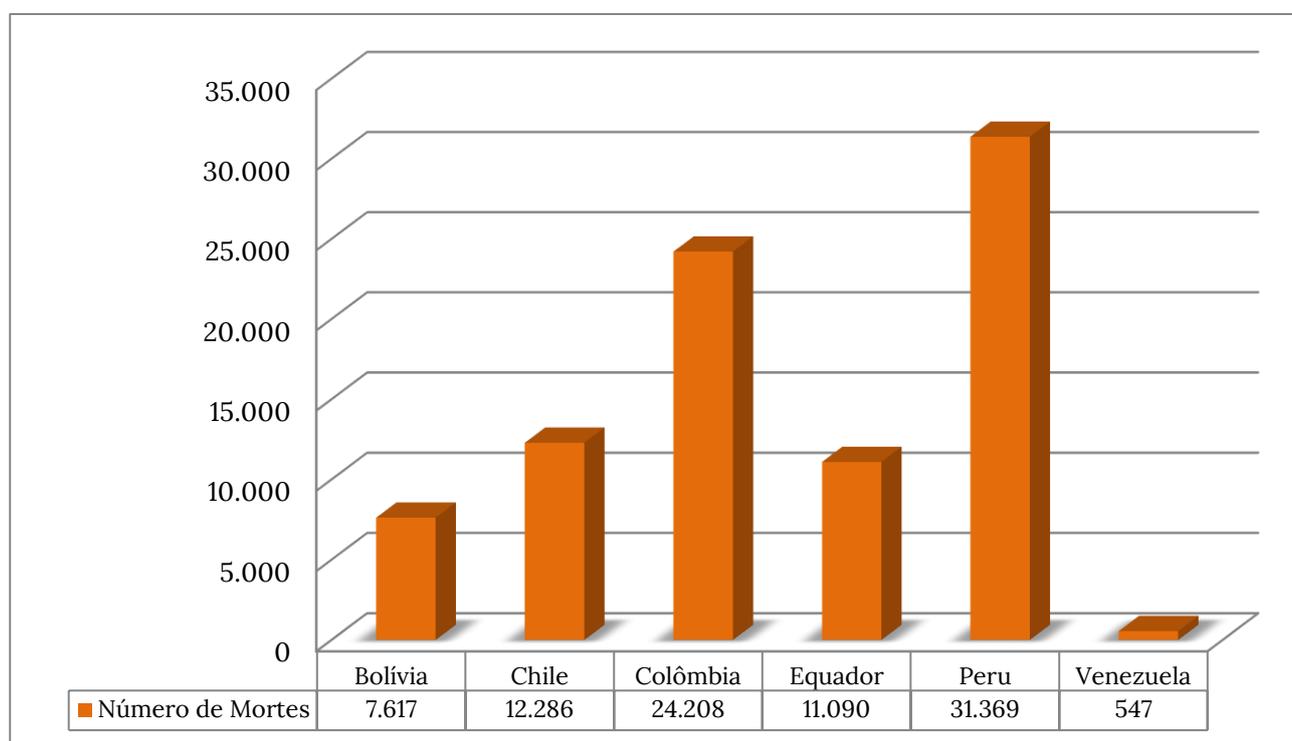


Gráfico 2 – Número de Mortes Covid-19 nos países andinos – setembro de 2020

Para além da crise sanitária, os prejuízos económicos, políticos e sociais desencadeados pelas medidas de restrição e retração, reforçaram a situação de gravidade na região. Os países andinos se tornaram palco de novas instabilidades, como as revoltas contra a polícia que surgiram na Colômbia; as marchas contra o governo que voltaram a ocorrer no Chile e a instabilidade eleitoral que se acentuou na Bolívia. Por sua vez, o Peru, Equador e Venezuela vivenciam as maiores crises no sistema de saúde entre os países da região. Por fim, há acusações na Bolívia, no Equador, na Colômbia e no Peru de que as autoridades locais se corromperam por meio de esquemas de compras superfaturadas relacionados à aquisição de aparelhos, medicações e contratações para combate à pandemia, agravando ainda mais a crise humanitária (BBCa, 2020).

O desafio de manter o isolamento social gerou caos e insatisfação em diversas regiões dos países andinos. Além das manifestações políticas domésticas, surgiram rugas políticas entre os governantes dos países da região ao longo da crise. Tais divergências entre governos latino-americanos se agravaram na medida em que o covid-19 assolou a região, com milhares de casos detectados e baixas taxas de testes do vírus entre a população.

Na Bolívia, as crises políticas se acentuaram nesse cenário. As eleições presidenciais na Bolívia foram adiadas três vezes. O pleito chegou a reeleger Evo Morales, que renunciou. O país passou a assistir choques entre o MAS (Movimento ao Socialismo, partido do ex-presidente) e a líder interina, Jeanine Añez. Por sua vez, o Peru foi palco da tentativa de derrubarem o presidente Martín Vizcarra, acusado de corrupção.

A situação na América Latina pode ser mais drástica em relação aos dados oficiais devido à subnotificação, como algumas ONGs e veículos de imprensa alertaram acontecer na Venezuela e Equador. A situação mais emblemática foi em Guayaquil, segunda maior cidade equatoriana, acometida vigorosamente pela pandemia. Deixados nas ruas, corpos e caixões eram encontrados com vítimas da Covid-19. Centenas de equatorianos foram a óbito sem assistência médica, enterros e testes confirmando a infecção pelo novo coronavírus (BBCa, 2020).

A escassa quantidade de testes aplicada na América Latina inibe o conhecimento e a interpretação dos números. O Chile, país andino que mais faz exames de detecção da Covid-19 – 164 a cada milhão de pessoas –, índice bastante inferior aos dos países desenvolvidos.

Um dos grandes desafios instalados em 2020 nas economias dos países andinos é realizar a reabertura econômica diante a manutenção de novos casos diários sem queda significativa. Os países da região provaram que quarentenas são difíceis de serem mantidas, devido à alta informalidade, desigualdade e pobreza. “As consequências socioeconômicas da pandemia não têm precedentes na região”, advertiu um relatório conjunto da CEPAL, OCDE, CAF e Comissão Europeia sobre as perspectivas econômicas para a América Latina 2020 (BBCa, 2020). Pobreza, desigualdade e desemprego aumentam vertiginosamente, afetando com gravidade a situação dos países andinos.

Além disso, como advertiu o presidente do Chile, Sebastián Piñera, os países latino-americanos enfrentam muitos desafios comuns como o atraso tecnológico. “Os países andinos estão atrasados na incorporação ao mundo da revolução tecnológica e digital, à sociedade do conhecimento e da informação” (BBCa, 2020). Ao mesmo tempo, Piñera argumenta que a região “tem tudo para ser uma região desenvolvida”, contudo “ainda somos um continente subdesenvolvido (com) quase um terço de sua população vivendo na pobreza, e essa pobreza vai aumentar como resultado da crise do coronavírus” (BBC, 2020).

A crise pandêmica impacta de forma generalizada em estruturas de ordem econômica, política e social dos países andinos. No contexto da integração, a pandemia exige novas formas de lidar com um inimigo comum, a Covid-19, promovendo políticas regionais comuns que atendam os interesses das sociedades andinas. Não obstante, a crise econômica derivada pela pandemia pode gerar conservadorismo e retração na liberalização comercial e no comércio intra-bloco. O cenário requer cooperação regional e respostas criativas para lidar com desafios antigos e inéditos que reforçam a interdependência da região.

Conclusões

A pandemia acomete de maneira severa os países andinos, endurecendo e agravando os problemas estruturais das sociedades dessa região. A Comunidade Andina intenta responder às novas necessidades com medidas técnicas e de fortalecimento comercial. Por sua vez, a ORAS-CONHU, estabeleceu uma série de ações preventivas e diagnósticos por meio de relatórios sobre a situação sanitária dos países membros.

Entretanto, a gravidade da situação dos Estados da região demanda medidas de maior efetividade, abrangência, bem como maiores recursos para lidarem com a escassez de aparelhos e insumos médicos, assim como recursos para minimizarem os danos econômicos, que provocam mais pobreza e desigualdade. Portanto, apesar da

existência de marcos legais e compromissos para melhorar sistemas e políticas de saúde no âmbito das organizações regionais, múltiplas barreiras estruturais dificultam a superação da doença.

Ainda que a CAN e a ORAS-CONHU detenham estrutura institucional mais avançada em comparação a outras instâncias regionais, ambas parecem atuar de maneira limitada e com pouca eficácia diante o quadro severo ocasionado pelo novo coronavírus. A singularidade dessa conjuntura exige respostas contemporâneas e criativas mesmo que sejam no seio de instituições antigas para enfrentar novos e velhos problemas bem conhecidos pelos países andinos.

Referências

LISSARDY, G. La paradoja de América Latina: pide unión mundial ante la pandemia, pero desnuda sus propias grietas en la ONU. **BBC News Mundo**, 24 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-54289759>>. Acesso em: 24 set. 2020.

MUERTES por covid-19: el gráfico que muestra los 10 países del mundo que encabezan el ranking de fallecimientos per cápita (y cuáles son de América Latina). **BBC News Mundo**, 30 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-54358383>>. Acesso em: 30 set. 2020.

BRESSAN, R. N.; LUCIANO, B. T. A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 26, n. 65, p. 62-80, mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782018000100062&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 set. 2020.

DECLARACIÓN de los Ministros de Relaciones Exteriores y de Comercio Exterior de la Comunidad Andina respecto a la propagación del coronavirus (COVID-19). **CANa**, 08 de abril de 2020. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/Prensa.aspx?id=12199&accion=detalle&cat=NP&title=declaracion-de-los-m>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ESTRATEGIA de la Comunidad Andina frente al COVID19 fue presentada por el Secretario General de la CAN a Embajadores en países andinos. **CANb**, 12 de junho de 2020. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/Prensa.aspx?id=12213&accion=detalle&cat=NP&title=estrategia-de-la-comunidad-andina-frente-al-covid19-fue-presentada-por-el-secretario-general-de-la-can-a-embajadores-en-paises-andinos>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MEDEIROS, E. A. S. Desafios para o enfrentamento da pandemia Covid-19 em hospitais universitários. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo, v. 38, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822020000100101&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 ago. 2020.

NOTISALUD ANDINAS. La Salud en los países andinos y los retos frente a la covid-19. **Organismo Andino de Salud-Covenio Hipólito Unanaue**. n. 43, ago. 2020. 21 p. Disponível em: <http://orasconhu.org/portal/sites/default/files/file/webfiles/doc/Bolet%C3%ADn%2043_Una%20nueva%20normalidad_agosto%20%20ORAS.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

ORAS – CONHU. **Organismo Andino de Salud**. Convenio Hipólito Unanue. Página Institucional. Disponível em: <<http://orasconhu.org/portal/>>. Acesso em: 01 set. 2020.

PEDRAZA, J. H. La CAN es el bloque más activo de la región durante la pandemia. **El Peruano**, 25 de agosto de 2020. Disponível em: <https://elperuano.pe/noticia-la-can-es-bloque-mas-activo-de-region-durante-pandemia-101638.aspx>. Acessado em 08 de setembro de 2020.

ZEGARRA, J. La apuesta sindical por la integración andina. **Cuadernos de Relaciones Laborales**, Madrid, v. 24, n. 1, p. 85-103, 2005.

La sombra del dragón en el ‘Oro Blanco’ de la Argentina andina

Fernando Romero Wimer*

Introducción

El ascenso global del capital chino -al que alude la figura mitológica del dragón¹ - se manifiesta gráficamente en los rankings de las mayores 500 empresas del mundo, en donde -en los últimos años- las firmas estatales chinas participan destacadamente (FORTUNE, 2020a). En Argentina los capitales chinos ocupan una posición secundaria en comparación con la operatoria de las transnacionales estadounidenses y europeas (Agencia Argentina de Inversiones y Comercio Internacional - AAICI, 2018). Sin embargo, el avance de las inversiones chinas a nivel global constituye un hecho significativo para la observación de su operatoria en este país sudamericano.

Este artículo tiene por objetivo analizar y caracterizar la participación de las inversiones de capital chino en la minería del litio -presentado como un “oro blanco” debido a su color blanco plata y su valor en el mercado internacional- en la Argentina, considerando su relación con los intereses globales de la economía china y el flujo de inversiones en América Latina y Caribe. Siguiendo los datos disponibles, en nuestro análisis contemplamos tanto una descripción sobre asociaciones empresariales, su localización geográfica como las consecuencias sociales y ambientales de esas actividades.

La minería del litio se desarrolla en la Argentina en el territorio andino del Noroeste Argentino (NOA), la cual forma parte del denominado “triángulo del litio” de la Cordillera de los Andes. El sistema andino recorre la Argentina de Norte a Sur desde la provincia de Jujuy hasta Tierra del Fuego, lo que implica una distancia de más de 5.000 kilómetros de extremo a extremo. Más allá de las diferencias específicas con los

* Doutor em História pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina. Professor de magistério superior da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

E-mail: fernandogromero@gmail.com

¹ Vale mencionar que para la cultura china el dragón es un ser benévolo y simboliza la buena fortuna. Sin embargo, nuestra metáfora toma en cuenta el gigantesco poder global alcanzado el Estado de la República Popular China y las grandes empresas transnacionales de ese origen durante el siglo XXI. Parafraseando un documental de la DW (2019) podemos decir que aun cuando un dragón se presente como benéfico y amable sigue siendo siempre un dragón.

territorios de Chile y Bolivia y la heterogeneidad local, el “triángulo del litio” constituye una unidad paisajística y socio-cultural entre los tres países caracterizada por el clima árido, extensas superficies con la presencia de salares y pequeños núcleos demográficos (SANTILLÁN DE ANDRÉS; RICCI, 1992). En la actualidad, los principales sitios litíferos de la Argentina se encuentran en las provincias de Jujuy, Salta y Catamarca.

Metodológicamente, en el centro de nuestro análisis consideramos el arribo y la operatoria de las empresas de capital chino en el sector del litio, su ubicación geográfica y las características del área. Además, consideramos los montos de las inversiones proyectadas. De este modo, las inversiones son estudiadas mediante una metodología predominantemente cualitativa a partir de un relevamiento de esas iniciativas en Argentina sobre fuentes gubernamentales e informaciones de las empresas.

La metodología cuantitativa resulta complementaria en la descripción de la participación en el comercio internacional y los flujos de inversiones globales. Se siguen las estadísticas de la Conferencia de las Naciones Unidas para el Comercio y el Desarrollo (UNCTAD, por su acrónimo en inglés), la Organización Mundial de Comercio (OMC) y la Conferencia Económica para América Latina y Caribe (CEPAL) y la AAICI.

El trabajo presenta inicialmente consideraciones teóricas respecto a las inversiones transnacionales y la dinámica capitalista internacional. En un segundo momento se describe y analiza la incidencia de las inversiones del gigante asiático en el exterior. En una tercera instancia, examinamos las inversiones chinas en Argentina referentes a la minería del litio. Seguidamente, consideramos las cuestiones concernientes a la conflictividad socioambiental. Por último, se presenta una síntesis y las principales conclusiones sobre la actuación de los capitales de la nueva superpotencia en el sector del litio de la Argentina.

Inversiones externas y dinámica capitalista global

En el parteaguas de los siglos XIX y XX, la gravitación mundial de cárteles y empresas monopólicas y oligopólicas, la tendencia progresiva a la exportación de capital y la rivalidad creciente entre un pequeño número de países industriales dieron lugar al fenómeno del capital imperialista (LENIN, 1970 [1916]). La intensidad de ese fenómeno incidió sobre las condiciones de dependencia, concentración económica y centralización del capital con eje en la extranjerización de la economía de la mayoría de las naciones. No obstante, los Estados -tanto aquellos devenidos en potencias como los

dependientes- y sus clases dominantes respectivas contribuyeron activamente en ese esquema de subordinación (ROMERO, 2016).

En las últimas décadas se ha registrado un acelerado proceso de internacionalización del capital productivo que a la vez continúa la internacionalización del capital financiero (YAGHMAIAN, 1998), aunque esto no significa la emergencia de una burguesía transnacional (ROBINSON; HARRIS, 2000). Desde nuestra perspectiva, los Estados nacionales continúan vigentes como entidades organizadoras del capitalismo e instancias territoriales de valorización del capital.

La sistematicidad de la relación capital-trabajo a nivel planetario implica considerar la existencia de una economía globalizada “desde la lógica de la valorización del capital” (ASTARITA, 2006, p. 210). Una situación histórica singular dado que el capitalismo, hasta entonces, siempre había convivido mundialmente con otros modos de producción, fueran territorios predominantemente precapitalistas o, ya en el siglo XX, economías socialistas.

En este escenario, las grandes empresas transnacionales que dominan la economía internacional precisan - para operar en forma eficiente y disputar mercados - de fuertes inversiones de capital facilitadas por su propio proceso de acumulación, los mercados de capitales y/o las instituciones bancarias. La concurrencia capitalista entre los gigantes empresariales de las principales potencias se constituye en una confrontación interimperialista. Actualmente con eje en la rivalidad entre Estados Unidos de América y la República Popular China (ROMERO WIMER; FERNÁNDEZ HELLMUND, 2020).

Para las economías dependientes, como Argentina, su inserción en la división internacional del trabajo ha estado atada históricamente a la incidencia que adquieren los capitales imperialistas, lo cual deriva en el significado que adquieren las transferencias al exterior a través de regalías, los intercambios económicos desiguales, el pago de intereses de la deuda externa y la remisión de utilidades de la inversión extranjera directa (IED) (WAINER; BELLONI, 2017).

El terreno comercial también se muestra proclive a la búsqueda de una mayor participación de las potencias en los intercambios internacionales, estableciéndose una pauta altamente concentrada de mercaderías que se dirige de los países dependientes a las principales potencias y resultando los productos de exportación áreas prioritarias de la inversión extranjera. A su vez, la subordinación económica implica en forma creciente una enorme participación financiera de los capitales imperialistas en la estructura económica de los países dependientes.

Como en el pasado, las condiciones en que se produce la expansión capitalista de las potencias inciden sobre la situación de la clase trabajadora, comunidades originarias de productores directos y el medio ambiente. Además, tiene consecuencias en los realineamientos políticos de las clases dominantes en el plano internacional como al interior de los Estados-nación.

Inversiones chinas a nivel global y la importancia de la minería del litio

A partir de 1978, en la República Popular China se puso en marcha una reforma económica radical. Las inversiones extranjeras y la participación del capital en compañías estatales fueron promovidas deliberadamente y se introdujeron relaciones sociales de producción de tipo capitalista en las empresas chinas bajo la retórica de continuidad del socialismo o del “socialismo con características chinas” (DENG, 1984).

La apertura de China a las inversiones extranjeras se constituyó en el aspecto más significativo de interacción dialéctica entre dinámica interna y fuerzas externas. La estructura de poder interna se reconfiguró significativamente abandonando los pactos institucionales hasta entonces aceptados y permitiendo la atracción de capitales al país asiático.

Por las condiciones establecidas por el Estado, este movimiento llevó también al crecimiento de gigantescas compañías chinas que actualmente operan internacionalmente adquiriendo empresas, minas y yacimientos petrolíferos, siendo parte de la iniciativa de seguridad energética y expansión económica en diferentes países (CARDENAL; ARAÚJO, 2012; WU; BAKKE FRØYSTADVÅG, 2016).

Las preocupaciones también avivaron indagaciones específicas sobre el desarrollo de los capitales chinos en el ámbito de América Latina (ELLIS, 2009; GUEJAR, 2013; MYERS; BARRIOS, 2017).

Respecto a las inversiones chinas en Argentina se destacan los análisis sobre la presencia de las diferentes empresas (SIMONIT, 2017), los estudios que han abordado las inversiones en actividades extractivas de productos primarios (SEVARES, 2014; SVAMPA; SLIPAK, 2015; OVIEDO, 2017; LAUFER, 2019), la infraestructura de transporte (URIBURU QUINTANA, 2017), y las actividades agrícolas (ROMERO WIMER; FERNÁNDEZ HELLMUND, 2016; MORA, 2019).

Este ascenso del capital chino se manifiesta gráficamente en los rankings de las mayores 500 empresas del mundo. En 2020, por primera vez el número de empresas

chinas (incluidos las empresas de Hong Kong) en ese ranking superó al número de empresas estadounidenses, siendo de 124 a 121 respectivamente (FORTUNE, 2020b).

Como parte de su estrategia de Go out (走出去战 /Zǒuchūqū Zhànlüè) o Going Global iniciada en 1999 (CPGPRC, 2006), la intensificación de la salida de inversiones extranjeras directas (IED) desde China expresa la capacidad expansión mundial de sus empresas y ha posicionado en tercer lugar al gigante asiático (detrás de Estados Unidos y Japón) en los últimos años y llegando a ocupar la segunda posición en 2016 (detrás de Estados Unidos) y en 2018 (detrás de Japón) (UNCTAD, 2013; UNCTAD, 2018). Así, las mayores salidas de IED estuvieron encabezadas en 2018 por Japón con US\$ 143.000 millones, China con US\$ 130.000 millones, Francia con 102.000 millones y Hong Kong con US\$ 85.000 millones (UNCTAD, 2019). Vale considerar que, en ese año se produce un fenómeno completamente atípico para los capitales estadounidenses, debido a que las empresas transnacionales de los Estados Unidos aprovecharon las reformas introducidas en ese país durante 2017 para invertir localmente y repatriar beneficios. Esta última circunstancia conllevó a que la superpotencia norteamericana saliera del ranking de los principales 20 exportadores de capital cuando históricamente era el líder mundial. En 2019, Japón lideró las salidas con US\$ 225.000 millones, le siguieron Estados Unidos y Holanda con US\$ 125.000 millones cada uno. China ese ubicó en cuarto lugar con US\$ 117.000 millones (UNCTAD, 2020).

Además, por las oportunidades que ofrece su mercado, China se ha constituido en un receptor de IED importante en el plano internacional (UNCTAD, 2019). En valores de 2018 y 2019, los principales receptores de IED fueron Estados Unidos (con US\$ 252 mil millones y US\$ 249.000 millones en los años respectivos) y China (con US\$ 139 mil millones y US\$ 141.000 millones) (UNCTAD, 2019; UNCTAD, 2020).

Si se considera a Hong Kong -actualmente integrada a China, pero contabilizado como economía separada- la participación China en la salida y entradas de IED se incrementa de manera notable, llegando a liderar los rankings en algunos años del siglo XXI.

En ese marco, China - considerando las fusiones y adquisiciones - se convirtió en el principal inversor extranjero en América Latina y Caribe en 2017, aunque la mayor parte de las principales adquisiciones se concentró en Brasil (CEPAL, 2018).

Buena parte de las inversiones se dirigen especialmente a importaciones que el gigante asiático - principal comerciante de mercaderías por tercer año consecutivo y segundo importador mundial (OMC, 2019; OMC, 2020) - precisa para el consumo de su

sociedad y la continuidad de su crecimiento económico, demandando productos agropecuarios, petróleo y otros productos minerales.

En cuanto al litio, tenemos que considerar la relevancia que éste es un recurso estratégico clave para la tecnología militar, espacial, de transportes y de productos electrónicos y forma parte de la búsqueda de nuevas energías alternativas para la sustitución de la menguante energía fósil (KAZIMIERSKI, 2019). Argentina - con el 17% - posee el tercer lugar entre los mayores recursos de litio a nivel mundial, formando parte - junto con Bolivia y Chile - del denominado “triángulo del litio” de los Andes (el cual representa el 68% de las reservas mundiales de ese mineral) (ZÍCARI; FORNILLO; GAMBA, 2019). Fuera de ese triángulo sudamericano, China posee también el 17% y Australia un 7% (ARGENTINA, MINISTERIO DE ENERGÍA Y MINERÍA, 2017).

Si se considera en términos de reservas de litio², China se ubica en la segunda posición con el 25% de los depósitos, después de Chile 49,8%. Mientras que Argentina (9 %) se sitúa en la cuarta posición después de Australia (10,5%).

Según valores de 2016, el 95% de la producción de litio está concentrada en cuatro países (Australia 40%, Chile 33 %, Argentina 16% y China 6%) (ARGENTINA, MINISTERIO DE ENERGÍA Y MINERÍA, 2017).

El gigante asiático presente sus propias particularidades en el mercado del litio. Por un lado, posee una de las mayores empresas de ese rubro - la Tianqi Lithium, con sede en Sichuan - que pasó a controlar en 2018 el 46% de la producción mundial de litio (RATHI, 2018). Además,

China produce grandes cantidades de carbonato e hidróxido de litio a partir del concentrado de espodumeno australiano. Se espera que en los próximos años y con el aumento de los precios, muchos de sus recursos se vuelvan comercialmente viables (hoy los costos de extracción de los salares chinos llegan a duplicar el de los sudamericanos) y así pueda depender en menor medida de las importaciones (ARGENTINA, MINISTERIO DE ENERGÍA Y MINERÍA, 2017, p. 12).

Por el lado de la demanda, algunos países industriales - Corea del Sur, EEUU, Japón, China, Bélgica, Alemania, India y Canadá - concentran casi la totalidad de las

² Para el cálculo de las reservas mundiales de litio, “se consideran factores modificatorios tales como minado, procesamiento, metalurgia, marketing, aspectos económicos (valor de mercado, costos, entre otros), legales, de desarrollo, sociales y de política. Con el avance del tiempo y la adquisición de mayores datos, dichos factores se hacen más claros y precisos. De esta manera las incertidumbres originales disminuyen progresivamente convirtiendo a los recursos minerales en reservas mineras” (ARGENTINA, MINISTERIO DE ENERGÍA Y MINERÍA, 2017, p. 12).

compras. Sin embargo, la singularidad del gigante asiático es que además de ser un gran comprador mundial puede contar con explotación de litio en la cuenca de Qaidam (ARGENTINA, MINISTERIO DE ENERGÍA Y MINERÍA, 2017) y se ha colocado a la cabeza de las exportaciones (ZÍCARI; FORNILLO; GAMBA, 2019).

Empresas chinas en la minería del litio de la Argentina

En Argentina, los capitales chinos disputan su liderazgo principalmente con capitales estadounidenses y europeos, aunque se encontraría todavía por detrás de estos, agregándose la gravitación de inversiones procedentes de Brasil y Chile. Respecto a los informes estadísticos oficiales sobre inversiones, las inversiones chinas constituían en 2016 un 0,8% del total de IED (AAICI, 2018)³.

Mientras tanto, las inversiones procedentes de Estados Unidos rondaban el 23 %, las procedentes de España un 19%, las de Francia 6,2%, las inversiones de capitales brasileños un 6%, las de los chilenos 4%, y las de los alemanes un 2,5%, y las procedentes de México 1,5% (AAICI, 2018).

De todos modos, al iniciarse el siglo XXI, Argentina asistió al inicio del desembarco de los capitales chinos en su territorio, produciéndose un salto exponencial de las inversiones en la segunda década del siglo. Hasta el momento, las inversiones se dirigieron principalmente al sector agropecuario y agroindustrial, la minería, la producción petrolera, la construcción de obras de infraestructura, y el transporte ferroviario. Además, desde 2012, se cuenta con el arribo del mayor banco comercial del mundo, a lo que hay que agregar - en función de un mecanismo de facilitación del comercio exterior con China y las inversiones de ese origen - la sucesiva renovación del acuerdo swap entre el BCRA y el Banco Popular de China (BCRA, 2020b).

En el mercado del litio de la Argentina, los capitales chinos no tienen una posición de liderazgo. Siendo los dos proyectos en producción: el de la Mina Fénix -propiedad de la estadounidense *FMC Lithium Corp* - en la provincia de Catamarca y el de la explotación de Salar de Olaroz operado por Sales de Jujuy SA. Este último, reúne a la australiana *Orocobre* (con el 66,5% de las acciones) junto a la automotriz japonesa *Toyota Tsusho* (25%) y la estatal provincial *Jujuy Energía y Minería Sociedad del Estado* (JEMSE), a la cual corresponde el 8,5% restante (MINISTERIO DE ENERGÍA Y MINAS, 2017)

³ Corresponde al último informe disponible de diciembre de 2016 (Banco Central de la República Argentina - BCRA, 2020a).

Las inversiones chinas en la minería del litio en la Argentina son muy recientes, con adquisiciones de empresas y participación accionaria en firmas que ya operaban en diferentes proyectos.

Desde 2018, en el salar de Diablillos en la provincia de Salta comenzó a operar la minera *NextView New Energy Lion Hong Kong Ltd*, segundo mayor accionista de la *Tíbet Summit Resources*, en el proyecto Sal de los Ángeles. Este proyecto reúne un área de 5.786 hectáreas y se ubica a unos 145 kilómetros al Sudoeste de la ciudad de Salta, a una altura promedio de 4.000 metros sobre el nivel del mar (msnm) (Argentina, Secretaría de Política Minera, 2019). La minera *Tíbet Summit* anunció la construcción de una planta de extracción de litio en el salar que estaría en producción en el año 2021. La inversión proyectada va entre US\$ 144 y 180 millones. Para realizar esa operatoria, la empresa china compró la firma operadora *Potasio Litio Argentina Sociedad Anónima (PLASA)*, que era propiedad de una compañía de capitales canadienses (*Litium X Energy*).

En 2018, en la provincia de Jujuy, en los salares de Cauchari y Olaroz (departamento de Susques), los capitales chinos de la *Jiangxi Ganfeng Lithium* (con sede en Xinyú) adquirieron la participación de la firma chilena *Sociedad Química y Minera (SQM)* y operan en un *joint-venture* denominado *Minera Exar* junto con la canadiense *Lithium Americas Corp.* y la estatal *JEMSE*. Las dos primeras poseen cada una un 45,75% de las acciones de la *Minera Exar* y el 8,5% restante es de la *JEMSE*. Los salares se ubican a 250 kilómetros al Noroeste de la ciudad de San Salvador de Jujuy, con una elevación promedio de 3.950 msnm. La propiedad cuenta con un área de 84.000 hectáreas. El proyecto prevé una inversión de US\$ 565 millones para la construcción de una planta que estará en funcionamiento en 2021 (MINERA EXAR, 2020).

La *Jiangxi Ganfeng Lithium* está presente también en el Proyecto Mariana del salar de Llullaillaco de la provincia de Salta en sociedad con la canadiense *International Lithium Corp.*, operando como *Litio Minera Argentina*. Los capitales chinos poseen aquí el 82,75% de las acciones mientras que los canadienses el 17,25%. La propiedad tiene una extensión de 16.000 hectáreas y se encuentra a 280 kilómetros de la ciudad de Salta. Según la información oficial del gobierno argentino, la inversión es de US\$ 243 millones (ARGENTINA, MINISTERIO DE PRODUCCIÓN Y TRABAJO, 2019).

Inversiones litíferas chinas: negociaciones y conflictos socioambientales

La conflictividad respecto a la actividad litífera antecede el arribo de los capitales chinos. Las comunidades de pueblos originarios andinos - kollas y atacamas - y otras poblaciones locales han debatido, negociando la aceptación u ofreciendo resistencia a

estas actividades extractivas, planteando redefinir las interacciones entre el Estado nacional, los gobiernos provinciales, las empresas y los habitantes del lugar.

Las actividades económicas en torno al litio suponen alteraciones en la dinámica socio-territorial, la producción y las costumbres de las comunidades. Los salares andinos presentan una vegetación de zona árida, temperaturas extremas debido a la altitud y precipitaciones exiguas. Los núcleos poblacionales se encuentran distantes de centros urbanos de importancia y son de pocos habitantes (entre 50 a 500 personas) (ARGENTO; PUENTE, 2019).

En 2010, el arribo de *Minera Exar* y *Sales de Jujuy* marcó un proceso de conflictividad en la zona de Salinas Grandes, dando origen a la “Mesa de comunidades originarias de la Cuenca de Salinas Grandes y Laguna de Guayatayoc para la defensa y gestión del Territorio”, en la que participan 33 comunidades vinculadas al turismo y a las cooperativas de la sal. Por el contrario, el proceso organizativo en la zona de Olaroz y Cauchari derivó en el otorgamiento de las licencias sociales de las comunidades a las mineras; estableciéndose un relacionamiento entre las empresas y los habitantes del lugar. De este modo, la conflictividad se activó en torno a unas pocas comunidades con el apoyo de Organizaciones No Gubernamentales (ONG) y abogados de la Comisión Internacional de Juristas (COMITÉ DE DERECHOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y CULTURALES, 2011).

Al igual que otros proyectos mineros de la región, la explotación de los salares pone también en debate el consumo del agua por parte de la minería del litio, recurso esencial en una región árida para las estrategias de económicas en torno a la agricultura y la ganadería de camélidos desarrollada por las comunidades (ROMEO, 2019).

Los peligros de daños graves e irreversibles en el ecosistema ameritan considerar el principio precautorio presente explícitamente en el artículo 4° Ley General del Ambiente N° 25.675 (2002). Sin embargo, la posibilidad de obtención de divisas para la acuciada economía argentina (con rasgos específicos en los territorios del NOA) y los poderosos intereses transnacionales asociados a la explotación minera hacen que predominen caminos que no fomentan la integración y la participación de las comunidades en el proceso.

Síntesis y conclusiones

En este trabajo, presentamos un análisis general de las inversiones de capitales chinos en la minería del litio en la Argentina. Desde nuestra perspectiva, la expansión de los capitales chinos a nivel global configura en estas dos primeras décadas del siglo

XXI un nuevo escenario mundial con disputas geoeconómicas y geopolíticas que abren expectativas sobre el desplazamiento de la hegemonía estadounidense. China, a la vez que ha aumentado su participación en el comercio internacional y en el mercado financiero, ha conseguido expandir sus inversiones en diferentes latitudes.

En la segunda década del siglo XXI, se aceleraron las inversiones en el sector minero de la Argentina. Aun cuando, a partir de los datos disponibles, todavía no nos encontramos con un liderazgo claro de las inversiones chinas si no con una posición rezagada respecto a los principales orígenes de IED. De todos modos -al igual de lo que acontece en el plano comercial y financiero- es de prever que las inversiones continúen ascendiendo siguiendo las tendencias de inversiones chinas a nivel global y, en particular, en América Latina y Caribe.

Asimismo, como hemos podido apreciar, el arribo de IED china en la minería del litio de la Argentina responde - en términos generales - a procesos mundiales de búsqueda de recursos energéticos estratégicos, y de centralización del capital y la producción expresados a través de variadas formas. Entre ellas, hemos observado las implicaciones al interior de estas naciones de las grandes adquisiciones y fusiones empresariales perpetuadas por grandes conglomerados chinos, como el caso de la adquisición de la SQM por parte de *Jiangxi Ganfeng Lithium*, o la compra de PLASA por parte de *Tibet Summit*. También está presente la asociación con los Estados subnacionales a través de la participación de la empresa provincial JEMSE y la sociedad entre capitales chinos y capitales canadienses.

En términos geográficos, las empresas litíferas chinas están localizadas en territorios andinos de la región NOA, específicamente en las provincias de Salta y Jujuy. Las áreas de explotación van entre las 5.786 a 84.000 hectáreas y se caracterizan por las temperaturas extremas de altitud. Las distancias de las principales ciudades van entre 145 y 280 kilómetros.

Por último, se ha constatado diferentes tipos de negociaciones y conflictividades sociales en la que se relacionan los capitales chinos con las comunidades. Están presentes las preocupaciones de los pueblos originarios sobre la continuidad de sus actividades económicas (turismo, extracción de sal, agricultura y ganadería de camélidos). Además, existen inquietudes en torno a una actividad extractiva en manos de firmas transnacionales y su impacto sobre el agua y el resto del ambiente.

Las condiciones sociales, políticas y económicas dependientes de la Argentina confieren facilidades para extracción de beneficios por parte de los grandes capitales y

hacen del territorio de este país sudamericano un campo de disputa de las diferentes potencias en torno a sus recursos estratégicos.

Referencias

AGENCIA ARGENTINA DE INVERSIONES Y COMERCIO INTERNACIONAL (AAICI). **Informes**, 2018. Disponible en: <<https://www.inversionycomercio.org.ar/informes>>. Acceso en: 09 dez. 2020.

ARGENTINA. Ley N° 25.675, 27 de noviembre de 2002. **Ley General del Ambiente**. Disponible en: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-2413-2002-79981>>. Acceso en: 09 dez. 2020.

ARGENTINA, MINISTERIO DE ENERGÍA Y MINERÍA. **Mercado de Litio**. Informe especial, 2017.

ARGENTINA, MINISTERIO DE PRODUCCIÓN Y TRABAJO. **Argentina**: proyectos avanzados de litio en salares, junio de 2019.

ARGENTO, M.; PUENTE, F. Entre el boom del litio y la defensa de la vida. Salares, agua, territorios y comunidades en la región atacameña. In: FORNILLO, B. (Coor.). **Litio en Sudamérica**: Geopolítica, energía y territorios. Buenos Aires: El Colectivo, 2019. p. 173-220.

ASTARITA, R. **Valor, mercado mundial y globalización**. Buenos Aires: Tuprop, 2006.

BCRA. **Informe de Inversiones Directas en Empresas Residentes**, 2020a. Disponible en: <https://www.bcra.gob.ar/PublicacionesEstadisticas/Inversiones_directas.asp>. Acceso en: 09 dez. 2020.

BCRA. **Nuevo acuerdo con el Banco Popular de China**, 6 de agosto de 2020b. Disponible en: <<http://www.bcra.gob.ar/Noticias/nuevo-acuerdo-swap-banco-republica-popular-china.asp>>. Acceso en: 09 dez. 2020.

CARDENAL, J.; ARAÚJO, H. **La silenciosa conquista china**. Buenos Aires: Crítica, 2012.

CEPAL. **La inversión extranjera directa en América Latina y Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, 2018.

COMITÉ DE DERECHOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y CULTURALES. **Violaciones a los derechos económicos, sociales y culturales (DESC) de las comunidades de Salinas Grandes en el contexto de procesos de exploración y explotación de litio**. 2011. Disponible en: <https://www2.ohchr.org/english/bodies/cescr/docs/ngos/JujuySalta_Argentina47.pdf>. Acceso en: 09 dez. 2020.

CENTRAL PEOPLE'S GOVERNMENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC CHINA (CPGPRC) (2006). **更好地实施“走出去”战略**. Beijing, China. Disponible en: <<https://bit.ly/36xD1WV>>. Acceso en: 09 dez. 2020.

DENG, X. Building Socialism with a Specifically Chinese Character. **The People's Daily**, Beijing, 1984. Disponible en: <<https://newlearningonline.com/new-learning/chapter-4/deng-xiaoping-socialism-with-chinese-characteristics>>. Acceso en: 09 dez. 2020.

- DW. **China la nueva potencia mundial**. 2019. Disponible en: <<https://www.youtube.com/watch?v=EHmd8y818SQ>>. Acceso en: 09 dez. 2020.
- ELLIS, E. **China on the ground in Latin America**. New York: Palgrave Mcmillan, 2014.
- FORTUNE. **Global 500**. 2020a. Disponible en: <<https://fortune.com/global500/>>. Acceso en: 09 dez. 2020.
- FORTUNE. **History of Global 500**. 2020b. Disponible en: <<https://qlik.fortune.com/global500/>>. Acceso en: 09 dez. 2020.
- GUELAR, D. **La invasión silenciosa: el desembarco chino en América del Sur**. Buenos Aires: Debate, 2013.
- KAZIMIERSKI, M. Transición energética, principios y retos: la necesidad de almacenar energía y el potencial de la batería ion-litio. In: FORNILLO, B. (Coor.). **Litio en Sudamérica: Geopolítica, energía y territorios**. Buenos Aires: El Colectivo, 2019. p. 25-49.
- LAUFER, R. La asociación estratégica Argentina-China y la política de Beijing hacia América Latina. **Cuadernos del CEL**, v. 4, n. 7, p. 74-108, 2019.
- LENIN, V. El imperialismo, etapa superior del capitalismo. In: LENIN, V. **Obras Completas**. Buenos Aires: Cartago, 1970 [1916], T. XXIII, p. 399-425.
- MINERA EXAR. Litio argentino, litio jujeño. **San Salvador de Jujuy**, 2020. Disponible en: <<https://www.mineraexar.com.ar>>. Acceso en: 09 dez. 2020.
- MORA, S. El Going Out agrícola de China. Un análisis de su desarrollo en Argentina. Si Somos americanos. **Revista de Estudios Transfronterizos**, v. 19, n. 2, p. 89-113, 2019.
- MYERS, M.; BARRIOS, R. What do China's New Investment Guidelines Mean for Latin America? **The Dialogue**, 23 de agosto de 2017. Disponible en: <<https://www.thedialogue.org/blogs/2017/08/what-do-chinas-new-investment-guidelines-mean-for-latin-america/>>. Acceso en: 09 dez. 2020.
- OVIEDO, E. Alternancia política y capitales chinos en Argentina. In: OVIEDO, E. (Ed.). **Inversiones de China, Corea y Japón en Argentina: análisis general y estudios de caso**. Rosario: UNR Editora, 2017. p. 12-35.
- OMC. **Perfiles comerciales 2018**, Ginebra, OMC, 2019.
- OMC. **Perfiles comerciales 2019**, Ginebra, OMC, 2020.
- RATHI, A. One Chinese company now controls most of the metal need to make the world's advance batteries. **Quartz**, 2018. Disponible en: <<https://qz.com/1292202/china-now-effectively-controls-half-the-worlds-lithium-production/>>. Acceso en: 09 dez. 2020.
- ROBINSON, W.; HARRIS, J. Towards a global ruling class? Globalization and the transnational capitalist class. **Science & Society**, v. 64, n. 1, p. 11-54, 2000.
- ROMEO, G. Riesgo ambiental e incertidumbre en la producción del litio en salares de Argentina, Bolivia y Chile. In: FORNILLO, B. (Coor.). **Litio en Sudamérica: Geopolítica, energía y territorios**. Buenos Aires: El Colectivo, 2019. p. 223-260.

- ROMERO, F. **El imperialismo y el agro argentino**: historia reciente del capital extranjero en el complejo agroindustrial pampeano. Buenos Aires: Ciccus, 2016.
- ROMERO WIMER, F.; FERNÁNDEZ HELLMUND, P. Los capitales chinos, el agro argentino y algo más. **Documentos del CIEA**, Buenos Aires, n. 11, p. 145-173, 2016.
- ROMERO WIMER, F.; FERNÁNDEZ HELLMUND, P. La larga marcha de China como potencia global. **Izquierdas**, Santiago, n. 49, p. 2.658-2.683, 2020.
- SANTILLÁN DE ANDRÉS, S.; RICCI, T. La región del Noroeste Argentino: Paisajes heterogéneos con economía mixta. In: ROCCATAGLIATA, J. (Coord.) **La Argentina**: Geografía general y los marcos generales. Buenos Aires: Sudamericana, 1992. p. 454-477.
- SEVARES, J. **Inversiones chinas en América Latina**: oportunidades y desafíos de una relación económica emergente. In: Conferencia FLACSO-ISA, 23-25 de julio, Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires, 2014.
- SIMONIT, S. Inversión extranjera directa china en Argentina y sus potenciales spillover effects. In: OVIEDO, E. (Ed.). **Inversiones de China, Corea y Japón en Argentina**: análisis general y estudios de caso. Rosario: UNR Editora, 2017. p. 53-72.
- SVAMPA, M.; SLIPAK, A. China en América Latina: del consenso de los commodities al consenso de Beijing. **Revista Ensamblés**, v. 2, n. 3, p. 34-63, 2015.
- UNCTAD. **World Investment Report**, New York, 2013-2020 (Informes de diferentes años). Disponible en: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acceso en: 09 dez. 2020.
- URIBURU QUINTANA, J. El déficit argentino en infraestructura y el rol de China. Grandes proyectos en revisión. In: OVIEDO, E. (Ed.). **Inversiones de China, Corea y Japón en Argentina**: análisis general y estudios de caso. Rosario: UNR Editora, 2017. p. 104-117.
- WAINER A.; BELLONI, P. ¿Lo que el viento se llevó? La restricción externa en el kirchnerismo. In: SCHORR, M. (Comp.). **Entre la década ganada y la década Perdida**. La Argentina kirchnerista. Estudios de economía política. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2017. p. 51-82.
- WU, F.; BAKKE FRØYSTADVÅG, A. China investment Corporation's Forays into Europe and the United States: explaining the different receptions. **Journal of Contemporary China**, v. 25, n. 97, 2016.
- YAGHMAIAN, B. Globalization and State: The Political Economy of Global accumulation and its Emerging Mode of Regulation. **Science & Society**, v. 62, n. 2, p. 241-265, 1998.
- ZICARI, J.; FORNILLO, B.; GAMBA, M. El mercado mundial del litio y el eje asiático. Dinámicas comerciales, industriales y tecnológicas. In: FORNILLO, B. (Coor.). **Litio en Sudamérica**: Geopolítica, energía y territorios. Buenos Aires: El Colectivo, 2019. p. 51-79.

Revoluciones bolivarianas en los Andes: la influencia político-ideológica del gobierno Chávez en la Revolución Ciudadana en el Ecuador de Correa (2007-2013)

Renata Peixoto de Oliveira*

Cristhian Marcelo Gorozabel Pincay**

El nuevo Bolivarianismo venezolano en el marco del socialismo del siglo XXI: un análisis del “Proyecto Nacional Simón Bolívar Primer Plan Socialista

Antes de iniciar su vida política, Hugo Chávez Frías fue un militar venezolano que, en 1992, a causa de la crisis que pasaba su país protagonizó un fallido golpe de Estado contra el entonces presidente Carlos Andrés Pérez. Este acto primeramente lo llevaría a la cárcel y posteriormente a la esfera política ya que ganó notoriedad y popularidad. En 1994, Chávez obtuvo el indulto del entonces presidente Rafael Caldera y fue puesto en libertad. Solo tres años después fundó el “Movimiento Quinta República” con el cual se convertiría en presidente tras vencer las elecciones de 1998. El mismo fue ratificado en el cargo en las nuevas elecciones del 2000, a partir del nuevo marco constitucional de 1999 que sustituyó el de 1961. Sus años iniciales en la presidencia fueron inestables, ya para el 2002 Hugo Chávez enfrentaría un fallido golpe de Estado y en 2003 el paro petrolero en PDVSA. La legitimidad y estabilidad política vinieron en el 2004 cuando salió victorioso de un proceso revocatorio. Hugo Chávez todavía fue reelecto en las elecciones de 2006 y 2012, ya en esta última conseguiría su cuarto mandato consecutivo.

El proyecto político de Chávez fue viable en cuanto proyecto refundador de la política venezolana y de influencia regional a partir de 2004. Su revolución bolivariana se dio por etapas. Una primera se daría con la mudanza constitucional de 1999,

* Doutora em Ciência Política pelo DCP-UFMG. Professora do curso de Relações Internacionais e Integração e dos programas PPG-ICAL e PPG-PPD da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br

** Mestrando em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - PPG-RI / UNILA (Bolsista DS - UNILA).

E-mail: cristhian_marcelo24@hotmail.com

reestructurando al país de Bolívar mediante importantes cambios en el sistema político. La nueva constitución le daría empoderamiento y un papel protagónico al pueblo venezolano que durante los gobiernos anteriores al chavismo habría sufrido un fuerte abandono mismo en un sistema democrático representativo.

Tras el cambio de constitución, Chávez fue ratificado como presidente en las elecciones generales del 2000 y su partido político obtuvo mayoría en la asamblea. Aquí se inicia una segunda etapa de la revolución bolivariana, y después del proceso constituyente se presentó las “Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001 – 2007” en donde estarían plasmados los objetivos y metas del gobierno de Chávez durante ese periodo.

Este es el primer Plan de la nueva era constitucional bolivariana. En él se consolidan las bases principistas y políticas para la interacción dinámica del crecimiento económico sostenido, las efectivas oportunidades y equidades sociales, la dinámica territorial y ambiental sustentables, la ampliación de las oportunidades ciudadanas y la diversificación multipolar de las relaciones internacionales (VENEZUELA, 2001, p. 7).

El Plan como un todo, en líneas generales, plantea la construcción de un nuevo modelo para Venezuela, el cual, según entendemos, serviría de base para la construcción del Socialismo del Siglo XXI (SALAS, 2016, p. 12.). Para Oliveira (2011) es importante subrayar que Chávez no pretendía repetir la experiencia del socialismo real, sino construir un "nuevo" socialismo en Venezuela.

Con el intento de golpe de Estado en 2002 y tras el triunfo revocatorio en 2004, una tercera etapa que vivió la revolución de Chávez, se dio con el “Taller de Alto Nivel” convocado por el ex mandatario, en un intento de acelerar el proceso bolivariano mediante “El nuevo Mapa Estratégico 2004-2006”. La intervención de Hugo Chávez en este evento representó el testimonio de una propuesta aún no meramente radical de sus ideas, pero que constituía abono fértil para la maduración de reflexiones que en el presente siguen influenciando al gobierno chavista, aún después de su muerte (SALAS, 2016, p. 14).

En diciembre del 2006, Chávez fue electo presidente y dentro de esta tercera etapa de revolución bolivariana prometió no descansar y llevar a Venezuela hacia el socialismo del siglo XXI. La nueva agenda bolivariana con la que trabajaría en ese periodo para alcanzar sus metas y objetivos fue el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013 o “Proyecto Nacional Simón Bolívar Primer Plan Socialista”

(PPS)¹. En este fue mencionado un nuevo bolivarianismo que buscó profundizar los logros iniciados en Venezuela desde 1999 en el ámbito político, económico, social, y que, finalmente pretendía llevar a Venezuela hacia el socialismo del siglo XXI.

Entre los lineamientos internacionales de este plan – directriz Nueva Geopolítica Internacional – Venezuela antes que nada pretendía reforzar los logros obtenidos en los objetivos planteados la directriz de Equilibrio Internacional en las Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social 2001-2007. También buscaba recuperar su independencia y soberanía en la formulación de su agenda internacional, puesto que las nuevas circunstancias determinaban que Venezuela debía avanzar hacia una nueva etapa en la geopolítica mundial (VENEZUELA, 2007, p.44). Una de las tesis que se presenta en esta directriz a la hora de buscar esta nueva geopolítica que pretende obviamente la construcción de un mundo multipolar es

Se plantea como prioridad la construcción de valores políticos compartidos, que posibilite la unificación y diseño de estrategias comunes para el afianzamiento del intercambio económico y social, así como en la unificación de posiciones comunes en el concierto internacional. El criterio político unificado es el que orienta el desarrollo de iniciativas que permitan operativizar el principio de la pluripolaridad, usando como herramienta los instrumentos de integración (VENEZUELA, 2007, p. 44-45).

Entre las áreas de interés geoestratégicas que se plantearon en esta directriz, según los intereses nacionales de Venezuela, encontramos en primer lugar América Latina y el Caribe. En segundo lugar, Irán, Siria, Bielorrusia y Rusia. En tercer lugar, a China, Vietnam y zonas circunvecinas². Los objetivos que en esta parte del PPS se plantean son: fortalecer la soberanía nacional acelerando la conformación del bloque geopolítico regional y de un mundo multipolar; diversificar las relaciones políticas, económicas y culturales, de acuerdo con el establecimiento de áreas de interés geoestratégicas; profundizar el diálogo fraterno entre los pueblos, el respeto de las libertades de pensamiento, religión y la autodeterminación (VENEZUELA, 2007, p. 48).

Del liderazgo nacional hasta el regional: la influencia del proyecto chavista

El ex presidente Hugo Chávez se caracterizó por ejercer un liderazgo nacional indiscutible. Una vez afrontada la inestabilidad política vivida durante sus primeros

¹ En esta nueva fase de la tercera etapa de la revolución bolivariana encontramos la alusión clara al término socialista.

² También se prioriza Europa, África, la OPEP e incluso los Estados Unidos.

años de gobierno – en especial desde el año 2001 al 2003 – su liderazgo e influencia a partir del 2004 se extendieron fuera de sus fronteras. Chávez se convirtió en una figura protagónica en la región que buscaba una nueva tendencia política basada en los ideales de una América Latina libre, unida y socialista. Vanbiervliet (2013) identifica dos fuentes del protagonismo de Chávez en la región: en primer lugar, coloca su ideología bolivariana, en segundo lugar, su carisma y personalidad.

La presencia de Hugo Chávez en América Latina y el Caribe fue de la mano de su ideología o identidad Bolivariana. Desde un comienzo, el chavismo estuvo caracterizado por la creación de una identidad nacional con la cual se rigieron sus intereses. Esta identidad nacional posteriormente sería impulsada hacia el exterior. Una vez consolidado el ideal bolivariano principalmente en Venezuela, Hugo Chávez intenta proyectar su revolución bolivariana a través de su modelo político, valores e ideología. Con énfasis a su discurso, consiguió consolidarse como uno de los más importantes líderes latinoamericanos que contó con el total respaldo de nuevos gobiernos progresistas que surgieron en la región, tal el caso de Bolivia, Ecuador, Honduras y Nicaragua.

Para Colmenares (2011), una idea central del proyecto de la revolución bolivariana era diseminarse a toda América Latina y el Caribe. Según el autor, esto ya se reflejaba desde 2004 ya que Chávez en su “Taller de Alto Nivel” esbozó con claridad los desafíos del proceso revolucionario, y pedía a sus colaboradores fomentar con mayor fuerza un nuevo sistema multipolar internacional. El chavismo no se limitó a ser un modelo que en base a su cultura definió una identidad política nacional, por lo contrario, este buscó la construcción social de una identidad común en la región. Apoyado en la ideología, la cultura y del petróleo como elemento central, Chávez pretendió hacer de la revolución bolivariana una herramienta que principalmente detuviera las intenciones intervencionistas de los Estados Unidos y que aportará al desarrollo de la región, ofreciendo una integración bolivariana solidaria.

Una fuente estratégica con la cual el chavismo buscó la creación de una identidad común aquí planteada, sería lo que Colmenares (2011) llama campañas mediáticas de propaganda e ideologización. Estas campañas estarían a favor del modelo revolucionario venezolano y se darían a través de la prensa, radio, televisión e Internet. Aquí se cita a la cadena multiestatal de noticias Telesur como ejemplo de aquello. Con Chávez existió espacio para una prensa alternativa y comunicativa en contraposición a la prensa hegemónica opositora que jamás fue a favor de la revolución bolivariana. El ex mandatario responsabilizó a los medios de reflejar los intereses de los enemigos del

pueblo y de manejar la opinión pública de manera perversa y antiética (WERZ; WINKENS, 2007).

Chávez fue capaz de crear las tres esferas de comunicación para el desarrollo de la identidad cultural que le diera amparo su identidad política [...] creó su propio canal de información, su agencia de noticias de influencia pan continental: Telesur (macro público). Así, con un aparato de comunicación que abarcó todas las esferas sociales, el chavismo fue capaz de crear, desarrollar y sustentar toda una política de culturalización y generación de identidad en torno a la figura de Chávez y, es más, en torno al ámbito ideológico que lo sustenta: el socialismo del Siglo XXI (PIERETTI, 2014, p. 63).

Otra determinante que hizo que la presencia de Chávez fuera aceptada y consolidada es lo que Vanbiervliet (2013) determina como segunda fuente – siendo la primera su ideología – del protagonismo del chavismo en la región. La personalidad del líder de la revolución bolivariana fue un factor importante y carismático a la hora de hacer presencia en la regional. De esta manera, existió aceptación por parte de la multitud a este personaje y a sus valores e ideales bolivarianos. Esta aceptación – siendo conscientes de que existieron quienes se oponían a la forma en la que Chávez llevaba la política – fue un factor importante para la consolidación de Chávez como uno de los más importantes líderes de la región.

Su afán de tocar temas sensibles para las clases excluidas, tales como la injusticia social, la pobreza o la corrupción de la casta política tradicional, más sus continuos ataques contra la oligarquía y el imperialismo, hicieron que el presidente fuera visto como un verdadero representante del pueblo, [...] Así también, fuera de Venezuela fue visto por muchos como un nuevo ícono de los pobres, en la tradición de Perón o del Che Guevara. Además, su forma coloquial y sencilla de hablar –sin bien a menudo al borde de la vulgaridad–, y su renuncia continua a lo políticamente correcto ayudaron a crear una percepción de honestidad y sinceridad –a pesar de los signos de corrupción en su régimen–. Finalmente, su carácter narcisista y sus declaraciones siempre originales o controversiales le otorgaron una omnipresencia en los medios de comunicación, tanto a nivel nacional como internacional –como pocos lo habían logrado en América Latina–. Más que un presidente de un país vecino, Chávez se había convertido en un fenómeno en la región (VANBIERVLIET, 2013, p. 12).

En el marco de su política externa, Hugo Chávez, más allá de promover la democracia participativa protagónica, siempre buscó un acercamiento con los países de la región promoviendo una integración latinoamericana y caribeña. Roman Ortiz

(2008)³, conforme fue citado por Oliveira (2011, p. 85) afirma que “la Política Externa venezolana tiene fuerte componente ideológico siendo, sus principales objetivos, el antiimperialismo, el incentivo a la integración latinoamericana y la exportación de la Revolución Bolivariana. En el apartado de equilibrio internacional del Plan Nacional de Desarrollo (2001-2007) la política externa del entonces gobierno tiene como primer objetivo fortalecer la soberanía nacional y busca promover un mundo multipolar, promoviendo la integración latinoamericana y proponiendo una identidad común como un mecanismo idóneo para ampliar las oportunidades de crecimiento en la región. (VENEZUELA, 2001, p. 155-156).

El liderazgo e influencia de Hugo Chávez en la región, también puede ser analizado desde la actuación del gobierno de la revolución bolivariana en organismos internacionales tales como la Organización de Estados Americanos (OEA), Naciones Unidas (NU) y la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA).

Oliveira (2011), en un análisis a las transformaciones de la política externa en la era Chávez trata sobre la proyección externa del modelo venezolano. De acuerdo con Oliveira, la actuación de Venezuela en organismos como la OEA habría sido emblemática por reflejar el posicionamiento del entonces gobierno en lo que se refiere al modelo de democracia propuesto y en cuanto a las relaciones de poder asimétricas en el sistema internacional (Oliveira, 2011, p.100). De la participación de Venezuela en esta organización destaca que el principal dilema entre el régimen de Chávez y la OEA sería el debate sobre qué tipo de democracia sería apropiada en un sistema. Por su parte, Caracas, y como lo estableció el gobierno de Chávez, abogaba por la democracia participativa. Washington y otros Estados miembros defendían la democracia representativa que se establece en la Carta de la organización. Con respecto a la participación de Caracas en la ONU, Oliveira (2011) considera que esta fue semejante a la de OEA, diferenciándolos solo el hecho de que, en esta organización, algunas temáticas tienen un alcance más global que hemisférico.

Con relación a la ALBA, la importancia de Venezuela en esta organización radica principalmente en el hecho de que fue Hugo Chávez quien inicialmente propuso su creación en el 2001. El gobierno de la revolución bolivariana como ningún otro en la historia de Venezuela intentó reducir la influencia de los Estados Unidos en la región y siguiendo una línea ideológica marcante propuso una nueva visión de integración para Latinoamérica. Para ello surgió la ALBA, fundamentada en la cooperación, la

³ Ramón Ortiz participó del seminario “State of Democracy in the Americas Conference Series: Ten years of Venezuelan Foreign Policy: Impacts on the Hemisphere and the World” realizado en University of Miami el 29 de mayo de 2008, y es citado por Oliveira (2011) en su tesis de doctorado.

complementariedad y solidaridad entre los pueblos (LINARES, 2007, p. 36). Para Chávez, el ALBA representaría otra forma de llegar a la región, exportando una vez más su revolución, he intentado consolidar cada vez más su ideología en el ámbito nacional como internacional.

La Revolución Ciudadana Ecuatoriana y sus similitudes con el proyecto chavista

La relación entre Hugo Chávez y Ecuador se da inicialmente por razones políticas y por una cuestión energética. Jamil Mahuad (10 de agosto de 1998 – 22 de enero de 2000) fue el primer presidente que tuvo contacto con el mandatario venezolano y tras ser destituido del cargo fue Gustavo Noboa (22 de enero de 2000 – 15 de enero de 2003) quien asumió la presidencia. La relación bilateral entre el régimen de Chávez y de Noboa fue poco relevante en términos de acuerdos, sin embargo, entre la sociedad ecuatoriana a partir del 2003 comenzaba a crecer un sentimiento con bases a la ideología bolivariana entre movimientos indígenas y sectores políticos. Durante la presidencia del ex militar Lucio Gutiérrez (15 de enero de 2003 – 20 de abril de 2005) Hugo Chávez tampoco consiguió tener un acercamiento directo, éste fue mínimo, ya que, en vista de las comparaciones a ambos, el entonces presidente ecuatoriano declara estar distante de la revolución bolivariana ya que este buscaba una buena relación bilateral entre Ecuador y los Estados Unidos. Después del golpe de estado que sufrió Gutiérrez en 2005, asume la presidencia Alfredo Palacios (20 de abril de 2005 – 15 de enero de 2007). A este nuevo régimen, el gobierno de la revolución bolivariana le ofrece total apoyo, no obstante, la relación de Ecuador con Venezuela en ese entonces sufre un momento crucial por causa de las declaraciones del secretario de la administración de ese entonces, Luis Herrería, que catalogó de “proyecto político diabólico” a lo que Chávez proponía para los países latinoamericanos. De la administración de Palacios, destacamos el hecho de que fue aquí cuando el ex presidente Hugo Chávez y Rafael Correa – ministro de economía de la época– se conocieron.

Las relaciones entre el régimen de la revolución bolivariana y la república del Ecuador – como se ha podido notar – no tuvieron acercamientos políticos fluidos entre los diferentes gobiernos de Quito entre 1999 a 2006. El intento de acercamiento por parte de Venezuela más allá de cualquier interés se dio con el objetivo de cumplir lo establecido en el plan nacional de desarrollo (2001-2007) que dentro de su apartado de equilibrio internacional procuraba consolidar y diversificar las relaciones internacionales y reafirmar las relaciones con los países vecinos y los socios económicos de Venezuela (VENEZUELA, 2001, p. 157).



Figura 1 – Acuerdos suscritos entre Venezuela y Ecuador

Fuente: Embajada de Venezuela en Ecuador.

Como se observa en el gráfico anterior, en este nuevo siglo, las relaciones bilaterales entre Caracas y Quito – en términos de acuerdos suscritos – tampoco se dieron con éxito, pero podemos notar un evidente cambio a partir del 2007 en el gobierno de la revolución ciudadana del economista Rafael Correa. Como ya fue colocado anteriormente, ambos ex mandatarios se conocieron antes de que Correa sea presidente. Según Lucas (2017), un día antes de la toma de posesión del nuevo presidente constitucional de Ecuador, Hugo Chávez habría comentado que lo había conocido durante una cumbre realizada en Asunción – Paraguay en mayo de 2005. El autor de *Cara y Cruz de la Revolución Ciudadana 2007 – 2017*, respondió a eso diciendo que ninguno de los dos se imagina que sería el inicio de una buena amistad, a lo que aquí respondemos como totalmente cierto, ya que a partir del 2007 Venezuela y Ecuador se tornaron aliados importantes.

El 26 de noviembre de 2006, por medio de una segunda vuelta electoral, Rafael Correa, líder del Movimiento Patria Activa i Soberana (Alianza PAIS), triunfó y se consagró como el nuevo presidente de Ecuador con el 56,67 % de los votos. Su triunfo significó una enorme satisfacción para el gobierno de la revolución bolivariana, así lo dejó ver el ex presidente Chávez en su intervención durante un acto de inauguración realizado en el estado de Aragua en Venezuela “[...] desde aquí ahora públicamente quiero felicitar, pero con el más profundo sentimiento de solidaridad, de júbilo patrio al nuevo presidente de la hermana república del Ecuador, Rafael Correa” (IAEP, 2006). En tal evento, el ex mandatario dejaba muy en claro que su relación con Correa no era reciente y señaló que no quiso hablar de su amistad durante el tiempo de campaña que

se vivía en Ecuador para que no utilizaran su y sus palabras contra el entonces candidato presidencial (IAEP, 2006).

Hugo Chávez estuvo presente en el acto de toma posesión de Correa el 15 de enero del 2007 junto a mandatarios de otros países tales como Bolivia y Nicaragua. Un día antes de la ceremonia, en la ciudad de Zumbahua en la provincia de Cotopaxi, se realizó una posesión presidencial simbólica en una ceremonia indígena. En su discurso de posesión simbólica, Correa apuntó coincidir con sus “hermanos” Hugo y Evo (que también fueron parte de la ceremonia indígena) en la necesidad de impulsar una Asamblea Constituyente para realizar cambios profundos. También proclamó el nacimiento de una América Latina socialista del siglo XXI siguiendo el ejemplo de su homólogo venezolano. Por su parte, Chávez, frente a un público eufórico llamó a Correa de hermano, camarada y se refirió al dominio de gobiernos "socialistas del siglo XXI" en Sudamérica como una resurrección.

Como dato interesante en este análisis, es importante señalar que Hugo Chávez le obsequió una réplica de la espada de Bolívar al entonces presidente electo Rafael Correa durante una reunión en el palacio presidencial de Miraflores en Caracas el 21 de diciembre de 2006, la misma que fue presentada por Correa el día de su posesión en 2007. Este acto cultural se volvería a repetir en 2010, aquí la entrega de otra réplica se haría durante el acto de la entrega de los restos simbólicos de la ecuatoriana Manuela Sáenz ex pareja de Simón Bolívar. Mientras se realizaba la entregaba Chávez declaró; “Me da mucho gusto entregarla para que el presidente Correa la porte, ya que es un soldado bolivariano”.

En el transcurso como presidentes – desde el 2007 hasta el 2013 año en que fallece Chávez – Rafael Correa como Hugo Chávez, más allá de la admiración y respeto, ambos mandatarios crearían un fuerte vínculo de amistad y consideración. La relación de amistad entre los gobiernos de Venezuela y Ecuador representaría principalmente para Hugo Chávez la conquista de un aliado estratégico que desde 1999 intentó conseguir pero que ocho años después pudo afianzar. Esta alianza le ayudó a reforzar la consolidación de los gobiernos denominados populistas, progresistas o nueva izquierda en su intento de crear una identidad común latinoamericana. Para Quito, que iniciaba un nuevo ciclo político desde 2007, la aproximación con Caracas representaría por una parte la consolidación de una relación que, desde diversos ámbitos, ya sea económico o político, beneficiaría el desarrollo del país. Esta relación sería un punto clave para reforzar la idea de que el correísmo era una copia del chavismo, o de que la revolución ciudadana estaría influenciada por la bolivariana.

Rafael Correa inicia su revolución ciudadana en 2007 aceptando los ideales del socialismo del siglo XXI y los valores bolivarianos. Posteriormente, ya en el transcurso de su gestión, constantemente resaltó la labor de Chávez en la región y un ejemplo de aquello sería cuando en 2016 mientras se transmitía la edición 465 de su programa sabatino “Enlace Ciudadano”, el ex mandatario enalteció la labor de Hugo Chávez en toda Latinoamérica y resaltó el cambio y avance de Venezuela tras la llegada de la Revolución Bolivariana. En ese enlace, Correa también confirmó que conoció a Chávez antes de ser presidente.

[..] yo conocí a Hugo Chávez en una cumbre, cuando era ministro de economía en el 2005, en una cumbre en Paraguay - Asunción, no me acuerdo si era Mercosur, una de esas cumbres, y me acerqué y le dije ¡Soy el nuevo ministro de economía de Ecuador y lo admiro mucho comandante! y enseguida me fijé que se fijó en mí, de ahí nunca perdimos contacto [...] él tenía una visión para saber quién tenía potencial, quien era auténtico, quien estaba en esa misma línea, etc. Realmente un extraordinario ser humano, nuestro querido amigo, mi querido amigo personal, Hugo Chávez, y por supuesto un extraordinario líder latinoamericano que transforma a Venezuela (ECUADOR, 2016).

Desde el inicio, la administración de Correa estuvo tachada por sus críticos como una réplica del chavismo venezolano por la gran amistad entre ambos presidentes. Las coincidencias políticas, los múltiples acuerdos firmados – que hasta 2011 ya hacían un total de 98 acuerdos suscritos, siendo este número muy elevado en comparación a los años antes de que Correa sea presidente, gráfico 1 – el parecido de su discurso, la necesidad de una alta inversión en lo sociales, entre otras coincidencias, hicieron que existieran múltiples denuncias públicas sobre la presencia de Hugo Chávez y su revolución bolivariana en los asuntos internos y externos del país.

En 2008, el entonces alcalde de Guayaquil, Jaime Nebot, en una entrevista local para la cadena televisiva “Ecuavisa” en la emisión del programa “Contacto Directo”, denuncia y rechaza lo que para él sería injerencia de Chávez en política ecuatoriana. “Qué se ha creído este señor (Chávez) que se meta en sus asuntos internos de Venezuela, rechazo como alcalde de esta ciudad y como ecuatoriano y como hombre de derecho, la injerencia de Chávez en asuntos ecuatorianos y especialmente guayaquileños” (ECUAVISA, 2008). En el 2009, el canciller de Israel Avigdor Lieberman, declaró y llamó de negativa la influencia del presidente de Venezuela en la región y consideró que este estaría fortaleciendo a los radicales. “La interferencia (de Chávez) en asuntos internos de diferentes países sudamericanos, con su dinero y su financiación de campañas políticas en otros países, es una influencia muy negativa. Creo que su intención es ejercer dominio en Sudamérica” (LA NACIÓN, 2009). Por su parte, Fabricio Correa,

hermano del ex presidente Correa, en 2010 en una entrevista realizada por el periódico argentino Perfil, calificó primeramente de corrupto al gobierno de su hermano, posteriormente aseguró que en Ecuador quien gobernaba de verdad era Hugo Chávez. Según el periódico argentino, en sus declaraciones, Fabricio comentó que habría sido la influencia del líder bolivariano que generaría las primeras discusiones entre él y su hermano. “En Ecuador no manda mi hermano, gobierna Chávez, el país no está dirigido por Rafael Correa o por los ministros, sino por un buró político de ultra izquierda que recibe instrucciones de Chávez a través del canciller Ricardo Patiño” (PERFIL, 2010).

Desde que Rafael Correa inició su presidencia, Hugo Chávez consiguió establecer una relación más próxima con Quito, logrando así, expandir aún más su presencia en la región tanto como en el país andino. Entre los cambios que vivió Ecuador con la llegada de Correa a Carondelet y que tienen similitud al proyecto revolucionario chavista encontramos el cambio de Constitución llevado a cabo en 2008. Con este cambio, Ecuador seguiría el mismo inicio que Chávez dio a su primer mandato en 1999. Correa y su inicial revolución también propusieron un cambio constitucional, este consideraba que, sin ello, sería imposible llevar enfrente su proyecto político con el que pretendía reestructurar al país andino, que al igual que el país chavista había tenido un pasado marcado por la presencia del neoliberalismo y una fuerte desigualdad social.

En el caso de la revolución bolivariana y una vez aprobada la propuesta de Chávez en referéndum popular en diciembre de 1999, el cambio de la nueva constitución incluía también un cambio de estructura, la cual reemplazó al Senado de la República por una Asamblea Constituyente y aumentó de tres a cinco poderes del Estado; Ejecutivo, Legislativo, Judicial, Electoral y Ciudadano. Al igual que en Venezuela, en Ecuador ocurrió lo mismo, Correa y su revolución mediante referéndum popular cambiaron la constitución en 2008 y se sustituyó al Congreso Nacional por una Asamblea Constituyente y de tres poderes del Estado pasaron a cinco, los cuales llevaron el mismo nombre de los poderes del Estado venezolano. Con el cambio de constitución, los críticos de ambas líneas de gobierno (Correísmo y Chavismo) alegaron que el mismo solo aumentaría el poder de ambos mandatarios.

Otra similitud que tanto la revolución bolivariana como la ciudadana compartieron es su carácter nacionalista y su fuerte defensa por la soberanía nacional. Desde un inicio, Hugo Chávez fue fiel al respaldo de la soberanía de Venezuela ante cualquier tipo de intervenciones externas imperialistas – en especial a las intenciones de los Estados Unidos en Venezuela y a la región – y esto lo vemos reflejado cuando el 24 de abril de 2005 el gobierno de la República Bolivariana ratificó su independencia y soberanía nacional al suspender toda operación conjunta y programa de intercambio

militar dentro del país procediendo inmediatamente a retirar la misión militar de Estados Unidos (PSUV, 2015)⁴. Al igual que en Venezuela, el 29 de julio del año 2008, el gobierno de Ecuador comunicó a Washington su decisión de no renovar el convenio para el uso de la base de Manta y pidió al gobierno norteamericano que desaloje el territorio ecuatoriano. Para Ramos (2017), este acontecimiento es importante en el gobierno de Rafael Correa y un ejemplo del cumplimiento de su palabra, puesto que la salida de los estadounidenses de Manta fue una oferta realizada en la campaña electoral.

En otros aspectos, tanto Hugo Chávez como Rafael Correa se caracterizaron por tener una fuerte promoción publicitaria con la cual buscaron mantenerse presentes en la sociedad y así, de una u otra manera, incrementar su popularidad mediante una fuerte campaña en medios de comunicación⁵. En su proceso de revolución bolivariana, Hugo Chávez tenía su programa televisivo y de radio “Aló Presidente”, que era un programa semanal en el cual Chávez interactuaba con el pueblo y promovía los logros de su revolución bolivariana. En Ecuador, Rafael Correa estableció sabatinas en radio y televisión, estas se realizaban todos los fines de semana y eran transmitidas desde distintos lugares del país y tenían como objetivo explicar con lujo de detalles los logros y eventos durante la semana. Con el nombre de “Enlace Ciudadano”, Correa siempre buscaba dirigirse a sus mandantes para dar a conocer los avances de su revolución y siempre que tenía la oportunidad pedía a sus ministros solucionar problemas. En ambos casos, era indiscutible el carisma que ambos mandatarios manejaban a la hora de dirigirse al pueblo, siempre reflejaban sus compromisos por el cambio y los logros de sus respectivas revoluciones.

En lo social, tanto Venezuela como Ecuador dentro del marco de sus revoluciones decían buscar un sistema más justo con el objetivo de profundizar la inclusión social de los grupos más vulnerables, generando así, igualdad de oportunidades. La revolución bolivariana de Hugo Chávez buscó maximizar el bienestar colectivo mediante la ampliación de la democracia, mayor seguridad social y mayor soberanía al país. De su parte, el gobierno de Rafael Correa también propuso darle al sector menos favorecido de la sociedad ecuatoriana un papel protagónico en su revolución.

Con relación al exterior, es muy importante también ver como Ecuador a partir del 2007 tuvo un cambio en su agenda internacional y tomó una postura similar a la de Venezuela. En primer lugar, si se analizan las relaciones con Estados Unidos, se notará

⁴ Chávez también fue uno de los presidentes que más abogó en un intento de una integración latinoamericana sólida y que velará por la soberanía de los pueblos.

⁵ Ambos gobiernos contaban con acceso directo a canales de televisión. En el caso de venezolano es el conocido “Venezolana de Televisión” y en el caso ecuatoriano “Ecuador TV”.

que, con la llegada de la revolución ciudadana, estas relaciones tomaron un rumbo distinto. Con Correa al poder, la defensa de la soberanía nacional cumplió un papel predominante en la política del Ecuador. De este modo, para los ecuatorianos no es una duda que las relaciones entre Quito y Washington durante todo el mandato de Correa no fueron de total armonía, pues siempre existió tensión diplomática entre ambos países. En el caso venezolano, Hugo Chávez manejó un discurso antiimperialista dentro de su concepción política e ideología no muy favorable para las relaciones entre su país y Washington, situación que podemos ver replicada en el caso ecuatoriano. Es importante tener en cuenta que, tanto la Venezuela de Chávez como el Ecuador de Correa, criticaron fuertemente múltiples accionares de los Estados Unidos y a su vez a las entidades internacionales en donde este tiene un rol importante como, por ejemplo, el FMI y el Banco Mundial.

En términos de alianzas, Chávez procuraba dentro de sus intereses geoestratégicos un acercamiento a países tales como Irán, Siria y China y reforzar vínculos con organizaciones tal como la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Con respecto a Irán, Tirado (2015) considera que las relaciones entre ambos países (Venezuela - Irán) estaban fincadas en intereses económicos y comerciales compartidos que pasan por el petróleo, pero también en una visión común de la necesidad de construir un mundo multipolar dentro de los planes de poner límites a la hegemonía de los Estados Unidos.

Las relaciones entre Ecuador e Irán se restauran con Correa. Los lazos diplomáticos entre ambos países se profundizan desde el 2007 y esto se reflejó cuando el presidente ecuatoriano invitó a su homólogo iraní, Mahmud Ahmadineyad, a su toma de posesión. Otra relación importante para Quito desde la llegada de Rafael Correa al poder fue aquella que se estableció con China. Como nunca antes en la historia del país, las relaciones entre estas dos naciones se intensificaron en términos políticos y económicos. Correa, al igual que Chávez, también buscó un aliado y socio comercial en Pekín y es por eso que

[..] durante la primera visita del presidente de la República, Rafael Correa, a China, en noviembre de 2007, se suscribieron 14 Convenios Bilaterales en diversas áreas como agricultura, ferrocarriles, cooperación deportiva, intercambio cultural, turismo, medidas sanitarias y fitosanitarias, laboral, empleo y seguridad social. Estos acuerdos están vigentes y en ejecución. De igual forma, en la segunda visita oficial del Mandatario ecuatoriano, en enero de 2015, se concretó la suscripción de 11 convenios, gracias a los cuales el Ecuador se benefició de cooperación no reembolsable por 50 millones de Renminbi (equivalente a más de 7 336.000 dólares). Participó, además, en un convenio de canje de notas de la prórroga del período de utilización de dos líneas de crédito

sin interés otorgadas por el Gobierno de China al Ecuador, y la mutua supresión del requisito de visa de turismo entre ambas naciones, lo que entró en vigencia el pasado 18 de agosto (ECUADOR, 2015).

En cuestiones de petróleo, es curioso ver que Ecuador desde el 1992 dejó de participar de la OPEP, pero en noviembre del 2007 Rafael Correa decide que Ecuador debía retornar a esta organización. Un año antes de que el gobierno ecuatoriano anunciara esta decisión, Hugo Chávez, mediante una rueda de prensa en el palacio presidencial afirmó que apoyaría el regreso de Ecuador a la OPEP.

Conclusión

Este trabajo busca señalar la relación entre los proyectos políticos llevados a cabo en el Ecuador y en Venezuela como marcos del avance progresista en la región, y de modo más específico, de un paradigma que busca establecer una ruptura con una inserción internacional dependiente, una cultura plasmada en la continuidad del proceso colonial y así excluyente y una economía que rescata al Estado. En un primer momento la estrategia chavista estaba ubicada internamente en un intento de rescatar la economía de su crisis y garantizar la gobernabilidad. Ya en un momento posterior el proyecto se coloca como bolivariano, asumiendo por esto el discurso integracionista y solidario de la patria grande. Además, un tono antiimperialista gana vida después del golpe de 2002 y el paro petrolero de 2003. El proyecto de Chávez es ahora un proyecto regional que años más tarde encontraría en Correa apoyo. Los lineamientos del Socialismo del Siglo XXI y de la Revolución Ciudadana promovieron una visión política que les permitieron conformar un eje contrahegemónico en toda región. La naturaleza de estas relaciones diplomáticas, sus relaciones comerciales, la comparación entre sus proyectos políticos y el contexto nacional de cada una de estas naciones fueron acá explotadas en el sentido, tanto de evaluar sus impactos a nivel regional sino también para huir de visiones precipitadas que solamente verifican un mimetismo sin reflexión por parte de Correa al proponer su agenda política en un Ecuador que, en aquel momento, pretendía ser post-neoliberal.

Referencias

COLMENARES, G. L. E. La Exportación de la "Revolución Bolivariana" hacia América Latina. **Military Review**, Lima, v. 116, n. 1, p. 8-23, feb. 2011.

ECUAVISA. Jaime Nebot rechaza influencia de Hugo Chávez. **Ecuavisa**. 2008. Disponible en: <<https://www.youtube.com/watch?v=UabASQ2DZLQ>>. Acceso em: 22 jul. 2020.

ECUADOR. **Ecuador consolida su relación con China**. 2015. Disponible en: <<https://www.presidencia.gob.ec/ecuador-consolida-su-relacion-con-china/>>. Acceso en: 7 jul. 2020.

ECUADOR. **Enlace Ciudadano Nro. 465 desde Vilcabamba Provincia de Loja 05/03/2016**. Quito: Tele Ciudadana, 2016.

IAEP INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS DEL PENSAMIENTO DEL COMANDANTE SUPREMO HUGO RAFAEL CHÁVEZ FRÍAS. **Intervención del Comandante Presidente Hugo Chávez durante acto de inauguración y puesta en marcha de la planta ensambladora de vehículos Venirauto**. 2006. Disponible en: <<http://www.todo Chavez.gob.ve/todo Chavez/3632-intervencion-del-comandante-presidente-hugo-chavez-durante-acto-de-inauguracion-y-puesta-en-marcha-de-la-planta-ensambladora-de-vehiculos-venirauto>>. Acceso en: 22 jul. 2020.

LINARES, R. Alba Integración y Desarrollo: De Ideas a Realidades. **Geoenseñanza**, Venezuela, v. 12, n. 1, p. 31-40, ene./jun. 2007. Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36014577004>>. Acceso en: 20 jul. 2020.

EL DE IRÁN es un régimen demencial y muy peligroso. **La Nación**, 2009. Disponible en: <<https://www.lanacion.com.ar/1154835-el-de-iran-es-un-regimen-demencial-y-muy-peligroso>>. Acceso en: 22 jul. 2020.

LUCAS, K. **Cara y Cruz de la Revolución Ciudadana**. Quito: Eskeletra Editorial, 2017.

OLIVEIRA, R. P. **Velhos fundamentos, novas estratégias?** Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010). Tese (Doutoramento em Ciência Política) – Belo Horizonte, DCP-UFMG, 2011.

FABRICIO Correa: "En Ecuador no manda mi hermano, gobierna Chávez". **Perfil**, 2010. Disponible en: <<http://www.perfil.com/noticias/internacional/fabricio-correa-en-ecuador-no-manda-mi-hermano-gobierna-chavez-20100808-0026.phtml>>. Acceso em: 20 jul. 2020.

PIERETTI, M R. **Venezuela a partir de Chávez**: identidad cultural y política. 2014. Disponible en: <<https://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/viewFile/45010/42381>>. Acceso em: 6 jul. 2020.

HACE 10 años Venezuela ratificó Soberanía Nacional al retirar del país a misión militar de EEUU. **PSUV**, 2015. Disponible em: <http://www.psuv.org.ve/temas/noticias/venezuela-patria-soberania-hugo-chavez/#.W1_KWrJjPIU>. Acceso em: 7 jul. 2020.

RAMOS, M. Soberanía e impulso a la integración regional marcaron los diez años de la gestión de Rafael Correa. **La Nación**, 17 de mayo de 2017. Disponible en: <<http://lanacion.com.ec/soberania-e-impulso-la-integracion-regional-marcaron-los-diez-anosla-gestion-rafael-correa/>>. Acceso em: 10 jul. 2020.

SALAS, G. A. S. Política Exterior De Venezuela Para América Latina Durante El Gobierno de Hugo Chávez. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2016. Disponible en: <https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/SALAS_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina.pdf>. Acceso en: 5 jul. 2020.

TIRADO, A. S. **La Política Exterior de Venezuela Bajo la Presidencia de Hugo Chávez**: Principios, Intereses e Impacto en el Sistema Internacional de Post-Guerra Fría. Tesis (Doctorado en Relaciones Internacionales e Integración Europea) – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2015.

VENEZUELA. **Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación**. Caracas: Gobierno Venezolano, 2001. Disponible en: <<http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2018/05/Plan-de-la-Naci%C3%B3n-2001-2007.pdf>>. Acceso en: 20 de jul. 2020.

VENEZUELA. **Proyecto Nacional Simón Bolívar Primer Plan Socialista – PPS - Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007–2013**. Presidencia, Caracas, 2007.

VANBIERVLIEET, S. A. El proyecto regional bolivariano y las consecuencias de la muerte de Hugo Chávez para américa latina. **Agenda Internacional**, Lima, v. 20, n. 31, p. 9-30, mayo 2013.

WERZ, N.; WINKENS, S. **El populismo de Chávez y el rol de los medios**. 2007. Disponible en: <http://publications.iai.spk-berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00001113/BIA_118_297_312.pdf>. Acceso en: 11 set. 2020.

Editora CLAE

2021